



ELIENAI CABRAL

PARÁBOLAS DE JESUS

Advertências para os dias de hoje





Todos os direitos reservados. Copyright © 2005 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembléias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

Preparação dos originais: Daniele Pereira

Revisão: Gleyce Duque

Editoração: Leonardo Marinho

Capa e projeto gráfico: Eduardo Souza

CDD: 248 – Vida Cristã

ISBN: 85-263-0680-4

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, edição de 1995 da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Para maiores informações sobre livros, revistas, periódicos e os últimos lançamentos da CPAD, visite nosso site: <http://www.cpad.com.br>

SAC — Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800 701-7373

Casa Publicadora das Assembléias de Deus

Caixa Postal 331

20001-970, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

1ª edição: 2005

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1	
Compreendendo a Mensagem do Reino de Deus	15
Capítulo 2	
A Diferença entre o Justo e o Injusto	29
Capítulo 3	
A Expansão do Reino dos Céus	43
Capítulo 4	
Cristo, o Tesouro Incomparável	55
Capítulo 5	
Lançai a Rede	63
Capítulo 6	
Fidelidade e Diligência na Obra de Deus	73
Capítulo 7	
O Gracioso Perdão de Deus	81
Capítulo 8	
Cristo, a Rocha Inabalável	101

Capítulo 9	
A Justiça e a Graça de Deus	115
Capítulo 10	
Realizando a Vontade do Pai	127
Capítulo 11	
Vigiai, pois não Sabeis Quando Virá o Senhor	137
Capítulo 12	
As Bodas do Filho de Deus	151
Capítulo 13	
A Parábola da Pérola de Grande Valor	161
Capítulo 14	
A Parábola das Coisas Novas e Velhas	169
Capítulo 15	
A Parábola das Ovelhas e dos Bodes	179

INTRODUÇÃO

A Bíblia Sagrada é, sem dúvida, o livro mais lido no mundo, ainda que outras religiões, fora o judaísmo e o cristianismo, tenham seus livros sagrados. Entretanto, a Bíblia é a Palavra de Deus revelada e escrita em linguagem humana. Esta se diversifica em tipos distintos de figuras representativas que devem ser interpretadas de acordo com o contexto de cada uma delas.

São várias as figuras de linguagem utilizadas na Bíblia, especialmente no Oriente Médio. Em virtude da diversidade de linguagem — como símbolos, parábolas, metáforas, alegorias, símiles e tipos, e outras mais —, requer-se uma interpretação correta que respeite o pensamento inserido em cada texto. A esse estudo denominamos *Hermenêutica Bíblica*. Por se tratar de literatura sacra, a hermenêutica é definida como uma ciência de interpretação de textos ou palavras, cujas regras procuram considerar o texto de acordo com o seu sentido original.

Dentre todas as figuras existentes na Bíblia, as parábolas ganham um espaço maior e especial, principalmente as criadas

pelo Senhor Jesus Cristo. Ele foi o Mestre por excelência na utilização de parábolas.

Definição do termo parábola

A palavra *parábola* é composta de dois vocábulos gregos: o prefixo *para* e o sufixo *ballein* (ou *ballo*), que significa “lançar ou colocar ao lado de”. Portanto, podemos entender que *parábola* é algo que se coloca ao lado de outra coisa para fins de comparação, ou para demonstrar a semelhança entre dois elementos. Jesus utilizava um método todo especial quando falava por parábolas. Ele aproveitava algum evento do cotidiano de sua época e explorava aspectos especiais daquele acontecimento para ensinar alguma verdade espiritual. A parábola podia ser tirada de uma história real ou alguma outra criada a partir de fatos possíveis do dia-a-dia das pessoas. Uma parábola era, na verdade, uma espécie de ilustração da vida. Podia ser um relato de coisas terrenas, às vezes, histórico — geralmente fiel à experiência humana — narrado de modo a comunicar uma verdade moral ou algum ensino espiritual.

A classificação das parábolas por grupos

Ao estudar as parábolas de Cristo, podemos agrupá-las em certa ordem de assunto porque Jesus preocupou-se em ordená-las de acordo com a situação do momento e do propósito da apresentação das mesmas. Os estudiosos, no decorrer dos anos, vêm sugerindo várias classificações, mas Herbert Lockyer as dividiu da seguinte forma: “1) Parábolas *teocráticas* ou *didáticas* (as proferidas por Jesus na qualidade de *Rabi* ou *Mestre* aos discípulos), com o propósito de instruir e treinar. Entre elas estão as de Mateus 13, além de algumas outras. 2) Parábolas *evangélicas* ou *da graça* (as proferidas por Jesus em caráter

evangelístico), que visam a alcançar os pobres. Entre elas estão sobretudo as registradas por Lucas. 3) Parábolas *proféticas* ou de *juízo* (as proferidas por Jesus como *profeta*), que proclamam as grandes verdades de governo e do juízo moral de Deus. Entre elas estão as parábolas como a dos *Lavradores Maus* (Mt 21.33-41) e a da *Figueira Estéril* (Lc 13.6-9)".¹ Um outro estudioso, Siegfried Goebel, preferiu fazer uma classificação por ordem do período do ministério de Cristo, da seguinte maneira: "1) a primeira série de parábolas em Cafarnaum; 2) as últimas parábolas de acordo com Lucas; 3) as parábolas do último período". Porém, por melhor que seja cada classificação apresentada, nem sempre satisfaz plenamente os estudiosos. O que importa, de fato, é descobrir a verdade central (ou principal) dessas passagens e colocá-las em prática. Temos de fugir das formas literárias que inibem a mensagem de cada parábola e interpretá-las de modo a aplicá-las ao nosso próprio coração.

A estrutura de uma parábola

De modo objetivo e específico, precisamos saber que uma parábola se compõe de três partes: ocasião, narração e aplicação espiritual. Quanto à primeira parte, Jesus explorava algum evento especial na *ocasião* em que estava falando ao povo, ou a grupos distintos do judaísmo, como os escribas e fariseus, para ensinar alguma lição espiritual. Geralmente, o objetivo da lição relacionava-se com a mensagem do Reino dos céus que anunciava e pregava. Para que a parábola tivesse aceitação dos seus ouvintes, Jesus a apresentava em forma de *narração*. Essa parte envolvia o modo como Ele tecia o enredo da parábola, dando beleza, estética e atração. Ao final de sua narrativa só lhe restava fazer a aplicação espiritual da essência do seu ensino. A parábola era um método eficiente através do qual era comunicada a verdade que Ele queria ensinar. Jesus sabia tirar proveito do momento

que se lhe dispunha para despertar a consciência dos seus ouvintes. Algumas parábolas não aparecem como tais, mas como símiles — figura de linguagem muito próxima da parábola. Em geral, ocorrem com a idéia básica de ilustrar o pensamento do autor. O *símile* “consiste em uma comparação formal entre dois objetos ou ações, que não estão materialmente relacionados entre si, normalmente precedido por uma conjugação de comparação, com vista a impressionar a mente com algo concreto, parecido ou semelhante”.² Alguns estudiosos entendem a *parábola* como um *símile ampliado*, porque a comparação vem expressa, e o sujeito e a coisa comparada mantêm-se separados.

A interpretação de parábolas

Alguns pregadores se preocupam tanto com os detalhes irrelevantes de uma parábola que acabam produzindo interpretações fora do contexto do ensino que Jesus queria, de fato, transmitir. Uma parábola é como uma roda de bicicleta com os seus raios devidamente dispostos para dar segurança e equilíbrio ao ciclista. Não são os raios os elementos mais importantes, mas sim, a verdade central, a lição principal da parábola. Os raios representam apenas os detalhes secundários, porém é o eixo central que importa em primeiro lugar. A parábola normalmente ensina uma só verdade central. Por exemplo: na do Filho Pródigo, o eixo central é o amor do pai que recebe e espera pela volta do filho rebelde. Há pregadores que ficam tão preocupados em interpretar “as bolotas que os porcos comiam” que acabam esquecendo o ensino principal da parábola.

Jesus sabia com inteligência explorar a linguagem parabólica sem cair no simplismo de apenas filosofar sem revelar alguma verdade profunda. J. Mackay, em seu livro *Eu, porém, vos Digo*, afirmou que “há dois pórticos no formoso edifício do pensamento de Jesus pelos quais o cristão pode penetrar: o

sermão da montanha e as parábolas”. Mateus organizou seu relato no Evangelho dando ao mesmo uma certa cronologia aos assuntos relatados, bem como aos discursos de Jesus, especialmente as parábolas. Essa forma de organização escritural facilita a compreensão dos leitores comuns como também daqueles que se dedicam ao estudo da Palavra de Deus.

Sua interpretação deve ser feita ressaltando o seu caráter específico, porque as parábolas, embora se pareçam com outros gêneros literários (figuras de linguagem), se distinguem pela forma como se relacionam com a vida real. A preocupação básica de Jesus ao contar uma parábola era a de ensinar alguma lição de cunho moral ou espiritual. E para torná-la fascinante e atrativa, Ele a ornava com detalhes de beleza histórica que enriqueciam o enredo da mesma. Entretanto, ao interpretar uma parábola, deve-se evitar a preocupação exagerada com as minúcias, porque isso pode desvirtuar o ensino principal da parábola. Naturalmente, Jesus desafiava a inteligência dos seus críticos ao criar situações dentro de uma parábola com verdades misteriosas só compreendidas por aquelas pessoas que alcançaram um nível espiritual elevado. A própria Bíblia declara que as coisas espirituais somente são entendidas pelos espirituais (Mt 11.25; 1 Co 2.12-14).

Princípios de interpretação de parábolas

O princípio do contexto. Observar o contexto de uma escritura é um princípio importantíssimo para interpretá-la. Todas as parábolas foram precedidas de situações históricas que induziram Jesus a usar esse método para aclarar verdades morais e espirituais. Uma das leis que regem a interpretação de um texto, seja ele sagrado ou secular, é o seu contexto. O contexto cultural e histórico pode facilitar a compreensão do ensino principal da parábola. Nesta, o seu contexto pode ser aquela

situação histórica que obrigou o Mestre a contar uma parábola para esclarecer uma verdade discutida. O contexto imediato, antes e depois, oferece ao intérprete a luz sobre o que se queria ensinar.

O princípio teológico. As parábolas não têm a finalidade de estabelecer doutrina ou teologia, mas visam a confirmar algum elemento teológico contido numa parábola. Um certo autor declarou que “as parábolas não são fontes primárias de doutrina”. O princípio teológico que rege qualquer parábola bíblica é aquele que se insere nos conceitos e verdades espirituais ensinadas. Por exemplo, nelas encontramos as expressões “Reino de Deus” e “Reino dos céus”. Na realidade, essas duas expressões estão relacionadas com a linguagem de cada autor, mas podem ser sinônimas, na maioria das vezes que as encontramos nas parábolas. Existem as de cunho escatológico, que visam a mostrar o futuro da Igreja ou de Israel. A uma parábola com algum ensino escatológico a interpretação deve seguir a linha teológica do pensamento de Jesus sobre assuntos escatológicos. Uma das regras simples de hermenêutica é “o ensino geral da Bíblia” sobre determinado assunto ou doutrina. Por isso, os ensinamentos com teor escatológico nas parábolas de Cristo devem ser interpretados sob o princípio do “ensino geral das Escrituras”.

Outrossim, os autores dos Evangelhos objetivaram alcançar leitores específicos. Mateus direcionou seu Evangelho a seu próprio povo, os israelitas. Marcos direcionou seus escritos aos gregos, uma vez que, a despeito de estarem no período do Império Romano, a cultura grega ainda exercia forte influência. Lucas foi um autor extremamente didático, até porque era médico e tinha um nível elevado de cultura. Ele escreveu aos romanos, que eram os governantes da época. Finalmente, João parece ter se dedicado a destacar muito mais o sentido espiritual dos ensinamentos de Jesus e fortalecer a crença na sua divindade.

O objetivo principal deste livro não é ensinar regras de interpretação, mas oferecer alguns elementos básicos de interpretação, para facilitar aos leitores a compreensão das parábolas apresentadas. Esta obra tem por objetivo ajudar os que ministram a Palavra de Deus, oferecendo esclarecimentos sobre as parábolas de Jesus no Evangelho de Mateus.

Pastor Elienai Cabral

¹ Herbert Lockyer, *Todas as Parábolas da Bíblia*, Vida, 1999, pp. 146, 147.

² Esdras Benthó, *Hermenêutica Fácil e Descomplicada*, CPAD, 2003, p. 308.

CAPÍTULO I

COMPREENDENDO A MENSAGEM DO REINO DE DEUS



Mateus 13.1-9

*A semeadura não é avaliada em termos de quantidade e proporção,
mas pela qualidade da terra que recebe a semente.*

O capítulo 13 de Mateus registrou sete parábolas de Cristo proferidas nas cercanias de Cafarnaum, junto ao mar da Galiléia. Geralmente, Jesus subia na popa de algum barquinho; outras vezes, em terra, colocava-se em algum ponto mais alto, tendo diante de si a planície de Genesaré, e então ministrava ao povo que afluía para ouvi-lo. Forma de comunicação típica do povo do Oriente Médio, em especial na Palestina, o Mestre usava muitas figuras de linguagem para transmitir seus ensinamentos. Porém, o método mais utilizado foi a linguagem por parábolas.

Jesus foi especialista em usar linguagem figurada. Por esse método de comunicação, Ele conseguia ilustrar as verdades espirituais e morais que desejava ensinar. Para cada parábola, Cristo tinha uma lição especial. E na Parábola do Semeador deixou-nos uma das mais extraordinárias lições sobre os tipos distintos de corações (solos, terrenos), os quais recebem a semeadura.

O versículo 3 diz que Jesus “falou-lhe de muitas coisas por parábolas”. O termo *parábola* vem da língua grega, e significa,

literalmente, “colocar coisas lado a lado, para que se perceba as semelhanças”, ou pode ser definido como “uma comparação ilustrativa na forma de narrativa”. Jesus, portanto, contava suas parábolas a partir de fatos da vida cotidiana. Nesta parábola, Cristo se volta para a vida agrícola da Palestina a fim de ilustrar a receptividade do Reino de Deus no coração das pessoas.

O SEMEADOR

Antes de qualquer interpretação especulativa e secundária devemos considerar o sentido original do ensino que Jesus queria transmitir àquele povo. Visto que Ele estava contrastando os inimigos do Reino com os verdadeiros discípulos, conforme está retratado no capítulo 12, Mateus organiza seus registros de forma especial e conecta com o capítulo 13, no qual Jesus ensina por parábolas (Mt 13.1-3).

O que aprendemos e interpretamos inicialmente nesta parábola? O contexto da parábola indica o próprio Cristo como “o semeador”. No texto está escrito que: “o semeador saiu a semear” (v. 3). Por quê? Ao analisar as circunstâncias anteriores no capítulo 12, vemos que Jesus havia se deparado com muita oposição e dureza de coração daqueles ouvintes. Sua mensagem não havia sido bem aceita, especialmente pelos escribas e fariseus que sempre buscavam algo para acusá-lo. Muitas pessoas foram até Ele, e já era o fim da tarde quando Cristo entrou num pequeno barco e dali passou a falar à multidão desejosa (por meio de parábolas) pelos seus ensinamentos. O ponto de partida da interpretação acerca de quem era o semeador tem um caráter particular, porque indica subjetivamente o próprio Cristo como “o semeador”. Todavia, essa característica particular da interpretação não impede que se dê um sentido genérico aos cristãos como “semeadores”. Não acrescenta nem fere os princípios hermenêuticos que regem a interpretação dessa parábola.

Nesta parábola, Jesus teve como objetivo principal mostrar a diferença dos corações quanto à recepção da Palavra de Deus. Era o próprio Cristo revelando a rejeição ao seu ministério por parte dos judeus. Na parábola seguinte, a do Joio e do Trigo (Mt 13.36-43), Jesus se identifica (v. 37) como aquele que “semeia a boa semente”. Antes dEle, outros haviam atuado como semeadores da Palavra, especialmente no Antigo Testamento. Porém, foi Jesus, que a si mesmo se referiu como o “Filho do Homem”, para distinguir-se dos demais em singularidade, quem podia e sabia como semear em quaisquer terrenos. A expressão “Filho do Homem” revelava, de modo especial, a humanidade de Jesus, como ser gerado no ventre de uma mulher, sendo, porém, sua geração operada pelo Espírito Santo. Ele é o “semeador” que veio para fazer diferença dos demais “semeadores” (Jo 1.11,12).

O Espírito Santo também é um semeador da boa semente. Ele é o que inspira os semeadores ao serviço da semeadura e quem rega a semente lançada. Cristo declarou acerca do Espírito e o seu trabalho na vida do pecador: “O vento assopra onde quer, e ouves a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo aquele que é nascido do Espírito” (Jo 3.8). Entendemos que essa passagem implica, metaforicamente, numa ação do Espírito semeando a Palavra de Deus. Não significa que o Espírito faça o nosso papel de “semeadores”, ou seja, evangelizadores, mas é Ele quem toca o nosso espírito e somos despertados para espalhar a semente. Como Cristo ascendeu ao Pai, Ele ainda ministra através do Espírito Santo, o seu *Paracleto*, e este ministra através dos crentes, nos quais opera pelo seu Espírito (Jo 14.26).

Os cristãos autênticos são os semeadores na dispensação da graça. A missão evangelizadora dos discípulos de Cristo é identificada em dois textos dos Evangelhos (Mt 28.19,20 e Mc 16.20). A missão de Cristo foi a de um semeador e Ele a passou

aos seus discípulos, os quais semeiam em toda a terra desde então. O que Jesus começou a ensinar, seus discípulos deram continuidade (At 1.1). Na história inicial da igreja, surgiram outros grandes semeadores, entre os quais Paulo, que se declarava representante de Cristo como semeador, e dizia que: “visto que buscais uma prova de Cristo que fala em mim, o qual não é fraco para convosco; antes, é poderoso entre vós” (2 Co 13.3). Paulo considerava seu ministério como uma semeadura de coisas espirituais (1 Co 9.11). Ao dar testemunho de sua conversão, o apóstolo usa a metáfora do vaso para ilustrar sua utilidade na expansão do nome de Jesus (At 9.15). Paulo, portanto, tornou-se um autêntico semeador da “boa semente” do evangelho de Cristo. Todo crente em Jesus é um semeador da sua Palavra e, indubitavelmente, encontrará os mais variados tipos de solos para receber a boa semente. Fomos salvos para servir e semear a boa semente e devemos servir com amor e espírito sacrificial (Sl 126.6).

Na ótica de Cristo não há uma mera preocupação com expansão e quantidade. Não era apenas a proporção da quantidade de sementes que lançamos sobre a terra, de qualquer maneira, sem critério. Para Jesus, não deveria haver inibição quanto ao ato de semear a boa semente, porque o que interessava mesmo era que a semente fosse semeada, a tempo e fora de tempo, em qualquer solo que estivesse disponível para se lançar a semente. Não se trata de um ato de semear aleatoriamente, mas um ato de confiança no poder da semente para encontrar alguma terra capaz de recebê-la e romper com as dificuldades de sua frutificação. Por outro lado, a falta de critério para a semeadura refere-se ao trabalho cuidadoso do semeador. Tudo o que o semeador tem de fazer é semear. Fazer que cresça a semente é algo que vai além de sua capacidade. É trabalho misterioso, sem a intervenção humana.

A SEMENTE

Os Evangelhos Sinóticos tratam, às vezes, das mesmas narrativas históricas, porém com a visão do autor do Evangelho. Mateus, Marcos e Lucas narraram a mesma parábola e destacaram nuances percebidas particularmente por cada um dos autores. Mateus descreve a “semente” como “a palavra do reino” (Mt 13.19); Lucas a descreve como “a palavra de Deus” (Lc 8.11); Marcos, simplesmente, como “a palavra” (Mc 4.15). Na ótica de Mateus, “a palavra do reino” referia-se à natureza e exigências do Reino messiânico desejado e esperado pelos judeus, mas incompreendido e, de certo modo, rejeitado por eles. Jesus mesmo interpretou sua parábola e destacou alguns solos nos quais as sementes lançadas não germinaram. Ele interpretou esses “terrenos” (solos) como aqueles que não “compreendem” a sua mensagem ou como aqueles que a rejeitam (Mt 13.13).

Jesus também quis mostrar aos seus discípulos que a sementeira da “boa semente” não podia ficar restrita a um solo específico, ou seja, a um grupo étnico, no caso, os judeus, mas teria uma dimensão global, como está escrito: “Portanto, ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mt 28.19). A lição básica dessa parábola é que é preciso semear toda a semente. Toda a semente refere-se, essencialmente, à plenitude da mensagem do evangelho da graça de Deus que é Jesus Cristo (At 20.24,25). O evangelho é a semente viva, poderosa, que ultrapassa qualquer elemento físico porque “é poder de Deus para salvação de todo aquele que crê” (Rm 1.16). A Bíblia diz que esta “semente” é “viva e incorruptível” (1 Pe 22-25); tem poder e produz fé (Rm 1.16; 10.17); é celestial e divina (Is 55.10,11); imutável e eterna (Is 40.8); pode ser enxertada e salvar (Tg 1.18,21).

Outro aspecto importante que se percebe é que no campo das similitudes tanto o semeador quanto a semente significam

o mesmo elemento, que é “a palavra de Deus”. Ora, a Bíblia é a Palavra de Deus tanto quanto Cristo é a própria Palavra divina. Se a Bíblia é a Palavra viva de Deus, portanto, está cheia de Cristo, que é o Verbo de Deus enviado para salvar o mundo (Jo 1.1). Jesus é o *logos* de Deus, “o Verbo divino que estava com Deus... se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória” (Jo 1.14). Ele mesmo é a semente. A Palavra escrita dá testemunho de que veio como a Palavra viva (Jo 5.39). Os que recebem “a semente” (a Palavra, Cristo), recebem a vida, porque têm vida em seu nome (Jo 20.30,31). Portanto, a semente que semeamos na terra dos corações humanos não só é a “semente de Cristo”, como também é o próprio Cristo. A semente do Reino dos céus é Ele mesmo, o Rei.

A TERRENO PARA O PLANTIO (MT 13.4-8)

Jesus apresentou sua parábola com muita criatividade, pois destacou quatro tipos distintos de terrenos nos quais a semente podia ser semeada. Figurativamente, o terreno onde cai a semente é o coração das pessoas e a receptividade à semente se apresenta de maneiras diversas. O que aprendemos nesta parábola é que o coração humano é como um terreno que pode receber uma semente e produzir fruto, como também poderá desenvolver dureza e rejeição a qualquer tipo de semente. No plano espiritual, o terreno do coração das pessoas é também espiritual, todavia pode desenvolver disposições favoráveis ou contrárias à recepção das coisas espirituais. Por causa da natureza pecaminosa e rebelde adquirida pelo homem, a disposição do seu coração tornou-se rebelde e endurecida. O que Jesus nos mostra na Parábola do Semeador é que a semente é lançada em quatro tipos de terrenos, mas nem todos serão receptivos à “boa semente”.

O terreno “ao pé do caminho” (vv. 4,19)

Naquela época, Jesus procurou conduzir a mente dos seus ouvintes aos caminhos feitos por entre os campos, como podemos exemplificar com o texto de Mateus 12.1, que diz: “Naquele tempo, passou Jesus pelas searas, em um sábado; e os seus discípulos, tendo fome, começaram a colher espigas e a comer”. Em suas viagens, Jesus passava por muitos lugares, nas montanhas, nos desertos, às margens do mar da Galiléia, junto aos rios e, especialmente, nos caminhos poeirentos entre as plantações de trigo, cevada, aveia e outros grãos. O povo israelita aproveitava todo o espaço de terra cultivável, porque era pouco para cultivá-lo. Da experiência vivida por aquelas terras, Ele sabia tirar proveito para ensinar verdades profundas com ilustrações da vida cotidiana. Por isso, Cristo tirava lições da vida pesqueira, da agricultura e até da pecuária.

Nesta parábola, em especial, suas andanças pelas terras agricultáveis lhe deram uma visão dos vários tipos de terras que podem receber sementes e frutificarem ou não. Na sua percepção, Ele notou um tipo de terreno que não era acessível à semente: era a terra “ao pé do caminho”. As sementes lançadas objetivamente ou as que caíam naquela terra batida “por acaso” não penetravam a terra, então os pássaros as comiam, porque estavam expostas sobre aquela terra dura ao pé do caminho.

Que classe de ouvintes é comparada a esse tipo de terreno? Segundo o próprio Cristo definiu no versículo 19, é aquela classe de pessoas que ouve a Palavra de Deus e não a entende, nem se esforça para entendê-la. É a classe de *ouvintes-terra-dura*. Na realidade, nos parece que são pessoas displicentes com as coisas de Deus e acham que não precisam se preocupar com isso. O terreno “ao pé do caminho” é batido e pisado pelos transeuntes da vida. É, portanto, terreno duro, impenetrável e

inacessível. São muitas as influências exteriores que alcançam o coração humano e influenciam sua vida.

As “aves” que vêm e comem as sementes expostas naquela terra dura representam o quê? Jesus mesmo dá a resposta, quando diz: “Ouvindo alguém a palavra do Reino e não a entendendo, vem o maligno e arrebatou o que foi semeado no seu coração; este é o que foi semeado ao pé do caminho” (Mt 13.19). O Mestre interpreta essas aves como sendo “o maligno”. E quem é o tal? Em toda a Bíblia a palavra “maligno” refere-se ao Diabo e aos demônios sob seu domínio. Segundo o dicionário Aurélio, “maligno” deriva do latim e significa “ser propenso para o mal, ser maléfico, mau, nocivo, pernicioso, danoso”. Esses elementos identificam a pessoa do Diabo. Em Marcos 4.15, o próprio Jesus denuncia Satanás como o ladrão da semente da Palavra de Deus para que o pecador não a receba (Jo 10.1,10). As aves do céu que arrebatam a semente lançada no coração precisam ser enxotadas. As “aves do céu” podem representar os agentes espirituais da maldade que são acionados para impedirem o progresso do “reino de Deus na terra” (Ef 6.10-13). Esses demônios atuam de várias maneiras, com as mais diferentes características para enganar e seduzir os incautos. Essas “aves” podem representar homens ou mulheres usados por Satanás para pisarem a terra do coração das pessoas, influenciando suas mentes com artifícios intelectuais e ateístas, ou com idolatria, para lhes fechar e endurecer o coração.

O ouvinte representado pelo terreno ao pé do caminho é, na verdade, o de coração fechado. É uma classe de pessoas que recebem a semente com o *ouvido*, mas não permitem descer ao *coração*. A semente fica exposta na flor da terra, na camada *exterior*, e não entra para o *interior*. Lamentavelmente, temos esse tipo de crentes no seio da igreja que, a despeito de participarem de atividades sociais e religiosas, são pessoas sem percep-

ção espiritual. Nada do que acontece no terreno espiritual as sensibiliza porque são desprovidas de uma experiência interior profunda. A semente não pode penetrar nem germinar, e então fica exposta para que “as aves do céu”, que representam os agentes do mal, a arrebatem. A Palavra não surte efeito.

O terreno cheio de “pedregais” (vv. 5,6,20,21)

Esse é o tipo de ouvinte que recebe inicialmente bem a Palavra de Deus, mas tem pouca duração, porque onde há pedregulhos o solo é movediço e não permite criar raízes. Na realidade, esse tipo é aquele que facilmente se emociona com o que ouve, porém os obstáculos da vida impedem que a Palavra germine no seu coração. É o tipo de pessoa que chora quando ouve a Palavra, faz confissões de necessidade, mas não consegue se desvencilhar das pedras de sua vida pessoal. A semente é recebida, contudo não cria raízes. Essas pessoas recebem a semente na camada de cima da terra, isto é, na camada emocional do coração, todavia não deixam penetrar a terra. São pessoas entusiastas que se comovem com facilidade e gostam de ouvir a mensagem do evangelho. No entanto, são pessoas superficiais, cuja fé é temporal e frágil, incapazes de superar dificuldades.

As pedras neste terreno podem representar problemas de ordem moral, vícios, maus hábitos de caráter e pecados recorrentes. Nota-se uma diferença na forma de receber a semente nos dois primeiros tipos de terrenos (ou solos). O terreno “ao pé do caminho” é o endurecido, fechado, compacto, que não dá espaço para mais nada. São as pessoas que não entendem a Palavra. Porém, o segundo tipo de terreno é cheio de pedras. Esse terreno é o coração daqueles que, imediatamente, entendem a Palavra, mas de modo superficial. São pessoas que têm dificuldades em administrar seus sentimentos e emoções, por isso, são volúveis e medrosas. Estão sempre resvalando em alguma difi-

culdade que não sabem resolver. Muitos cristãos vivem na superficialidade espiritual, pois imaginam que por se emocionarem num culto com uma mensagem ou um cântico não precisam de mais nada, por isso não se esforçam para tirar as pedras de suas vidas. Eles recebem a semente naquele momento (v. 20) e ela até chega a brotar de imediato (v. 4), mas não desenvolve suas raízes. É típico do “cristão-pedregulho”, que está sempre buscando novidades e não se firma na fé. A hipocrisia acaba sendo uma característica desse tipo de crente, sempre propenso a grandes emoções, manifestando-as com frequência nos cultos da igreja. Ao calor de um culto de adoração de louvor, ele manifesta fervor e faz demonstrações de profissão de fé, mas passando aquele momento, volta a ser o mesmo cristão inseguro de sempre, facilmente “levado por ventos de doutrina e vãs filosofias”. Ainda que deseje frutificar, ele não consegue, porque não possui raízes profundas em si mesmo. São pessoas de convicções duvidosas, inseguras e frágeis. Não suportam tribulações e provas, e com facilidade tropeçam e caem.

O terreno cheio de “espinhos” (vv. 7,22)

Diz o texto literalmente: “E outra caiu entre espinhos, e os espinhos cresceram e sufocaram-na”. Na língua grega, a palavra “espinho” é *akantha*, que se refere a “planta espinhosa”, típica das terras do Oriente Médio. Por exemplo, a coroa de espinhos que os romanos fizeram para Jesus era, de fato, uma “coroa de [*akanthon*]” (Mt 27.29). Esse tipo de planta espinhosa se espalha e se dimensiona sobre a terra de tal forma, que outras plantas não subsistem naquele terreno. Geralmente, esse tipo de solo é constituído de rochedos elevados cobertos de pouca terra. Sobre ele é fácil encontrar essa planta de *akanthon* (de espinhos) e lançar sementes frutíferas. Às vezes, uma ponta de terra que entra pelo mar e é cercada de águas por todos os

lados. Naquela ponta de terra rochosa crescia muita planta de espinhos. O autor da Carta aos Hebreus escreveu o seguinte: “Porque a terra que embebe a chuva que muitas vezes cai sobre ela e produz erva proveitosa para aqueles por quem é lavrada recebe a bênção de Deus; mas a que produz espinhos e abrolhos é reprovada e perto está da maldição; o seu fim é ser queimada” (Hb 6.7,8). Entende-se, portanto, que esse tipo de terreno torna inútil o trabalho do semeador. É interessante notar que a semente lançada ali encontrou possibilidade de germinar, mas logo foi sufocada pelos espinhos.

À semelhança dos problemas típicos do *terreno pedregoso*, esse terceiro também é cheio de obstáculos e estorvos. Jesus quis de fato dar um destaque especial a esse terreno porque esses espinhos sufocaram a semente (v. 22).

Que tipos de espinhos podem sufocar a “boa semente”? O texto de Mateus 13.22 apresenta dois tipos de espinhos e Lucas 8.14, três. Mateus indica “os cuidados deste mundo” e “a sedução das riquezas”, e Lucas considera três: “cuidados, riquezas e deleites da vida”. Todos esses espinhos estão, na verdade, na mesma dimensão.

Na primeira expressão — “cuidados deste mundo” —, Mateus coloca em destaque duas palavras: “cuidados” e “mundo”. A primeira delas fala de preocupações secundárias que acabam dominando a mente e o coração das pessoas, sem deixar espaço para a prioridade maior que é o “reino de Deus”. Essas preocupações sufocam a floração e a frutificação da Palavra de Deus, que é a fonte de toda a vida e de toda fecundidade. Muitos cristãos não frutificam na vida cristã porque vivem sufocados pelas preocupações da vida. Não têm tempo para as coisas de Deus. A segunda palavra significa um sistema espiritual invisível que oferece às criaturas toda sorte de coisas que roubam o espaço da relação e comunhão com Deus.

A segunda expressão — “a sedução das riquezas” — refere-se à possessão de riquezas que têm sufocado a vida espiritual de muitos irmãos que não têm tempo para a oração, meditação e comunhão com Deus. A participação nas atividades da igreja torna-se nula porque “a sedução das riquezas” toma o primeiro lugar em suas vidas. Paulo exortou sobre o perigo que correm os “que querem ficar ricos” (1 Tm 6.9).

A terceira expressão — “os deleites da vida” — encontra-se em Lucas, como já mencionado anteriormente. Sem dúvida, os deleites propiciados pela prosperidade material induzem as pessoas à arrogância e à presunção. A busca desmedida por prosperidade material facilita o caminho das tentações e, inevitavelmente, o lugar da Palavra de Deus é sufocado no coração dessas pessoas. Nos tempos modernos, quando a equivocada teologia da prosperidade é pregada e ensinada como descoberta de se ficar rico, a verdadeira teologia é abandonada. A prosperidade material deveria ser um modo de servir melhor a Deus e não para produzir sentimentos presunçosos no coração daqueles que se imaginam mais abençoados que os outros.

O terreno da “boa terra” (vv. 8,23)

A quarta classe destacada por Jesus é o que chamaria de ouvintes-boia-terra porque são aqueles que ouvem e compreendem a Palavra de Deus e dão frutos. A “boa terra” recebe a semente porque é macia, profunda, sem pedras e limpa. É a terra fértil e fofa que recebe a semente e é propícia à sua germinação e desenvolvimento. Pelo menos três características são manifestadas nesse tipo de terreno. Primeiro, as pessoas ouvem e entendem a Palavra. Geralmente, tais pessoas são sensíveis às coisas espirituais. São desejosas de conhecer e aprender porque suas raízes são profundas. Segundo, as pessoas tornam-se frutíferas. Essa atividade frutífera é demonstrada por uma dinâmica

interior da semente plantada e pela qualidade da terra. Jesus destaca essa dinâmica quando diz: “... e deu fruto: um, a cem, outro, a sessenta, e outro, a trinta” (Mt 13.8).

Quando a Palavra (a semente) penetra fundo a terra do coração, ela produz bons frutos, que é o resultado das convicções firmes no poder da Palavra (Jo 15.8). Em terceiro lugar, as pessoas tornam-se frutíferas independente da quantidade ou proporção. Não importa quem produz mais ou menos. O que importa é que produzamos o suficiente para alcançar muitas pessoas (Sl 1.3). Porém, há um detalhe que indica que certos grãos rendem mais que outros. Isto não significa qualquer privilégio propiciado ou discriminativo. No mundo em que vivemos, algumas pessoas produzem mais que as outras, e no Reino de Deus é a mesma coisa. O importante é que todos produzam, independentemente da quantidade. A proporção é equivalente à capacidade individual de cada “grão” (semente) produzir ou não.

Os estudiosos têm procurado entender o texto de Mateus 13.8, que destaca as proporções de produtividade das sementes semeadas. O famoso teólogo Fausset interpreta esse texto da seguinte forma: “trinta por um” designa o nível menor de frutificação; “sessenta por um”, o nível intermediário de frutificação; “cem por um”, o mais elevado nível. Um outro teólogo comentou esse texto da seguinte maneira: “Assim como os níveis dos ouvintes sem fruto eram três, também é tríplice a abundância de frutos. Aqueles que tinham, foi-lhes dado”.¹ A semente plantada em nossos corações germinará e frutificará mediante a nossa disposição para produzir. Todavia, a lição maior desta parábola não é simplesmente frutificar, o que está relacionado com a disposição para querer aprender e entender a Palavra de Deus. É o entendimento intelectual e espiritual da Palavra que produzirá algum fruto. Essa parábola tem a ver

com a nossa capacidade de ouvir, entender e obedecer . Nossa receptividade à Palavra “descortinará a verdade na justa proporção do entendimento dos homens”. Só entenderemos as verdades profundas do Reino de Deus mediante nossa receptividade. Jesus falou em “mistérios do reino”, indicando que nem todos conheceriam esses mistérios, mas aqueles para os quais fossem revelados. A uns o entendimento é menor e mais lento; a outros, é mais amplo e claro, tal como a palavra declara: “trinta por um, sessenta por um e cem por um”. Na igreja, os crentes são distintos membros do Corpo de Cristo (1 Co 12.12,27) e, naturalmente, cada membro deve cumprir o seu papel dentro do Corpo. Por isso, podemos entender que cada pessoa produzirá “a boa semente” na medida da sua capacidade de frutificar. Não há espaço para ciúmes ou invejas, desde que cada um produza à proporção de seu entendimento dos “mistérios da Palavra de Deus”.

CONCLUSÃO

Aprendemos com esta parábola do semeador que existem três tipos de solos que representam obstáculos para germinar, crescer e desenvolver. Em termos de desenvolvimento cristão, no primeiro solo o cristão não se desenvolve; no segundo, a semente é frustrada quanto à germinação; no terceiro, encontra um pouco de terra, mas é sufocada pelos espinhos; e no quarto, ela encontra terra capaz de germiná-la e fazê-la crescer e frutificar.

CAPÍTULO 2

A DIFERENÇA ENTRE O JUSTO E O INJUSTO



Mateus 13.24-30

A existência do joio no meio do trigo não impede que vivamos com graça e inteligência, sem nos deixar afetar pelo veneno do joio.

A Parábola do Joio e do Trigo não aparece nos demais Evangelhos Sinóticos, ainda que alguns estudiosos a vêem como uma versão revisada de Marcos. Entretanto, é uma afirmação improvável, uma vez que os detalhes dos dois textos (Mt 13.24-30 e Mc 4.26-38) tenham nuances distintas. Deixando de lado o aspecto crítico dos textos, mais uma vez Jesus se volta para a vida agrícola, bem típica daqueles tempos, e utiliza as mesmas figuras do campo; porém, com sentidos diferentes. A verdade ensinada é a mesma que a anterior, mas as figuras recebem um sentido diferente. Na Parábola do Semeador, “a semente” é a Palavra de Deus (Lc 8.11); todavia, nesta parábola do joio e do trigo, as sementes representam as pessoas. As sementes do trigo são “os filhos do Reino” e as do joio são “os filhos do Maligno” (Mt 13.38). Na primeira parábola, a boa semente é a Palavra do Reino que regenera a vida do homem; porém, nesta, “os filhos do Reino”, com suas vidas transformadas pela Palavra, são os elementos que fazem diferença. O nefasto trabalho

de semear o joio é atividade do Diabo (Mt 13.39). O joio é figura metafórica de algo mal, e semeá-lo significa infiltrar coisas ruins. Tais coisas podem significar os erros, as heresias e desvios doutrinários que o Inimigo semeia.

Jesus declara que o joio representa os “filhos do Maligno” (Mt 13.38). Quem são eles? As pessoas más que rejeitam a verdade de Cristo e passam a semear ervas daninhas (joio) junto das sementes boas (trigo). Os “filhos do Maligno” são os mundanos que estão sob o domínio de Satanás e que lhe obedecem cegamente, fazendo a sua vontade (Jo 8.44; 1 Jo 3.8,10; 5.19). São agentes do Diabo para promover a desordem e a mistura do certo com o errado, da justiça com a injustiça, da luz com as trevas no meio do povo de Deus. Os “filhos do Reino” precisam estar atentos e vigilantes para impedir a invasão sorrateira dos “filhos do Maligno”. Eles tentam nos convencer de aceitar o espírito do mundo no estilo de vida cristã que adotamos; influenciar nossas decisões espirituais no sentido de fazer-nos buscar soluções meramente humanas; e minar nossa mente cristã para adotarmos uma mentalidade que contraria a Palavra de Deus. Essa mistura sem distinção entre trevas e luz é perniciosa para o Reino de Deus.

O CAMPO DE PLANTIO (v. 24)

Enquanto na Parábola do Semeador a semente é a Palavra de Deus, nesta, similar à anterior, a semente representa “os filhos do Reino”. Os exegetas bíblicos apresentam duas interpretações acerca do “campo de plantio”. Vamos partir da seguinte questão: que “campo” é este que produz “trigo e joio” ao mesmo tempo? O que representa esse “campo”? Alguns mestres entendem que se trata da “igreja” como um todo, isto é, toda a cristandade, que tem no seu seio essa mistura de “trigo

e joio”. Num sentido restrito e místico, alguns desses estudiosos vêem a Igreja como “o corpo místico de Cristo”. No entanto, a interpretação que deve merecer nossa apreciação como melhor e indiscutível é a que Jesus apresentou quando disse aos discípulos que “o campo é o mundo” (Mt 13.38). Portanto, o “mundo” é o lugar onde a Igreja foi plantada e, como tal, deve frutificar neste mundo e do seu bom fruto deve mitigar a fome das pessoas.

Jesus foi incisivo quando declarou que “o campo é o mundo”. Ora, se a Igreja é a expressão da semente manifesta no mundo, ela não pode fugir ao seu papel de revelar essa verdade pelo testemunho pessoal de cada cristão e pregação dessa verdade a todas as pessoas. Cada cristão comprometido com Cristo é uma expressão dessa semente. O mundo precisa ver em nós o poder dessa semente positiva sendo semeada em toda a terra, a todas as civilizações, etnias, raças e nações. Paulo escreveu a Timóteo, dizendo-lhe que Deus “quer que todos os homens se salvem e venham ao conhecimento da verdade” (1 Tm 2.4).

A Igreja está no mundo para produzir bons frutos (Jo 15.5,8). Ela é constituída pelos “filhos do Reino”, e como tal somos identificados como as sementes genuínas de trigo. Ora, sabemos que existem sementes que imitam o trigo, mas não o são, por isso a nossa verdade precisa prevalecer sobre a mentira do joio. Deus é Senhor desse “campo de trigo” e, se “o campo é o mundo”, entendemos que Ele é o Senhor do mundo, o proprietário verdadeiro desse campo (Cl 1.13-17). Ele tem o direito de propriedade, a despeito de o Diabo ser o “ladrão e salteador” (Jo 10.1) que procura tomar posse da propriedade que pertence unicamente a Ele (Sl 24.1). Este campo é a esfera da habitação humana. Portanto, é o mundo no qual habitamos e Deus o amou acima de tudo (Jo 3.16).

DOIS SEMEADORES

Os versículos 24 e 25 dizem assim: “O Reino dos céus é semelhante ao homem que semeia boa semente no seu campo; mas, dormindo os homens, veio o seu inimigo, e semeou o joio no meio do trigo, e retirou-se”. Nesta escritura Jesus destacou dois semeadores: “o homem que semeia boa semente no seu campo”, isto é, o dono do campo de trigo (v. 24), e “o inimigo” (v. 25) que furtivamente entrou naquele campo e semeou o joio. Os dois semeadores são distintos em caráter e propósito em relação àquele campo de plantio. O primeiro semeador é “o homem”, dono do campo, também identificado como “o pai de família” (Mt 13.24,27) e como “o Filho do Homem” (Mt 13.37). Na parábola anterior, o semeador é identificado de forma dupla: pode representar todo cristão que prega o Evangelho de Cristo, e também ser identificado como sendo o próprio Senhor Jesus.

Jesus, o semeador que semeia no seu próprio campo

Em duas expressões nos versículos 24 e 27 encontramos os pronomes possessivos “seu campo” e “teu campo” os quais fortalecem o argumento de que Jesus é o dono desse campo. O inimigo vem de fora e invade o campo que pertence ao Senhor para semear o joio, por isso nada é dele. Porém, num sentido especial, quando uma pessoa aceita a Cristo como Senhor e Salvador de sua alma, o Espírito Santo entra em ação, regenerando a pessoa e a tornando “semente de trigo” neste campo.

O Diabo, o inimigo que semeia o joio no trigal de Cristo

Nesta parábola, esse semeador que surge furtivamente enquanto os servos dormiam nada tem a ver com esse campo de trigo. Ele é um invasor que não possui o menor pudor ou

constrangimento para invadir o campo do Senhor Jesus. Por isso, é tratado na Bíblia de modo direto, como “seu inimigo”, isto é, inimigo do dono do campo (v. 25), ou de modo indireto, como “um inimigo” (v. 28). Todavia, de uma forma específica e direta, ele é identificado como o “Diabo” (v. 39). É inimigo de tudo quanto se refere ao Senhor Jesus, por isso não tem respeito, nem pudor. Ele se infiltra no meio “dos filhos do Reino”, isto é, do trigal, e semeia ervas daninhas com o intuito de prejudicar a colheita final. De certa forma existe uma trindade do bem e outra do mal que se opõem entre si: o Pai e o mundo (1 Jo 2.15), o Espírito e a carne (Gl 5.17), Cristo e o Diabo (Gn 3.15). Na verdade, o Inimigo semeou num campo que não era seu. Ainda que esse campo pertença ao Senhor Jesus, “o inimigo” (Diabo) sempre procurará produzir ali o mal.

Trigo é símbolo de alimento, nutrição e energia para as almas famintas espiritualmente. No Antigo Testamento, o trigo era usado como oferta no templo (Ed 6.9; 7.22). Entre outros alimentos como azeite, vinho, sal e cevada, o trigo não podia faltar porque esses alimentos representavam a provisão de Deus para o povo: é símbolo da provisão divina para os homens (Sl 81.16; 147.14). Jesus foi o semeador por excelência que veio para semear a boa semente no seu campo.

Servos relapsos

No versículo 25, Jesus declara que os servos daquele rei foram relapsos com suas responsabilidades de cuidado e vigi-lância com o campo semeado. O texto diz, literalmente: “mas, dormindo os homens, veio o seu inimigo, e semeou o joio no meio do trigo, e retirou-se” (Mt 13.25). A Igreja está neste mundo como guardião do campo plantado. Não pode dormir nem tosquenejar. O joio foi semeado de modo oculto pelo inimigo que percebera que os servos daquele rei agiram com

irresponsabilidade e falta com suas obrigações. Eles deveriam saber que o inimigo age furtivamente.

DOIS TIPOS DE SEMENTES (MT 13.24,25)

Duas sementes distintas, o trigo e o joio são semeados nesse campo. O texto bíblico declara que “o Filho do Homem” foi quem semeou “a boa semente”, o trigo, e “seu inimigo” (o Diabo) semeou o joio no meio do trigo.

O joio

O que é joio? (v. 25) Existe um gênero de plantas (*lolium*) pertencente à família das gramíneas, também identificada como *zizânion* (grego) ou, na forma aportuguesada, *cizânia*. É uma herbácea parecida com o trigo no período de folhagem, mas que mostra a diferença no período de floração e frutificação. O joio (*cizânia*) é uma espécie de ervilha brava, com folhas pinuladas e flores papilionáceas, às vezes, de cor azul-purpurino ou avermelhada, que no período de maturação do trigo logo é distinguida pela sua cor. Enquanto as plantas (o trigo e o joio) são novas quase não se distinguem uma da outra, mas, depois de crescidas, não se confundem mais (Mt 13.39,40). Diz o texto que quando os homens estavam “dormindo” veio o inimigo e semeou o joio no meio do trigo. Até que apareça a espiga não se percebe qualquer diferença entre o trigo e o joio. Somente quando surge a espiga do trigo se percebe a diferença, pois “o joio” produz grãos pretos (ou vermelhos, e até azulados) e o trigo produz grãos amarelos. É uma espécie de “erva daninha” ou “trigo silvestre”, que tem em seus grãos uma certa porcentagem de veneno. A ingestão do grão do joio misturado ao trigo pode provocar náuseas, vertigens e até convulsões. É interessante perceber que o joio surge similar ao ramo do trigo

enquanto é novo, por isso o zelo que a Igreja deve ter com os novos convertidos. Na colheita, o trabalho de separação tem de ser feito com cuidado, para se tirar do meio do trigo todo trigo, de tal. É importante notar que o joio é semeado com o trigo, de tal forma que, quando se percebe a distinção na maturação do campo, o trabalho de separação do trigo e do joio tem de ser feito individualmente. Na visão de Cristo, a separação do trigo e do joio será feita na consumação dos séculos, no Juízo Final, quando os anjos de Deus serão os ceifeiros (Mt 13.39,40).

O trigo

O trigo é uma planta herbácea, da família das gramíneas, que tem sua origem na região entre o Mediterrâneo e o Irã, e é cultivada em todas as terras temperadas. A etimologia dessa palavra deriva do latim, *triticum aestivum*, que significa “herbácea de verão”; daí o fato de ser uma planta que é cultivada especialmente em terras quentes. A planta tem formato cilíndrico e ereto, folhas planas, espigas densas e cariopses ovóides, intumescidas, tenras e farinosas. Jesus chama a atenção dos seus discípulos para o cultivo do trigo e o devido cuidado que se deve ter com o mesmo. O trigo, pelas características nutritivas e protéicas, fornece dos seus grãos o amido panificável conhecido como “pão”. Jesus, em sua parábola, faz uma metáfora do grão de trigo e o chama “boa semente” e ainda, metaforicamente, explica aos seus discípulos que essa “boa semente” são “os filhos do Reino” (Mt 13.38). Na parábola anterior, era a “palavra do Reino” (Mt 13.19), isto é, a Palavra de Deus. Nesta parábola, “a boa semente” produz o resultado esperado por Jesus, mediante a receptividade, entendimento e obediência das pessoas que, ao receberem “a boa semente” em seus corações, tornaram-se “filhos do Reino de Deus”.

Outrossim, o trigo é símbolo de alimento, nutrição e energia para os que têm fome e sede de justiça, isto é, fome e sede espiritual (Mt 5.6). Jesus foi e ainda é “o homem que semeia boa semente no seu próprio campo” (Mt 13.24). Nós, os cristãos, somos os semeadores de nosso tempo, por isso ainda há semente no celeiro de Deus para ser semeada no mundo. Jesus é o pão vivo do céu que pode mitigar a fome espiritual dos famintos (Jo 6.35,48-50).

O TEMPO DA COLHEITA

A colheita implica esperança, paciência e fé de quem lavrou a terra e semeou. O apóstolo Paulo escreveu que “o lavrador que trabalha deve ser o primeiro a gozar dos frutos” (2 Tm 2.6) e o apóstolo Tiago reforçou ainda mais esse conceito de colheita quando escreveu: “Eis que o lavrador espera o precioso fruto da terra, aguardando-o com paciência, até que receba a chuva temporã e a serôdia” (Tg 5.7). Ambas as referências bíblicas indicam que a colheita é o resultado final de todo o tempo de espera paciente para se desfrutar do fruto.

Nesta parábola (do joio e do trigo), a mensagem de Jesus tinha um caráter escatológico de juízo porque falava da separação entre os bons e os maus, entre os justos e os injustos, entre o trigo e o joio, e entre “os filhos do Reino” e “os filhos do Maligno” (v. 38). Porém, duas perguntas são feitas pelos discípulos de Jesus que mereceram respostas objetivas do Mestre.

Duas perguntas interessantes

A primeira pergunta está no versículo 27: “Senhor, não semeaste tu no teu campo boa semente? Por que tem, então, joio?” Esta primeira pergunta demonstrava a preocupação dos discípulos com o fato de que “o campo” pertencia ao Senhor e

que o semeador era o próprio Senhor que havia semeado apenas “a boa semente”. Por que, então, apareceu o joio nesta semeadura? Ora, se o joio era a representação do mal, temos de admitir que a existência do mal é inevitável. Como entender e aceitar a existência do mal no seio da igreja? Como compreender a sua realidade no mundo?

A questão acerca do joio e do trigo, nesta parábola, nos leva a um dos mais profundos mistérios relacionados com a questão “do bem e do mal”. Sem entrarmos na discussão desse tema — “bem e mal” —, a mensagem da parábola é que “o mal é uma realidade que se opõe a Deus. Não é uma pessoa propriamente dita, por isso a idéia divulgada de que o Diabo é o próprio mal é falsa. O Diabo utiliza o mal para se opor a Deus. No Novo Testamento percebe-se um certo dualismo apresentado pelos escritores, tais como: reino de Deus e reino de Satanás, luz e trevas, bem e mal, verdade e mentira. Entretanto, temos de ter o cuidado para não personificar o Diabo como o mal. Da mesma forma, “o bem” não é Deus, mas Deus é o criador do bem e do mal, conforme nos é dito em Isaías 45.7: “Eu formo a luz e crio as trevas; eu faço a paz e crio o mal; eu, o Senhor, faço todas essas coisas”. Contudo, é necessário que se faça a devida interpretação acerca do “mal” a que se refere o profeta. Matthew Henry, em seu *Comentário Bíblico*, tece o seguinte comentário:

Não há outro Deus senão Jeová. Nada pode ser feito sem Ele ou sem a sua aprovação. Ele ordena a paz e guia tudo para o bem; cria o mal, não o mal do pecado, mas o do castigo. É o autor de tudo que é verdadeiro, santo, bom e feliz; o mal, o erro e a miséria entraram no mundo por sua permissão, através da voluntária apostasia de suas criaturas, mas estão restringidos e regidos por seus justos propósitos.¹

Portanto, a existência do mal é um fato indiscutível. A questão filosófica e teológica da questão do “bem e do mal” não cabe neste estudo, senão o de reconhecer que Jesus ensinou sobre este tema distinguindo “o bom trigo” e “o mau joio”.

Ora, naquele campo de plantio o semeador havia semeado apenas “a boa semente”; por que, então, surgiu, neste campo, a “má semente”?

A forma singular da frase “boa semente” tem um sentido coletivo porque se refere às sementes tiradas do boral e lançadas na terra. Temos que conviver com este fato. Na igreja, o campo foi semeado com “boa semente”, mas nos deparamos constantemente com “sementes daninhas” que aparecem para envenenar a vida dos crentes. A hostilidade de Satanás contra a Igreja estará sempre presente, por isso precisamos estar atentos contras as suas astutas ciladas. A “boa semente são os filhos do Reino”, os crentes sinceros e comprometidos com o Reino de Deus, que representam o “trigo” semeado. O “joio”, por sua vez, constitui-se “dos filhos do Maligno”, isto é, todos aqueles que fazem a vontade de Satanás. Esse “inimigo” introduz, infiltra “os seus filhos” no meio da igreja, no campo de trigo, para envenenarem o trigal com heresias e conceitos espirituais errados.

A segunda pergunta está no versículo 28: “Queres, pois, que vamos arrancá-lo?” Uma vez que sabemos que o joio é praga no meio do trigo tendemos a tomar medidas drásticas contra aquela praga. Jesus mostrou a impaciência dos trabalhadores daquela seara que queriam de imediato arrancar todo o joio. Queriam limpar o campo daquelas ervas daninhas, mas o “pai de família” chamou a atenção daqueles homens para dois fatos. Primeiro, seria perda tentar arrancar o joio quando ainda estivesse verde, pois nesta fase inicial de crescimento da planta-

ção, os dois são muito parecidos. Arrancar o joio significaria o risco de arrancar também o trigo. Isto ilustra a existência do mal do joio no meio do trigal. Temos de ter paciência e esperar o tempo próprio de separar o verdadeiro do falso. Às vezes, no seio da igreja, há cristãos impacientes com aqueles que não correspondem ao padrão de cristãos autênticos, mas Jesus nos exorta a que tenhamos paciência com os tais.

Cuidado com processo de separação do trigo e do joio

A parábola nos mostra que a ceifa (a colheita, a sega) deve acontecer no tempo próprio, quando se fará a separação entre o trigo e o joio. O senhor do campo de trigo ensinou aos seus trabalhadores que não se deve precipitadamente arrancar o joio, mas disse-lhes: “Deixai crescer ambos juntos até a ceifa” (Mt 13.30). A Igreja é constituída de pessoas humanas e, inevitavelmente, teremos de conviver com pessoas boas e más, sinceras e falsas, justas e injustas até o tempo da ceifa. Não cabe à Igreja querer extirpar aquelas pessoas que causam problemas ao seu progresso. Não podemos ter a impaciência de João e Tiago, que queriam que descesse fogo do céu para consumir os que rejeitavam a mensagem de Cristo (Lc 9.51,52). Temos de conviver com o mal, por isso podemos entender a oração sacerdotal de Cristo pelos seus discípulos: “... não peço que os tires do mundo, mas que os livres do mal” (Jo 17.15). Aprendemos com Cristo que a colheita precipitada ou antes do tempo devido é uma ameaça para o trigo. São dois elementos e princípios que terão de se desenvolver paralelamente até a ceifa.

Outra verdade que deve ser destacada é que os ceifeiros não são os homens, mas os anjos de Deus (Mt 13.39,41). No tempo presente, quando a plantação está crescendo, e enquanto não chegar a maturação, uma vez percebida a existência do joio, não deve haver precipitação e intolerância.

Lamentavelmente, a intolerância e a impaciência para com os crentes problemáticos no seio da igreja têm produzido grandes prejuízos morais e espirituais. Muitos cristãos novos acabam sendo extirpados juntamente com os problemáticos. A disciplina corretiva é recomendável para a limpeza do campo, mas a exclusão sem misericórdia acaba destruindo também o trigo (1 Co 5.4,5).

O tempo próprio da ceifa

Podemos interpretar o versículo 30 em duas partes. A primeira diz o seguinte: “Deixai crescer ambos juntos até à ceifa...” Subtende-se que Jesus queria mostrar que ao se extirpar o joio do meio do trigo corre-se o risco de cortar também o trigo, por isso o Senhor aconselha a deixarmos que ambos cresçam juntos até o tempo da colheita final. Enquanto a ramagem do trigo está nova e verde, é difícil perceber a diferença com o joio porque se parece muito com o trigo naquela fase. Somente na maturação do trigo se perceberá a diferença entre ambos. A lição que aprendemos nesse conselho do Senhor deve ser aplicada na vida pastoral da igreja. No seio da igreja sempre aparece o joio para prejudicar a vida do trigo. Devemos ter paciência e capacidade de suportar o falso, o hipócrita, o “faz de conta” no meio do povo de Deus. Às vezes, o Senhor permite que o joio esteja no meio do nosso campo de trigo para que aprendamos a conviver sabiamente.

A segunda parte do versículo 30 diz: “... por ocasião da ceifa, direi aos ceifeiros: colhei primeiro o joio e atai-o em molhos para o queimar; mas o trigo, ajuntai-o no meu celeiro”. Na primeira parte, temos de conviver com o joio até o tempo da ceifa e, na segunda, o Mestre indica que o tempo da colheita será na “consumação dos séculos”, isto é, no tempo do Juízo Final de Deus.

O que podemos entender por “fim do mundo”? A palavra mundo, no contexto dessa parábola, refere-se ao sistema satânico que impera na terra. Mas chegará um dia em que esse será desfeito e terá fim, para que se inicie um novo tempo, o da plenitude de Deus. Quando chegarmos a esse tempo, então se fará a separação entre o trigo e o joio. O Senhor usa, mais uma vez, a linguagem figurada e metafórica para falar do processo de separação na colheita final. A destruição do joio acontecerá obedecendo ao seguinte processo: será colhido separadamente e atado em feixes para, finalmente, ser lançado na “fornalha de fogo” (Mt 13.42). A linguagem de juízo é figurativa, mas não desfaz a realidade. A “fornalha de fogo” é ilustrada para mostrar o estado final dos ímpios na Geena, o “lago de fogo” (Ap 21.8). Por outro lado, a colheita do trigo é feita de modo especial porque o Senhor ordena aos ceifeiros que juntem todo o trigo e o coloquem no seu celeiro. Naturalmente, esse processo de separação acontecerá em dois estágios e tempos distintos. Primeiro será colhido e separado o trigo que representa os justos, os fiéis, e depois, numa segunda fase, no final de tudo, o joio separado será atado em feixes e lançado no “fogo ardente”, que é o estado final dos ímpios. Na vinda do Senhor Jesus, todo o trigo (os salvos) será recolhido para os celeiros nos céus (1 Ts 4.15-17).

Aprendemos com esta parábola que temos de conviver neste tempo presente com a existência do mal, mas podemos viver com sabedoria, prudência e firmeza na fé, sem nos deixar envolver pelo mal. Aprendemos também que o poder milagroso do Senhor pode transformar joio em trigo, pois temos até o tempo da ceifa a oportunidade de ver esses milagres operados. Temos de aprender que há tempo para tudo, de semear e de colher, conforme está escrito na Bíblia: “Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do

céu: há tempo de nascer e tempo de morrer; tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou” (Ec 3.1,2).

¹ *Comentário Bíblico de Matthew Henry*. CPAD, Rio de Janeiro, 2002, p. 593.

CAPÍTULO 3

A EXPANSÃO DO REINO DOS CÉUS



Mateus 13.31,32; Atos 2.44-47; 12.24; 19.20

**A Igreja é o Reino de Deus expandido e proeminente sobre a terra, revelado por Jesus no mistério poderoso do crescimento e desenvolvimento do grão de mostarda.*

A pregação de Jesus Cristo em todo o tempo de sua vida terrena teve por objetivo específico falar do Reino dos céus. Em cada parábola havia elementos da estrutura do Reino, sua composição, vida interior, relações com o mundo exterior e extensão no mundo das criaturas. Várias parábolas, entre as quais, a do Grão de Mostarda, tratam de crescimento e desenvolvimento do Reino de Deus na terra. Sua habilidade com a linguagem figurada deu-lhe a autoridade de falar com profundidade teológica e filosófica, mas utilizando uma forma clara e acessível a qualquer pessoa, de qualquer grau de cultura. Nesta parábola, em especial, Ele se volta para o mundo da botânica e usa a figura de uma pequena semente (grão) de mostarda para ilustrar um grande Reino, o dos céus. Ao fazer essa comparação, Jesus fala de desenvolvimento, crescimento e expansão desse Reino. Portanto, o “grão de mostarda”, quando semeado na terra, sendo pequeno e diminuto, tem a força interior para se desenvolver, crescer e transformar-se numa grande árvore. Cristo confere um

tom poético e literal à descrição da mostarda e diz que ela torna-se suficientemente grande para abrigar até mesmo os pássaros em seus ramos. Na verdade, a lição espiritual que esta parábola nos dá é sobre a elevação, expansão e proeminência do Reino de Deus na terra. Três pontos principais sugerem estudarmos esta parábola: a semente, a hortaliça e as aves do céu.

A SEMENTE DE MOSTARDA

Se Jesus estivesse em nossos dias em carne e osso certamente Ele usaria os recursos modernos para ilustrar suas grandes verdades, que são eternas e nunca caem em desuso. Naqueles dias, Ele se voltou para as coisas próprias dos hábitos e costumes, bem como dos valores morais da época e, com uma linguagem especial, ensinou verdades profundas que são os valores que conhecemos em nossos tempos modernos. Ao utilizar figuras da vida física, animal, botânica e humana, Jesus aguçou o conhecimento existente da época como também a curiosidade das pessoas pelas novidades que apresentava. Há uma certa similitude entre as parábolas do Semeador, do Joio e do Trigo, do Grão de Mostarda e do Fermento. Cada parábola tem a sua interpretação própria, mas Ele falou dando uma harmonia quanto às lições que queria ensinar. Ainda que alguns intérpretes divirjam quanto ao ensino que cada parábola apresenta, temos de reconhecer que o Senhor foi uniforme em seus ensinamentos. Jamais empregou uma figura com dois sentidos diferentes. Em cada parábola há uma perfeita harmonia na mensagem final que Jesus queria ensinar.

O grão de mostarda (v. 31)

A mostarda é uma palavra de origem egípcia, *sinapis*, que aparece especialmente nos três primeiros Evangelhos,

por quatro vezes (Mt 13.31; 17.20; Mc 4.31; Lc 13.10; 17.6). Jesus utiliza a mostarda conhecida na Palestina como *sinapis nigra* e *sinapis alba*. Esses dois tipos de mostarda, a negra e a branca, são sementes pequeninas. Nos dias de Jesus, era a *sinapis nigra*, ou seja, a mostarda negra, que era a mais conhecida como uma hortaliça. Ora, uma hortaliça é uma planta herbácea que produz sementes, as quais, depois de trituradas, servem de tempero para comida. Era uma planta que, quando em terra fértil, podia crescer rapidamente até cerca de três metros e meio. Em seus ramos estendidos, as aves do céu podiam aninhar-se.

A lição dos contrastes

Essa era a lição que Jesus queria ensinar: *a dos contrastes*. O que significa *contraste*? Significa “o grau marcante de diferença ou de oposição entre coisas da mesma natureza” (Dicionário Houaiss). Nesta parábola, Jesus utiliza-se dessa forma de ilustração para mostrar as diferenças de valores entre as coisas do reino desse mundo e do Reino de Deus. De um modo especial, os contrastes internos e externos da planta da mostarda apresentados nesta parábola indicam o poder misterioso do diminuto grão dessa planta. Pelo fato dessa hortaliça produzir tão pequeninas sementes, Jesus queria que seus discípulos entendessem que uma semente tão pequena era capaz de produzir um grande resultado. A partir de um começo obscuro chega-se a um final surpreendente. Na realidade, “a menor de todas as sementes” e a “maior das plantas” formam um contraste dentro da parábola, que somente nos é possível compreender com uma visão espiritual. A operação divina é o elemento que promove o crescimento do Reino de Deus. Em virtude do diminuto tamanho e peso do grão de mostarda, o Reino de

Deus (a Palavra) surge do nada para tornar-se tudo o que o poder de Deus pode fazer. A Igreja, como um grão de mostarda, pequenino e pouco notado de início, foi capaz de surpreender o mundo com a sua vida dinâmica. Pode-se comparar esse sucesso do grão de mostarda à fé nascida no coração de uma pessoa capaz de surpreender, posteriormente, com uma grande obra em favor do Reino de Deus.

O poder misterioso da fé

Certa feita, Jesus estava rodeado de uma grande multidão carente e curiosa pelos seus milagres quando aproximou-se um homem, pai desesperado pelo estado espiritual e físico de seu filho, e pediu-lhe que o curasse (Mt 17.14-21). Segundo o relato de Mateus, os discípulos não conseguiram libertar o rapaz. Um sentimento de frustração e derrota dominou o coração daqueles discípulos. Jesus não apenas curou e libertou o rapaz de uma casta de demônios que o escravizara até então, mas aproveitou o ensejo para dar uma lição aos seus discípulos. Perguntaram-lhe: “Por que não pudemos nós expulsá-lo?” Jesus, de forma objetiva e direta, respondeu-lhes: “Por causa da vossa pequena fé; porque em verdade vos digo que, se tiverdes fé como um grão de mostarda, direis a este monte: Passa daqui para acolá — e há de passar; e nada vos será impossível” (v. 20). Ao usar a figura do “grão de mostarda”, Jesus quis demonstrar o poder misterioso e qualitativo da fé. A dificuldade dos discípulos para curar e libertar aquele jovem endemoninhado deu a Jesus a oportunidade não só de curar aquele pobre homem, mas acima de tudo, de mostrar-lhes que a fé é algo misterioso e poderoso quando exercida na devida proporção. Ao mesmo tempo, a figura do “grão de mostarda” é usada pelas características misteriosas e poderosas de aparecer do nada e operar grandes coisas.

Estratégias espirituais versus estratégias materiais

O mercado evangélico está repleto de interessantes livros que oferecem métodos de crescimento da igreja na terra. Esses métodos têm a sua importância, mas tendem a fugir dos princípios naturais estabelecidos na Bíblia para um crescimento *equilibrado* em quantidade e qualidade. A visão mercadológica de crescimento não vê a Igreja na ótica de Cristo. Por melhores que sejam as idéias, os planos, as discussões de conceitos e de *marketing* empresarial para fazer uma igreja crescer, não podem omitir o elemento fundamental do verdadeiro crescimento da Igreja que é o espiritual. A Igreja é mais que um conglomerado de pessoas em torno das doutrinas cristãs; é mais que um mero grupo social. A Igreja, a despeito de ser constituída de pessoas humanas, é um projeto de Deus apoiada e sustentada por Ele.

Lamentavelmente, muitos líderes evangélicos se deixaram embeber com estas novidades para suas igrejas e as dirigem como empresas. Entretanto, a falta de fé é típica desse tipo de liderança que abandona os princípios vitais do Novo Testamento para abraçar todo tipo de novidade.

Acredito que o evangelho é poder de Deus suficientemente capaz e superior a toda e qualquer idéia humana de crescimento (Rm 1.16). Não há neste conceito pessoal nenhum retrocesso, tampouco qualquer resquício de legalismo atrofiante. Não! Porém, creio que os métodos neotestamentários não podem ser relegados por métodos temporais de homens. Precisamos, sim, renovar a fé e torná-la menos racionalista e mais racional e espiritual. Vejo certa distância entre ser *racional* e ser *racionalista*. O cristão *racional* avalia as coisas de Deus por uma perspectiva bíblica e inteligente. O cristão *racionalista* avalia as coisas espirituais relegando-as ao mero conhecimento intelectual da verdade. O apóstolo Paulo declarou que “o homem

natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (1 Co 2.14). Ora, o poder misterioso da fé só é possível aos que a recebem e a exercitam em sua vida cristã.

A visão que Cristo deixou-nos é a do “grão de mostarda” e o seu poder misterioso de crescimento sem qualquer esforço humano. A estratégia divina para o crescimento da igreja difere das estratégias humanas baseadas em esforços humanos. O apóstolo Paulo descreveu o crescimento do cristão como um processo pelo qual a Igreja toda cresce. Em Efésios 4.15, ele registrou: “seguindo a verdade em caridade, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo”. Depreende-se desta escritura tanto o crescimento do cristão (individualmente) como o da Igreja (coletivamente). Trata-se de um crescimento mediante o desenvolvimento da maturidade espiritual e do comportamento cotidiano (Ef 4.12-14).

O campo de sementeira (v. 31)

Um “campo” não fica nunca em lugares altos e cheios de elevações físicas. Um campo de plantio é sempre um lugar extenso e plano. Nas terras do Oriente Médio existem poucos campos de plantio e os existentes são aproveitados ao máximo para o plantio de grãos. No caso da mostarda, a terra não tinha de ser, obrigatoriamente, um lugar plano, como se faz necessário para o plantio do trigo, cevada e aveia, por exemplo.

Há um pequeno detalhe nesta parábola que deve merecer a nossa apreciação. Está descrito “que um homem, pegando dele [do grão de mostarda], semeou no seu campo”. O pronome possessivo “seu” indica que aquele campo não era um campo alheio, de outrem, mas pertencia ao semeador. A semente foi semeada no “seu campo” (v.31). Os outros Evangelhos Sinóticos

lembraram a mesma parábola: Marcos escreveu que a semente foi semeada “na terra” (Mc 4.31), e Lucas disse que foi semeada “na sua horta” (Lc 13.19). Estas pequenas diferenças são apenas de linguagem dos autores, porque a verdade que Jesus queria ensinar foi mantida na sua integridade. Se foi num campo, ou na terra, ou numa horta, não temos de forçar os detalhes de linguagem, pois têm o mesmo sentido. Utilizando a linguagem de Mateus, “o campo” é, sem dúvida, o do mundo; o mesmo das parábolas similares. Podemos entender que a semente semeada no mundo no dia de Pentecostes foi pequena e insignificante (“quase cento e vinte pessoas” –, At 1.15,16), mas poderosa. Então, repentinamente, cresceu o número de discípulos (At 2.14,37-41) para quase três mil almas.

A lição do crescimento

Não parece que Jesus estivesse preocupado em falar de crescimento numérico, mas, sim, reunir os dois elementos fundamentais para se avaliar o crescimento do Reino de Deus. Esses dois elementos são, essencialmente, o quantitativo e o qualitativo. O crescimento da hortalíça da mostarda indica que Jesus queria que “o Reino dos céus”, representado pela sua Igreja na terra, tivesse um crescimento baseado não em valores materiais, mas em valores espirituais. A instituição do discipulado em Mateus 28.19,20 diz: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. Eis que estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos”. Há uma relação dessa ordenança com o desejo de Cristo no sentido de ver sua Igreja crescer. O cumprimento da Grande Comissão foi o segredo dos discípulos, aprendido, sem dúvida, entre outras coisas, com o ensino dessa parábola do grão de mostarda.

Nessa lição, Jesus destacou a qualidade desse grão capaz de esconder em seu minúsculo interior uma força descomunal para tornar-se uma grande árvore. Aprendemos, também, que o crescimento do Reino de Deus é *centrífugo*, isto é, parte de dentro para fora, e pela sua força íntima o rebento parte para fora com crescimento à vista. O tamanho é diminuto (um grãozinho), mas o poder é imenso, capaz de transformar uma semente pequena em uma grande árvore.

A GRANDE ÁRVORE

O texto diz, literalmente: “... mas, crescendo, é a maior das plantas e faz-se uma árvore” (Mt 13.32). Lucas descreveu assim: “... e cresceu e fez-se grande árvore” (Lc 13.19). Os botânicos dizem que as hortaliças são plantas que podem adquirir aparência de árvores, mas são plantas completamente diferentes das árvores. Porém, Jesus, a despeito da linguagem quase que hiperbólica utilizada para ilustrar a hortaliça da mostarda, teve por objetivo fazer comparação.

A forma de crescimento

O crescimento de uma árvore é lento e progressivo, mas o de uma hortaliça, neste caso a mostarda, se desenvolve rápido e, geralmente, é de pouca duração, porque esta vive apenas o suficiente para produzir flores e sementes. Porém, quando Jesus compara o Reino de Deus a uma hortaliça de mostarda, sugere um desenvolvimento totalmente alheio à sua natureza e constituição. Por esta razão, alguns intérpretes preferem não comparar o crescimento da Igreja ao da mostarda. Entretanto, o ensino básico e fundamental dessa parábola é mostrar que, independente da forma rápida e misteriosa de desenvolvimento do grão de mostarda, “o Reino de Deus” (a Igreja) surpreenderia o mundo com sua expansão e proeminência.

As ameaças ao crescimento

Nas parábolas similares anteriores a esta, aparece o campo de plantio, e em cada um desses campos havia problemas típicos de solos e sementes. Esses problemas de recepção, absorção e desenvolvimento do campo são típicos daqueles que recebem a Palavra de Deus. Cada problema tinha de ser encarado com diligência e paciência da parte do agricultor (1 Co 3.8). No sentido geral, a Igreja é o grão de mostarda semeado no mundo e esse grão desenvolveu-se e cresceu e tornou-se uma grande árvore. Dois mil anos se passaram e a Igreja expandiu-se em toda a terra. O campo representa o lugar onde foi semeada a Igreja de Cristo.

Esse campo pode ser interpretado de dois modos: como “mundo físico”, onde vivemos, e como o “mundo espiritual”. Esse último sistema é invisível e age no mundo das criaturas. Considerando essa palavra pela perspectiva espiritual, a Bíblia identifica o “mundo” como um sistema de comando satânico em que os demônios agem para deter o crescimento da Igreja de Cristo. João, o apóstolo, disse que “sabemos que somos de Deus e que todo o mundo está no maligno” (1 Jo 5.19). Vivemos neste mundo (físico e espiritual) como Igreja e nele nos deparamos com dois oponentes: a *carne* e o *Diabo*, os quais se incumbem de criar todas as dificuldades possíveis ao desenvolvimento do Reino de Deus. São agentes satânicos contra Cristo e sua Igreja.

João escreveu em sua primeira epístola: “Porque tudo o que há no mundo, a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida, não é do Pai, mas do mundo. E o mundo passa, e a sua concupiscência; mas aquele que faz a vontade de Deus permanece para sempre” (1 Jo 2.16,17). Essa escritura revela que o Diabo tem sob o seu sistema três elementos comandados por seus agentes para infectarem os cris-

tãos e, por esse modo, impedir o seu crescimento. O antagonismo do “mundo” contra a Igreja de Cristo é uma represália de Satanás para rebater a mensagem insistente de João: “Filhinhos, não amemos o mundo”, no que se inclui, não só negar nosso afeto ao que é mundano, mas a separação de tudo o que o mundo oferece.

Ora, se sabemos que “o mundo” é um sistema diabólico que se opõe a Deus, devemos nos manter fiéis à sua Palavra. Esse sistema espiritual diabólico explora os elementos da nossa natureza humana pecaminosa para nos lançar contra Deus, entre os quais, a “concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida”. Esses elementos corrosivos estão sob o domínio do Espírito Santo na vida do cristão e somente serão efetivos se nos deixarmos enganar pelo pecado.

A primeira classe de incentivo do “espírito do mundo” é à “concupiscência da carne”. A palavra *concupiscência* tem sua origem na língua grega, *epithumía*, e quer dizer: “desejo incontinente, forte, incontrolável”. Os agentes demoníacos se prestam a incentivar nossa carne, ou seja, os “desejos próprios da carne” relacionados com o comer, beber, sexo e outras coisas mais. Esses desejos não são naturais, mas incontroláveis e conduzem a pessoa a glotonarias, bebedices, adultérios, prostituições e abusos. Quanto aos “desejos incentivados pelos olhos” são os pecados da atração dos olhos, e “a soberba da vida” está relacionada com a busca de ostentação pela opulência, em que a pessoa perde o bom senso, e para ter posse de coisas que satisfaçam sua vaidade pessoal é capaz de praticar loucuras. Ora, esses elementos são nocivos ao crescimento individual do cristão e, automaticamente, afetam o crescimento do Corpo de Cristo, a Igreja.

Assim como nas parábolas anteriores havia obstáculos ao desenvolvimento das sementes semeadas, na Parábola do Grão

de Mostarda, aprendemos que em todo um campo onde é semeada a boa semente aparecem também as más sementes. Do ponto de vista escatológico, aprendemos que no final de tudo haverá a separação entre o falso e o verdadeiro, entre o trigo e o joio. Os falsos cristãos serão separados dos verdadeiros cristãos pelo poder do evangelho (Mt 13.39-43).

Que significa essa “grande árvore”? (v. 32)

Todos sabemos que a mostarda é uma hortaliça que pode crescer até uma altura de três a quatro metros. Ela existe, especialmente, no vale do Jordão. Razão pela qual Jesus usou a figura da mostarda para falar em parábolas. Ainda que alguns intérpretes discordem da idéia básica do significado dessa “árvore”, ela pode representar cada crente em particular, mas a idéia principal é a de que represente todo o conjunto que compõe a Igreja na terra. Em síntese, uma árvore chama a atenção porque se torna visível aos olhos humanos. Cada salvo em Cristo constitui-se parte da Igreja invisível, mas de modo geral a igreja visível pode ser esta árvore sobre a qual, em seus ramos, os pássaros podem aninhar-se. Segundo o *Comentário Bíblico Pentecostal*, da CPAD, os autores comentaram o seguinte: “A referência à árvore indica um império em expansão (e.g., Ez 17.23; 31.3-9; Dn 4.10-12); os pássaros representam as nações do império (Dn 4.20-22)”.

AS AVES DO CÉU

O texto diz: “mas, crescendo, é a maior das plantas e faz-se uma árvore, de sorte que vêm as aves do céu e se aninham nos seus ramos” (v. 32). Alguns intérpretes entendem que essas “aves do céu” simbolizam Satanás e seus poderes insidiosos contra a Igreja. O famoso exegeta bíblico Herbert Lockyer, em seu li-

vro sobre parábolas, escreveu: "...sustentamos, pois, que as 'aves do céu' não representam homens e nações, e sim o mal, isto é, Satanás, o príncipe da potestade do ar (Ef 6.12), que tem observado em segredo como se tem estendido o Reino desde o seu pequeno início até seu grande desenvolvimento atual". Entretanto, a despeito dessas interpretações negativas acerca do que representam essas "aves do céu", prevalece aquela, a qual o "grão de mostarda" significa o triunfo rápido e final do evangelho, e as "aves do céu" passam a ter um sentido positivo de proteção e refúgio à sombra dessa grande árvore.

O famoso expositor bíblico Trench interpretou que "as aves são uma profecia de refúgio e defesa que deve haver para todos os homens na igreja". Jesus não preocupou-se em detalhar a interpretação dessa parábola, porque preferia destacar a verdade principal do seu ensino e não os detalhes pitorescos de uma parábola, que são, às vezes, apenas um modo de dar beleza e estética à história. O que vale é a sua aplicação clara, visto que a lição básica que Jesus queria transmitir aos seus discípulos era sobre o crescimento da Igreja no mundo. Ele deixou claro que era a partir do seu pequeno começo como um "grão de mostarda" que a Igreja cresceria até alcançar a altura de uma árvore.

As "aves do céu" podem não ter, obrigatoriamente, uma interpretação específica. Parece-nos que essas "aves do céu" fazem parte apenas da composição da parábola, sem nenhum significado especial. Num certo sentido, elas podem significar apenas a representação daqueles que podem se abrigar nessa grande árvore (Mt 6.26; Dn 4.10-12).

CAPÍTULO 4

CRISTO, O TESOURO INCOMPARÁVEL



Mateus 13.44-46,51-54

A Igreja e o Reino se entrelaçam, se fundem, porque expressam a essência do amor de Deus.

Várias parábolas tiveram apenas um ou dois versículos e esta, a do Tesouro Escondido, é uma delas. A despeito do resumido conteúdo, sem muitos detalhes, esta parábola é rica em sua mensagem. É uma parábola sem paralelos porque não se encontra nos demais livros sinóticos do Novo Testamento. Como Jesus era especialista em parábolas e preferia ensinar através das mesmas (Mt 13.34), não lhe era difícil falar pouco com muito conteúdo espiritual. Era costume dos povos antigos, especialmente do Oriente Médio, esconder moedas, obras de metais preciosos em lugares escavados na terra, por causa das guerras e por outras circunstâncias que lhes dava a segurança de não serem roubados ou saqueados. A lição básica de Jesus não era dar um sentido do porquê das pessoas esconderem seus tesouros na terra, mas era, essencialmente, o de mostrar o que um homem pode fazer quando encontra um tesouro escondido. O Reino de Deus é tão desejável que, quando um homem o encontra, é capaz de sacrificar-se para não perder aquele tesouro.

O REINO DOS CÉUS

O texto diz literalmente que o “Reino dos céus” é comparado a “um tesouro escondido num campo” (v. 44), enquanto que, na outra parábola, o “Reino dos céus” é comparado “ao homem negociante” que busca boas pérolas. Há uma certa diferença na comparação à despeito da similaridade das duas parábolas. Na primeira, o Reino dos céus é comparado a “um tesouro” e na seguinte, o Reino dos céus é comparado a “um homem”. Um antigo comentador bíblico escreveu o seguinte no ano de 1940: “O Reino dos céus é um estado de coisas proveniente do domínio das doutrinas e dos princípios da religião de Cristo sobre a vida e a consciência dos homens, e da infusão em seus corações e implantação é semelhante a uma semente, e quanto ao modo do seu crescimento e desenvolvimento é semelhante ao grão de mostarda, e semelhante ao fermento quanto ao alto valor dos seus benefícios ou de seus resultados práticos, quanto ao ardor do empenho com que estes são procurados, é semelhante “a um tesouro escondido no campo”.

Há diferença entre “Reino dos céus” e “Reino de Deus”?

Ao longo da história da Igreja e da formação do corpo de doutrinas cristãs, essa questão do “Reino dos céus e Reino de Deus” tem sido discutida. Alguns teólogos não vêem qualquer distinção. Entretanto, outros sustentam que, pelo fato de os Evangelhos de Marcos e Lucas usarem a mesma fraseologia: Reino de Deus, e somente Mateus empregar a terminologia Reino dos céus, então, os dois reinos são um e o mesmo. Porém, outros estudiosos destrincham a matéria e entendem que as diferenças são mais importantes que as similaridades de ambas as terminologias. Alguns vêem o “Reino de Deus” como algo

inteiramente relacionado com a soberania divina e o seu domínio sobre todas as coisas criadas. Outros vêem o “Reino dos céus” como um reino escatológico e messiânico relacionado com o futuro de Israel, quando o Messias se assentará no Trono de Davi. Ambas as suposições são aceitáveis; porém, não devemos dogmatizar essa diferença para evitar contradições. A essência das duas terminologias, Reino dos céus e Reino de Deus, é a mesma porque falam do domínio do único Deus verdadeiro expressando-se em dimensões distintas. Acima nos céus, onde Deus habita, e embaixo (sob) dos céus, onde Deus domina sobre toda a criação, prevalece o fato de que Ele é Deus sobre tudo e todas as coisas e concedeu esta glória ao Filho, Jesus Cristo (Cl 1.13-18; Fp 2.6-11).

Há similaridade ou não entre Reino de Deus e Reino dos céus?

O que importa nesse estudo das similaridades ou não, é que o reino, independente se a terminologia é dos céus ou de Deus, indiscutivelmente é algo espiritual que vem de cima. A visão do Reino que Jesus queria ampliar na mente dos seus discípulos era a visão da manifestação da soberania divina na terra e identificada na vida dos cristãos. A relação do “reino” com o nome de “Deus” (Reino de Deus) indicava o que Jesus queria deixar implantado no coração dos seus discípulos — o reconhecimento de que Ele, o Senhor, é o único Deus a quem devemos adorar, servir e obedecer. O mundo precisa ver Deus na vida dos cristãos, e isso significa estar sob o domínio do Reino de Deus. A utilização do termo Reino dos céus por Mateus indicava que o céu está acima de nossas cabeças e o reino se manifesta de cima para baixo. Alguns teólogos preferem interpretar a expressão como algo relacio-

nado com o Reino messiânico desejado e esperado pelo povo de Israel até o dia de hoje.

Esse reino pode ser concebido como existente no céu, ou então no coração dos homens regenerados. Os remidos compõem o Reino de Deus. A Igreja seria a coletividade formada por esses remidos, “nos céus e na terra”. Somos a expressão desse reino no mundo em que vivemos. A autoridade régia de Cristo, como Rei dos reis, é manifestada no testemunho de cada cristão.

O CAMPO ONDE ESTÁ ESCONDIDO O TESOURO

O texto diz literalmente: “...o Reino dos céus é semelhante a um tesouro escondido num campo” (v. 44). Subtende-se que esse “campo” refere-se ao “mundo” habitado, e o “tesouro”, qualquer que seja, está escondido neste campo. Existem várias interpretações aceitáveis que podem merecer a nossa apreciação.

Para uns, o campo é a Bíblia Sagrada, porque ela é a revelação de Deus, na qual se pode encontrar preciosos tesouros que enriquecem a vida espiritual dos que a lêem.

Outros entendem que o campo representa a Igreja visível, externa, e o tesouro representa a Igreja invisível e espiritual.

Uma outra interpretação diz que “o campo” é Israel, nação adquirida por Deus. Todas estas interpretações são interessantes, mas deve prevalecer a que tem maior consenso entre os expositores bíblicos.

A interpretação mais aceitável entre os teólogos é que o campo representa o mundo dos homens. Foi este mundo dos homens, criado por Deus, que corrompeu-se com o pecado, que Ele planejou salvar através do seu Filho. Está escrito que

“o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade” (Jo 1.14). Ao falar para um homem desejoso de encontrar o tesouro de sua vida, chamado Nicodemos, Jesus disse: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16). Portanto, o campo onde estava esse tesouro é o mundo que tanto Deus amou.

Que homem é este?

O texto generaliza esse homem, isto é, não lhe dá nome algum, nem o identifica com outro homem de seu tempo. Jesus apenas diz em sua parábola que “um homem achou e escondeu”. Que homem pode ser este? Nas parábolas anteriores, Jesus identifica o “homem” como aquele que “semeia a semente” e, de modo indireto, sugere ser Ele mesmo este homem.

Porém, na Parábola do Tesouro Escondido, “o homem” é melhor identificado com o pecador que encontra a Cristo, “o tesouro” maior que alguém pode encontrar na vida. Paulo, o escritor neotestamentário que melhor soube desenvolver a cristologia, deu testemunho pessoal do seu encontro com Cristo, e por ele avaliou como perda todas as demais coisas para tomar posse de Cristo como seu tesouro achado. Escrevendo aos filipenses ele declarou: “Mas o que para mim era ganho reputei-o perda por Cristo. E, na verdade, tenho também por perda todas as coisas, pela excelência do conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor; pelo qual sofri a perda de todas estas coisas e as considero como esterco, para que possa ganhar a Cristo” (Fp 3.7,8).

No Brasil existem regiões ricas em minérios como ouro, diamantes, esmeraldas e outras pedras de valor. Não faz muito tempo, nas últimas décadas do recente século passado, na fa-

mosa Serra Pelada, situada na região amazônica, milhares de homens submetiam-se a grandes sacrifícios físicos e materiais para cavarem aquela terra e descobrirem ouro. Muito ouro foi encontrado, mas houve, também, muita frustração, porque nem todos os homens e mulheres que se aventuraram em tal empreitada conseguiram encontrar ouro suficiente para ficarem ricos. Os que mais enriqueceram foram os donos das terras garimpadas. Na Parábola do Tesouro Encontrado, aquele homem, ao descobrir o tesouro, comprou o campo o qual estava escondido.

O TESOURO ESCONDIDO

Para alguns intérpretes o tesouro é Israel, por causa do tratamento que a Terra Santa sempre recebeu em relação a Deus (Êx 19.5; Dt 7.6; 14.2; Sl 135.4; Is 62.1; Jr 31.1-3).

Outros vêem “o tesouro” como sendo a “Igreja”. Segundo H. Lockyer, “é difícil conciliar a idéia de que a verdadeira Igreja seja o tesouro escondido que Cristo encontrou (e que deu tudo de si para adquirir) com o fato de que a Igreja de Cristo foi eleita por Deus antes da fundação do mundo, e que Cristo está relacionado com tal escolha”. Paulo escreveu aos efésios: “Como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em caridade, e nos destinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor e glória da sua graça, pela qual nos fez agradáveis a si no Amado” (Ef 1.4-6).

Há, também, os que vêem o tesouro como a manifestação presente e imanente do Reino de Deus, no sentido do domínio estabelecido na vida secular.

Em um sentido mais específico, o entendimento mais plausível acerca desse tesouro é que, se o Reino dos céus significa

sua manifestação visível no mundo, Cristo é a expressão máxima dessa manifestação. Diz a Palavra de Deus: “Ele nos tirou da potestade das trevas e nos transportou para o Reino do Filho do seu amor” (Cl 1.13). Quando o pecador recebe a Cristo em sua vida pessoal está, na verdade, encontrando e recebendo o Reino de Deus em sua vida (Jo 5.39). Cristo é, portanto, o tesouro de valor incalculável que deve ser buscado acima de tudo (Rm 12.1). O texto bíblico, usando a expressão “tesouro” metaforicamente, deixa claro ser o próprio Reino dos céus o tesouro. Embora, haja forte discussão sobre o significado do tesouro, podemos entender que, quando um pecador encontra esse tesouro, obtém cidadania no Reino dos céus, ou seja, a própria salvação. O que encontra o tesouro é o indivíduo que entrega sua vida a Cristo para obter salvação e a cidadania no Reino dos céus.

Possuir a Cristo é obter o maior tesouro da vida. Nada é mais precioso e mais caro, porque Cristo é o único tesouro que nos tira da nossa mais profunda pobreza espiritual. Portanto, possuir a Cristo significa possuir o Reino que satisfaz plenamente aos desejos da nossa alma. Paulo falou dessa riqueza aos efésios, quando escreveu: “... para que saibais qual seja a esperança da sua vocação e quais as riquezas da glória da sua herança nos santos” (Ef 1.18).

CAPÍTULO 5

LANÇAI A REDE



Mateus 13.47-50; 25.31-34

Na riqueza de ilustrações apresentadas por Jesus através do método mais utilizado por Ele durante o seu curto ministério terrestre, três figuras são recorrentes: a do lavrador, a do comerciante e a do pescador. Essas figuras faziam parte da vida cotidiana do povo daquela época e Jesus sabia explorar os aspectos pitorescos da vida das pessoas e de suas atividades religiosas, políticas, domésticas e da agricultura. Porém, nesta Parábola da Rede nota-se uma certa similaridade com a parábola anterior (do joio e do trigo), porque ambas falam de bons e maus, juntos no mesmo contexto, mas separados posteriormente no juízo. É interessante que ambas as parábolas encerram com a declaração de Jesus de que o juízo dos bons e dos maus aconteceria "... na consumação dos séculos" (Mt 13.48,49). Portanto, ambas dão um enfoque presente e futuro. Na Parábola da Rede aprenderemos o tipo de tratamento que a Igreja deve dispensar àquelas pessoas boas e ruins.

Esta é a última de uma série de sete parábolas do capítulo 13 de Mateus e, por isso mesmo, Jesus fixou a atenção dos seus

discípulos para o “fim da dispensação da graça”, a consumação e o Juízo Final. Cinco aspectos especiais nos chamam a atenção nesta parábola: a rede, o mar, os pescadores, os peixes e os anjos.

A REDE (MT 13.47)

O texto diz literalmente: “O Reino dos céus é semelhante a uma rede lançada ao mar”. Grande parte do ministério terrestre de Jesus foi exercido junto ao mar da Galiléia. Por isso, Ele aproveitava as ocasiões e os lugares para tirar lições para os seus ensinos. Naturalmente, nada mais natural que, estando junto ao mar, falar de pescaria, de rede e de pescadores. Foi ali junto ao mar que Ele escolheu e convidou pescadores para serem seus discípulos. Simão e André, depois Tiago e João, eram pescadores, para os quais fez o seguinte convite: “Vinde após mim, e eu vos farei pescadores de homens” (Mc 1.17, ARA). Jesus tinha uma visão menos restritiva em relação aos judeus, por isso grande parte de seu ministério concentrou-se na Galiléia dos gentios. Seu objetivo básico era o de fundar o seu Reino entre os povos da terra, a partir de Israel, mas não exclusivamente Israel. A rede seria lançada ao mar, ou seja, ao mundo, cuja pesca seria de homens de todas as nações e povos.

O tipo de rede utilizada naquele mar diferenciava um pouco daquelas confeccionadas para o oceano. Jesus ilustrava com os materiais que estavam ali junto dos pescadores. Era um rede pesada e grande e com chumbada nas cordas inferiores, cujo objetivo era de varrer o fundo do mar e recolher todo tipo de peixes, bons e ruins.

A malha dessa rede

Certamente, essa rede era confeccionada para recolher toda espécie de peixes sem fazer qualquer tipo de seleção. A malha

da rede recolhe todos, independente da qualidade do peixe, porque sua finalidade era prender e reter esses peixes, bons e ruins, úteis e inúteis.

A Igreja é a expressão do Reino dos céus e, por isso, ela recebe em seu seio toda espécie de pessoas, sem qualquer discriminação ou seleção (At 10.34; Ef 6.9). Na operação do evangelho, quando a Igreja lança a rede, alcança grande quantidade de pessoas, porque elas são atraídas a aceitarem o evangelho e viverem nas malhas da igreja, em sua comunhão. Entretanto, nem todas permanecem. Alguns textos bíblicos exemplificam a função de uma rede (Jó 19.6; Sl 66.11; Ec 9.12), os quais podem ilustrar o sentido de uma rede em prender, salvar, impedir etc.

A rede não discrimina os peixes

Naturalmente, há uma diferença entre uma tarrafa e uma rede. Uma tarrafa, segundo o Dicionário Aurélio, é “uma rede de pesca, circular, com chumbo nas bordas e uma corda ao centro, pela qual o pescador a retira fechada da água, depois de havê-la arremessado aberta”. Outro detalhe, uma tarrafa envolve o trabalho de uma só pessoa e tem pontos definidos escolhidos pelo pescador para lançá-la. Uma rede lançada ao mar envolve o trabalho de várias pessoas, porque ela é extensa. Portanto, quando a rede é lançada “nada está tão abaixo que a rede não possa descer para alcançar (um pecador) nem tão acima que não o possa atingir”. Ninguém é tão mal que possa ser deixado de fora nem tão bom que se faça distinção. A rede recolhe bons e maus. Esta rede se estenderá até a consumação da dispensação da graça, que iniciou-se no Dia de Pentecostes e terminará com a volta de Cristo.

A rede não seleciona nem faz acepção de pessoas (At 10.34,35). O papel da igreja tem sido confundido por muitos

líderes, quando se atrevem a tomar para si o atributo que somente a Deus pertence, que é o de proceder a exclusão. Naturalmente, a igreja disciplina, corrige restabelece os seus membros dentro de princípios bíblicos de amor, justiça e misericórdia. A rede reúne e junta os peixes todos. Ela não separa os peixes de imediato. É interessante notar que na Parábola do Trigo e do Joio Jesus tratou da separação entre bons e maus na “consumação dos séculos”. Porém, na Parábola da Rede o ensino sobre a separação de bons e ruins tem um destaque especial. Jesus queria evitar os erros da hipocrisia dos escribas e fariseus que faziam acepção sem nenhum escrúpulo.

As grandes cruzadas evangelísticas convocam o trabalho de muitas pessoas, não só do pregador, e ilustram muito bem um dos recursos de Deus para a pescaria de almas. A Igreja tem de encher-se com os peixes apanhados pela rede do Evangelho. O profeta Isaías, muitos séculos antes, profetizou sobre isto ao escrever: “... a terra se encherá do conhecimento do Senhor, como as águas cobrem o mar” (Is 11.9). Jesus deixou explícito o alcance dessa rede com o Evangelho, quando disse: “E este evangelho do Reino será pregado em todo o mundo, em testemunho a toda as gentes, e então virá o fim” (Mt 24.14).

O MAR

O mar representa a humanidade

No contexto da parábola “o mar” representa a toda a humanidade caída. Alguns textos bíblicos referem-se ao mar como uma metáfora de gente, povos, nações (cf. Is 57.20; Dn 7.3; Ap 13.1). A idéia que a Bíblia sugere acerca do mar não é apenas a sua extensão e periferia, mas refere-se à sua profundidade e obscuridade de pecado e trevas. Porém, o Evangelho tem o poder de tirar do fundo do mar ao mais vil pecador e salvá-lo

(Rm 1.16). Outros significados acerca do mar são tratados nas Escrituras, mas no contexto dessa parábola, o mar representa a humanidade perdida, a qual Deus tanto ama a ponto de entregar seu Filho Jesus para salvá-la (Jo 3.16).

Outros significados da figura do mar

Alguns intérpretes vêem o mar como representando as nações gentílicas, para as quais, nesta dispensação da graça, Deus tem se voltado para salvá-las. Porém, o sentido genérico da palavra “mar” nesta parábola inclui todas as criaturas, sem distinção de cor, raça, cultura ou nação, porque para Deus, neste plano salvífico através de Cristo, judeus e gentios são apenas criaturas que precisam de salvação (Gl 3.8; Cl 3.11). A rede, quando lançada ao mar, recolhe toda espécie de peixes, por isso o evangelho não discrimina ninguém no mundo. Tem de ser pregado a toda criatura (Mc 16.15). Porém, a seleção (ou controle de qualidade) feita pelos pescadores não é feita na malha da rede, mas depois de terem recolhido todo o peixe e trazido à praia. Essa separação entre “bons e ruins” é trabalho final, feito pelos anjos de Deus na consumação dos séculos.

OS PESCADORES (MT 13.48)

O texto alude aos pescadores de modo indireto porque se refere mais especificamente ao trabalho de “puxar” a rede para a praia e o trabalho de “apanhar” os peixes e separá-los, entre bons e ruins. Naturalmente, esse ponto representa a missão principal da Igreja de Cristo na terra que é a evangelização.

Jesus convocou doze discípulos para serem pescadores de homens

Jesus sabiamente soube usar esta parábola da rede, dirigindo-se a alguns dos seus discípulos que viviam da pesca, pois Ele

relacionava-se com o trabalho que eles conheciam muito bem. Quando os convocou para segui-lo, desafiou-os a serem pescadores de homens (Mc 1.16-18). Suas redes seriam outras redes, as quais receberiam pessoas de toda classe, raça, cultura e nação. O evangelho tem sido uma rede poderosa nestes séculos da era cristã.

A arte da pescaria

Geralmente, o pescador conhece as águas onde há abundância de peixes, por isso ele deve conhecer os pontos certos onde lançar a rede. Ele conhece as marés, os remansos, os ventos, as características climáticas e a profundidade das águas. Esses são os conhecimentos primários indispensáveis ao pescador. Na evangelização, os pescadores de almas devem pescar onde se encontram as almas perdidas. Não se pesca em aquários (peixes pescados), mas nos rios profundos e em alto-mar. Certa feita Jesus ordenou a Simão Pedro: “Faze-te ao mar alto” (Lc 5.4).

O pescador deve conhecer a arte de pescar, seja através de anzóis, de tarrafas ou de redes. Quem evangeliza precisa do evangelho para poder pregar aos outros. Deve saber usar o material de pesca, isto é, deve estar apto para pescar os peixes em diferentes ambientes onde se encontram.

Milhões de pescadores de almas para Cristo

O número de pescadores começou com doze homens e tem se multiplicado em milhões através dos séculos. Essa rede não tem se rompido, apesar de todos os meios de destruição que o Inimigo de nossas almas tem lançado no mundo para deter o avanço da Igreja. Dirigindo-se especificamente a Pedro, Jesus lhe disse que seria pescador de homens (Lc 5.10). O im-

peto da evangelização precisa mover os corações com amor e desprendimento. A Igreja Primitiva foi capaz de revolucionar o seu tempo com o arrojo da evangelização.

Todo crente em Cristo é convocado para ser pescador de almas

Todo ganhador de almas é pescador neste grande mar. A igreja pode ser uma rede que lança o evangelho em todo o mundo. Cada crente, individualmente, é um pescador de almas (At 1.8). A profissão de pescador é uma profissão de alegrias e tristezas, porque há dias que “o mar não está para peixe”.

OS PEIXES

Os peixes que caem na malha da rede são indiscriminados

Sabemos que a rede não discrimina, nem seleciona os peixes. A parábola diz que a rede apanha peixes de toda espécie, bons e ruins. Na verdade, a rede não passa de mais um recurso humano do qual Deus se serve na terra para organizar a sua Igreja. Naturalmente, a Igreja, num certo sentido, pode ser comparada a uma rede, porque nela entra todo tipo de pessoas, independente de cor, raça e condição social. A Igreja recebe em suas malhas toda espécie de pessoas e trabalha para cuidar dessa gente até a consumação dos séculos quando, então, se fará a separação entre bons e ruins, justos e injustos, úteis e inúteis (Mt 24.14).

Os peixes bons e ruins que caem na malha da rede

Ao longo da história da Igreja, a questão doutrinária sobre o seu papel em relação a seleção ou separação entre os bons e

ruins tem sido discutida, sem no entanto se ter chegado a um denominador comum. A questão não é contundente, no meu ponto de vista, entendo que o ensino de Jesus é claro quando diz que a separação entre bons e maus será feita na “consumação dos séculos”, e será trabalho dos anjos (Mt 13.48,49). Essa questão levantada por Jesus nesta parábola não é diferente de outras parábolas que nos fazem recordar a distinção entre o trigo e o joio que crescem juntos e se entrelaçam. A separação só é feita na colheita.

Na verdade, vemos nestas parábolas a simbologia da igreja visível que, tem em seu seio, uma mescla de crentes e incrédulos e toda sorte de gente, onde se torna difícil, às vezes, distinguir quem é quem. Porém, isto faz parte da vida comum de uma igreja local (visível). O apóstolo Paulo declarou aos romanos que “... nem todos os que são de Israel são israelitas” (Rm 9.6-8). Entendemos também que muitos se dizem cristãos, mas não o são. Pertencer à igreja visível não implica necessariamente ser membro da Igreja verdadeira. Existem pessoas religiosas, mas não regeneradas. Existem também pessoas que se batizaram em águas, mas nunca foram lavadas pelo sangue de Cristo. Pessoas que professam exteriormente serem cristãs, mas interiormente não possuem qualquer sinal de cristianismo (Mt 7.21).

O PAPEL DOS ANJOS NO FINAL DOS TEMPOS (MT 13.49,50)

Lamentavelmente, em nossos tempos atuais tem havido distorção quanto ao papel dos anjos em relação à igreja atual e ao mundo presente. Entretanto, sabermos que durante esta dispensação da graça é o Espírito Santo que está formando ativamente a Igreja, não os anjos. Eles (os anjos) contribuem de algum modo para facilitar o trabalho dos pescadores, mas o

estímulo vem do Espírito Santo. Porém, ao final desta dispensação, na volta de Cristo para a sua Igreja amada, é que os anjos entrarão em ação, isto é, no arrebatamento dos vivos e na ressurreição dos mortos em Cristo. Nesse evento, os anjos farão a separação entre bons e ruins.

J. C. Ryle, em seu comentário de Mateus, escreveu sobre essa questão: “Não nos contentemos em ser membros da igreja de uma maneira externa. Nem todos os que estão dentro da rede são verdadeiros discípulos de Jesus Cristo. Muitas pessoas que recebem as águas do batismo jamais recebem as da vida. Muitos que participam do pão e do vinho na Ceia do Senhor jamais se alimentam do corpo de Cristo por meio da fé”. Por isso, a igreja local é sempre uma mescla de pessoas, convertidas e não convertidas.

CONCLUSÃO

Esta parábola nos ensina a definir nosso papel como obreiros pescadores que lançam a rede do evangelho para apanhar o maior número possível de almas para Cristo. O que importa é que preguemos o evangelho e as resgatemos do mundo. Porém, quanto à questão interior do coração das pessoas, somente no final será verdadeiramente revelado, e os anjos terão um papel importante nesse evento. Que o Senhor nos permita estender a rede da salvação e convidar a todos os homens que se arrependam e creiam no evangelho.

CAPÍTULO 6

FIDELIDADE E DILIGÊNCIA NA OBRA DE DEUS



Mateus 25.14-30

A medida da fidelidade não é a quantidade, mas a qualidade de nossa obra para o Senhor.

Há uma certa similaridade entre as parábolas dos talentos e das minas nos registros de Mateus e de Lucas (Lc 19.11-27). Independente de alguns detalhes diferenciados entre as duas parábolas, podemos perceber que a lição de ambas é a mesma: “talentos” ou “minas” representam valores espirituais e morais com os quais devemos “negociar”, isto é, desenvolver em nossa vida cristã. Existe também uma certa relação doutrinária dessa parábola com a parábola das dez virgens, porque as duas apontam para o futuro advento de Cristo. Os personagens das duas parábolas — as virgens e os servos — simbolizam as mesmas pessoas; porém, elas são vistas sob vários aspectos. Na Parábola das Dez Virgens a Igreja é estimulada a vigiar; na Parábola dos Talentos a Igreja é estimulada a fazer a obra do Reino.

OS TALENTOS SÃO REPARTIDOS DISTINTAMENTE (MT 25.14,15)

O que era talento?

A idéia básica da parábola sobre talentos referia-se ao homem rico que possuía uma boa quantidade de dinheiro e que, precisando ausentar-se daquela terra, resolveu distribuir responsabilidades de negociação aos seus servos (trabalhadores) e o fez de acordo com a capacidade de cada um dos seus três servos. Mateus utilizou o termo grego *talanton*, que significa “talento” e referia-se a uma moeda de alto valor. Equivalia “um talento” a seis mil denários e, um denário correspondia ao salário diário de um trabalhador (Mt 18.23-28). “Um talento” equivalia também a seis mil dracmas, o equivalente a 12.600 gramas de prata, mas o talento podia ser também de ouro e de cobre. O valor de um talento, portanto, dependia do tipo de metal do qual era feita a moeda.

O que significam os talentos na ótica da parábola?

No mundo secular, uma pessoa com talentos é identificada como alguém que tem habilidades especiais para fazer determinadas coisas. Normalmente, são criativas e inventivas, por isso seus talentos são manifestos em várias áreas da vida humana. Esses talentos têm sido interpretados figurativamente como habilidades ou oportunidades de cada pessoa para fazer alguma coisa útil. Em relação ao Reino de Deus na terra, essas habilidades podem representar dons naturais ou dons espirituais recebidos de Deus. Quando se tem consciência desses dons, os mesmos podem ser administrados em favor do Reino de Deus. Podemos entendê-los como bens pessoais, ou seja, um con-

junto de qualidades naturais e graças espirituais que qualificam estas pessoas a realizarem determinados serviços para o Reino de Deus na terra. O nosso Senhor é Jesus Cristo e dEle vem tudo o que temos e somos, pois tudo foi criado nEle, por meio dEle e para Ele (Cl 1.16), e sem Ele nada somos e nada podemos fazer na sua obra (Jo 15.5). Cada crente, em particular, é dotado de algum talento com o qual poderá trabalhar para o Senhor e receber a devida recompensa.

Os talentos foram repartidos entre os servos conforme a capacidade de cada um (Mt 25.15)

Não se trata de algum tipo de discriminação, mas de capacidade pessoal que cada crente possui para servir. O importante é que cada qual faça bem o seu trabalho e prospere naquilo que foi dotado para fazer. Ora, se Deus é o nosso Criador e nos fez diferentemente e nos deu capacidades distintas é porque cada qual preenche o espaço que o outro não pode preencher. Ninguém é totalmente completo nem totalmente inútil sem que tenha algum dom para desenvolver. Segundo a parábola, aquele senhor entregou a um servo cinco talentos; a outro, dois e ao terceiro, um talento. Cada qual deveria desenvolver os seus talentos da melhor forma possível, porque a cada um foram dados talentos de acordo com a capacidade pessoal. Aprendemos, nesta desigualdade de distribuição, que não é a quantidade que vale para Deus, mas a qualidade com que desenvolvemos nossos talentos.

O TRABALHO DOS SERVOS (MT 25.15-18)

O que recebeu cinco talentos (vv. 16,19-21)

Era, indiscutivelmente, talentoso! Tanto é verdade que, imediatamente após a saída do seu senhor, esse servo não perdeu

tempo, mas pôs-se a trabalhar com diligência e fidelidade. Diz o texto que esse servo “foi, e com eles negociou e granjeou outros cinco talentos” (Mt 25.16,20). O verdadeiro cristão se esmera em negociar seus talentos e fazê-los prósperos. Não tem preguiça, mas trabalha com diligência em tudo o que faz. Não exhibe o que não tem, mas negocia e granjeia outro tanto, porque rejeita o ócio o qual não pode fazer parte da vida de um servo de Deus. É aquele que confia no seu Senhor e o tem como justo e fiel e sabe, que ao final, quando o seu Senhor voltar, receberá o seu galardão (1 Co 15.10; Fp 4.13).

O que recebeu dois talentos (vv. 17,22,23)

Pelo fato de ter recebido apenas dois talentos, o segundo empregado reconhecia que era tudo o que podia fazer. Ele tinha consciência de suas limitações. Não teve inveja ou ciúmes do que recebera cinco talentos, porque sabia que não faria render mais além dos dois recebidos. Aprendemos que devemos nos aquietar e aceitar o que o nosso Senhor sabe e conhece a nosso respeito. Devemos fazer o melhor com o que temos recebido. Esse servo não se fez de rogado, mas trabalhou com afinco e granjeou outros dois talentos.

O que recebeu apenas um talento (vv. 18,24,25)

Quanto ao terceiro empregado, em termos de qualidade, o nível do seu trabalho seria o mesmo, porque Deus não estava omitindo a importância nem diminuindo o valor daquele servo, por ter-lhe dado apenas um talento para administrar. Entretanto, ele se deixou dominar por um sentimento de inveja e de ciúme, além de ter desenvolvido um espírito de ingratidão e de falta de autocritica. Ele deveria saber que não poderia fazer muito com mais de um talento, mas se fizesse com aquele único talento,

certamente lhe seria acrescentado outro ou mais, pela fidelidade e pela alegria de fazer o melhor para agradar o seu senhor. Porém, ele criticou o seu senhor e ainda o acusou de injustiça (Mt 25.24,25). Devemos aprender a nos contentar com aquilo que temos recebido do Senhor e fazer o melhor para agradá-lo.

ÊXITO E INSUCESSO DO TRABALHO DOS SERVOS

Todo servo deve obrigação ao seu senhor, como também prestar contas de suas atividades. Somos servos de Cristo e temos recebido dEle dons e oportunidades os quais devem ser trabalhados. Tudo o que Senhor requer de cada um de seus servos é fidelidade e responsabilidade.

O êxito dos dois primeiros servos (vv. 16,17,19-23)

A narrativa declara que ambos, tanto o que recebera cinco talentos quanto o que recebera dois talentos, foram e negociaram com seus talentos, granjeando o dobro do que receberam de seu senhor. Na verdade, eles foram fiéis e diligentes ao trabalho recebido para fazerem. Na vida cotidiana da igreja, todo crente tem recebido de Cristo — o Senhor, dons e oportunidades de realização os quais promovem e fazem prosperar a igreja, social, material e espiritualmente. Diante de Cristo, nada é justificável não fazer a obra com os talentos recebidos. Temos que confiar na força do Senhor para realizar a obra (Fp 4.13). Existe um adágio latino que diz: “*máximus in mínimus*”, que quer dizer: “fazer o máximo nas mínimas coisas”. Esse é o segredo da fidelidade! Deus não olha a quantidade dos dons recebidos, mas a fidelidade com que os desenvolvemos. Ambos os servos, o primeiro e o segundo, não mediram esforços para negociar com os talentos recebidos.

O insucesso do terceiro servo (vv. 18,24,25)

Esse servo é o tipo do crente que nunca está satisfeito com nada na igreja. Sempre tem alguma crítica negativa e vê tudo com pessimismo. Por isso esse servo “foi, e cavou na terra, e escondeu o dinheiro do seu senhor” (v. 18). É daquelas pessoas que tentam salvar suas vidas, mas acabam perdendo-as, como está escrito: “Porque aquele que quiser salvar a sua vida perdê-la-á, e quem perder a sua vida por amor de mim achá-la-á” (Mt 16.25). Esse servo foi punido, mesmo tendo apenas um talento. Muito mais severamente será punido o que tiver recebido mais de um talento e não os negociar. Os dons são dados para serem usados na obra do Senhor. Tudo o que o Senhor espera é que sejamos fiéis e abundantes na sua obra. Por isso Paulo nos exorta: “... sede firmes e constantes, sempre abundantes na obra do Senhor, sabendo que o vosso trabalho não é vão no Senhor” (1 Co 15.58).

A PRESTAÇÃO DE CONTAS (MT 25.19)

É interessante notar o que diz o texto: “E, muito tempo depois, veio o senhor daqueles servos”. Esse tempo indica o futuro do ajuste de contas de todas as pessoas. Todos temos de prestar contas um dia, do bem e do mal que temos feito a nós mesmos, e ao nosso próximo.

Fidelidade antes da recompensa

Antes de requerer qualquer direito de recompensa o servo deve cumprir o seu trabalho, para receber apenas o que for justo. A recompensa a mais, isto é, o prêmio pelo trabalho feito, será sempre fruto da bondade do Senhor, como aconteceu com os dois primeiros servos que apresentaram resultados positivos ao seu senhor. A recompensa deles foi o direito con-

cedido para entrarem “no gozo do seu senhor” (vv. 21-23). O servo infiel foi injusto ao acusar seu senhor de mau e afirmar que por medo preferiu enterrar o talento na terra (v. 18). Ele foi improdutivo duas vezes: uma, por não negociar com o talento recebido; outra, por enterrar o talento. Para garantir sua estupidez, ele enterrou seu talento. Nada fez com ele, para parecer honesto diante de seu senhor. Por isso, foi condenado e chamado de “mau e negligente servo” (v. 26).

Recompensa depois da fidelidade

Parece um jogo de palavras, mas significa que antes de pensar em recompensa, todo servo deve fazer seu trabalho porque é servo e o faz com prazer e fidelidade. O prêmio da fidelidade é explícito nas palavras: “Sê fiel até à morte, e dar-te-ei a coroa da vida” (Ap 2.10). A recompensa daqueles fiéis servos foi o convite para entrar “no gozo do Senhor” (vv. 21-23). Percebe-se uma desproporção entre trabalho e recompensa quando o Senhor usa duas expressões: sobre pouco e sobre muito. Na realidade, o muito que fazemos pelo Senhor é pouco pela importância da recompensa que Ele nos confere. Os serviços de hoje são incomparáveis com os serviços que teremos na eternidade (Ap 22.3). Às vezes, no serviço do Senhor, temos cansaço, dor e aflição, mas serão suportáveis quando entrarmos no gozo do Senhor, nosso serviço não sofrerá qualquer tipo de dificuldade física, emocional ou espiritual (Hb 12.2).

Recompensa e punição no ajuste de contas

O Senhor voltará para reaver seus talentos (v. 19). Aquele senhor veio quando os empregados não o esperavam. Assim será na vinda do Senhor (Mt 25.13). Devemos trabalhar com afinco e estar atentos com o nosso trabalho até que Ele ve-

nha. Quando Ele vier ajustará contas com os seus servos, pois “... cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus” (Rm 14.12). Os fiéis serão abençoados e entrarão no gozo do Senhor, mas os infieis ficarão de fora e serão punidos sem misericórdia, porque não cumpriram seus papéis na ausência do Senhor. A Bíblia diz que “... cada um receberá do Senhor todo o bem que fizer” (Ef 6.8). Também diz a Palavra de Deus: “Mas quem fizer agravo receberá o agravo que fizer” (Cl 3.25).

Aprendemos algumas lições preciosas nesta parábola. Primeiro, que todo cristão autêntico tem recebido algum dom de Deus para trabalhar. Segundo, que um dia, todo cristão apresentará o fruto do seu trabalho no ajuste de contas com o Senhor. Terceiro, que existem cristãos infieis e injustos para com o Senhor, por isso nada fazem para crescer na obra de Deus. Quarto, que haverá um julgamento de nossas obras. Para os justos, no Tribunal de Cristo (2 Co 5.10), e para os injustos, no julgamento do Grande Trono Branco (Ap 20.11-15). Quinto, que há recompensa para os fiéis e punição para os infieis.

CAPÍTULO 7

O GRACIOSO PERDÃO DE DEUS



Mateus 18.15-35

*Perdão implica no trabalho duplo e recíproco entre Deus e nós.
Perdoamos porque fomos perdoados.*

Dos mestres de comunicação pedagógica, é indiscutível que, Jesus foi um exemplo singular, pois utilizava, principalmente, métodos próprios explorando sempre a linguagem alegórica e figurada. Especialmente as parábolas, que era um método popular de instrução e Jesus soube ensinar através desse método com encanto, profundidade e clareza em suas colocações. Contar histórias sempre atraiu as pessoas e a maneira de apresentá-las sob a forma de parábolas provocava a imaginação dos ouvintes e os levava a refletir sobre os conceitos e verdades morais e espirituais contidos nelas. Sobre os mais variados assuntos relacionados com princípios morais e espirituais, em especial, os assuntos que tratavam das coisas do Reino dos céus por Ele anunciado. Amor, perdão, reconciliação, justiça, respeito humano, alegrias e tristezas e tantos outros assuntos eram tratados por Jesus nas suas parábolas, e a Bíblia declara: “Tudo isso disse Jesus por parábolas à multidão e nada lhes falava sem parábolas” (Mt 13.34).

A parábola deste capítulo tem sido identificada por outros títulos, tais como: “O Credor Incompassivo”, “O Servo Inclemente”, mas, na verdade, ela trata de um assunto da maior importância na experiência cotidiana das pessoas: o tratamento com a ofensa e com o perdão. São princípios de vida que norteiam o cristão quanto ao ato de perdoar quando ofendido. Ofensa e perdão são dois elementos da nossa vida cotidiana que afetam todas as nossas emoções. Jesus estabeleceu alguns princípios de tratamento do perdão aos que nos ofendem. Nesta parábola, Jesus fala do perdão numa perspectiva totalmente humana, porque não se trata apenas do perdão de Deus para o homem, mas do perdão do ofendido para o ofensor, isto é, do homem para o homem. Jesus trata dessa relação entre aqueles que ofendem e os que são ofendidos.

O PONTO DE PARTIDA PARA O PERDÃO (MT 18.1-20)

Uma história real

“Não posso jamais perdoá-la”. Foram as palavras de um homem à sua esposa depois de dez anos de casados. Tudo havia começado na vida conjugal com muito amor, ternura e dedicação mútua entre o casal João e Maria. Nasceram dois filhos saudáveis e bonitos e João e Maria se esforçavam para que a vida fosse menos árida que o semi-deserto do nordeste brasileiro onde viviam. Com esforço e denodo limpavam a terra das pedras e a prepararam para ser produtiva usando os recursos possíveis para que isto acontecesse. Havia certa paz e tranqüilidade na vida daquela família naquele lugar. De repente, Maria começou a esfriar no relacionamento com o marido e com os filhos criando uma barreira quase que intransponível nas relações com a família. Ninguém sabia o que estava acontecendo

com Maria. Ela tornou-se dura com os filhos e fria com o marido. Vivia irritada e não revelava nada, do que estava acontecendo. A coexistência fechada, de irritação e de silêncio, amargou a vida daquele lar. João, o marido, não conseguia entender o que havia acontecido. Procurou algumas vezes dialogar com Maria, mas ela fugia sempre de qualquer tipo de conversa. Esse estado de amargura durou dez anos. Então, um dia João descobriu que sua esposa o havia traído dez anos atrás e tinha dificuldades de enfrentar a situação e conviver com sua culpa. Ela ficou doente emocional e fisicamente como resultado daquele estado de vida e de culpa do qual não conseguia libertar-se através da confissão e do pedido de perdão. Naturalmente, João, ao descobrir o que havia acontecido, ficou cheio de ódio e queria vingar-se a qualquer custo. Por dez anos viveu num clima de receios, dúvidas e rancores, e agora, com o coração cheio de ira e rancor, o pensamento que lhe aguilhoava dia e noite era a vingança contra o homem que entrou na sua casa como amigo e que agia como se nada tivesse acontecido ao longo desses anos.

A idéia de perdoar a esposa e aquele homem que fizera mal ao seu casamento, era algo humanamente impossível. Entretanto, João era um cristão de pouca intimidade com a igreja, mas tinha no seu coração, alguma semente do Evangelho. Ao procurar aconselhar-se com o seu pastor não pode evitar a palavra “perdão”. O pastor o levou a orar juntamente consigo a oração que Jesus ensinou: “Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores” (Mt 6.12). João reagiu logo após a oração e declarou ao pastor: “Não posso jamais perdoar minha esposa nem esse homem”. O pastor então falou-lhe com voz mansa, mas firme: “João, as palavras de Cristo a você são estas: ‘Se, porém, não perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai vos não perdo-

ará as vossas ofensas' (Mt 6.15)". João, mais uma vez reagiu e disse ao pastor: "Como posso perdoar o homem que arruinou o meu lar e que destruiu tudo o que eu mais amava?" O pastor convidou João para orar, o qual começou a chorar profusamente enquanto o pastor apresentava ao Senhor aquela situação. A oração foi ungida e de grande emoção e o Espírito Santo produziu no coração de João um profundo sentimento de perdão. Ele sentiu-se liberto daqueles sentimentos amargos de revolta e de vingança que acabariam por matá-lo.

Ao voltar para casa, sua esposa e os dois filhos perceberam que havia algo sereno em seu rosto. Ele reuniu a família na sala de estar e então falou-lhes do que Deus fizera em seu coração. Não somente perdoou a esposa, mas pediu-lhe perdão por não ter conseguido tratar desse problema antes. A esposa, que vivera o sentimento de traição e culpa em sua consciência e estava comprometendo sua saúde emocional e física, derramou-se em lágrimas diante do marido e dos filhos e pediu perdão a todos. Depois de abraçarem-se, esposa e marido, pais e filhos, João declarou à esposa: "Maria, vivi momentos de ódio e rancores com profundo desejo de vingança, mas Deus fez uma obra em meu coração e preferi aceitar as palavras de que deveria perdoar para ser perdoado. Eu te perdôo de todo o meu coração e te peço perdão por não ter sabido administrar esta situação".

A lição básica da parábola

A lição desta parábola é que o perdão dilui todo o obstáculo emocional negativo quando estamos dispostos a reconhecer que, antes de cobrar a dívida dos que nos devem, temos uma dívida impagável com Deus. Se aquele homem esperasse que sua esposa, que lhe havia ofendido com seu adultério, lhe confessasse o que havia acontecido, talvez não houvesse a opor-

tunidade de perdão. Quando o perdão partiu dele, não apenas aliviou sua carga de ódio e desejo de vingança, mas liberou sua esposa para que pudesse refletir e agir com atitude recíproca. O perdão deve partir daquele que estiver pronto para administrar essa atitude, independente da atitude do ofensor. Existe um ditado que diz o seguinte: “Ultrapassando seu inimigo, você se coloca abaixo dele; vingando uma injúria, você estará no mesmo nível do inimigo; perdoadando, você está acima dele”.

Simplicidade versus emulação

Jesus chama para perto de si um menino, e no meio dos seus discípulos dá uma estupenda lição de vida acerca da relação das ambições pessoais e o modo de agir para obtê-las. Os versículos de 1 a 3 indicam essa exemplificação feita por Jesus àqueles homens. O modo de ilustrar foi igualmente simples e belo, e ao mesmo tempo foi tocante e impressionante para aqueles discípulos. Havia nascido no coração deles, desejos carnavais e, inconvenientes de emulação cheios de ambições de grandeza, capazes de neutralizar qualquer sentimento puro de companheirismo, respeito mútuo e espírito de perdão. Um sentimento impuro os incitava a querer superar uns aos outros, e esse sentimento de rivalidade e competição foi detectado por Jesus, que imediatamente procurou corrigir algumas atitudes entre os seus discípulos. Jesus apelou para a simplicidade de um menino para desfazer a emulação daqueles homens.

O CONTEXTO DA PARÁBOLA

O objetivo final desta parábola somente será alcançado se entendermos todo o seu contexto, porque o mesmo é a preparação do campo de ação para as verdades que Jesus queria ensinar sobre o perdão irrestrito.

Analisando o contexto da parábola (Mt 18.1-6)

Para falar de perdão e como administrá-lo nas nossas relações pessoais acerca de ofensas, Jesus se volta para uma criança e com especial ternura ensina aos seus discípulos sobre valores morais, entre os quais o perdão. Ele ilustra a natureza inocente de uma criança e destaca a sua simplicidade para representar o verdadeiro sentido do perdão (v. 2). Jesus começou fazendo elogio ao espírito simples e crédulo de uma criança para ensinar que assim deve ser o espírito perdoador de quem precisa perdoar e ser perdoado. Nesse sentido não há espaço para o espírito vingativo. Ora, quando somos simples como uma criança, podemos lidar mais facilmente com as ofensas que nos fazem no dia-a-dia. A vingança é uma arma inútil que só produz dissabor e destrói não só a pessoa que é alvo da vingança, mas também aquela que a levou a efeito. David Augsburger, em seu livro *Livre para Perdoar*, escreveu: “A vingança inicia uma excursão sem fim, descendo aos mais recônditos recessos do rancor, da represália e das impiedosas desforras”.

Ao ilustrar sobre nossos sentimentos em relação a poder e domínio, Jesus havia percebido uma certa ansiedade dos discípulos sobre grandeza e *status* dentro do grupo, isto é, quem era o maior entre eles. Ao tomar um menino para ilustrar a lição que daria àqueles homens adultos e amadurecidos, porém agindo com atitudes incoerentes, quis mostrar-lhes o quanto é perigoso quando nos tornamos impacientes e dominados por sentimentos que fogem ao padrão que Ele os estava ensinando. Então, nos tornamos capazes de ofender nossos companheiros (ou irmãos na fé), de feri-los com atitudes presunçosas para conseguirmos posição e grandeza entre os demais.

O contraste entre o pecar voluntariamente e ser induzido a pecar

O texto contido nos versículos seguintes (vv. 6-9) indica a perspicácia de Jesus em ensinar lições de vida que envolvem as relações entre as pessoas, especialmente quanto às questões de ofensa e perdão. Depois de valorizar a posição da criança no mundo dos homens, Jesus enfatizou que, no Reino de Deus, scandalizar os pequeninos constitui-se pecado grave. Ele destacou que “o fazer pecar a meu irmão” pode ser uma forma de “ofender a meu irmão” e isto significa, na linguagem bíblica, “escândalo”.

Ora, o que é escândalo? Na língua grega, o termo aparece em Mateus 17.27, como substantivo, *skandalon* e como verbo, *skandalizo*. Na versão Almeida Revista e Corrigida, os termos são traduzidos por “escândalo” e “escandalizar”. Em outras traduções e versões esses mesmos termos aparecem como “pedra de tropeço” ou “fazer tropeçar”, “fazer errar” e fazer pecar”. Nas palavras de Jesus esses termos têm um sentido muito forte de rejeição, pois o resultado final de quem induz uma pessoa simples a pecar ou “a fazer errar” é digno de condenação. A linguagem metafórica é tão forte que Jesus utilizou a expressão “arrancar o olho”, ou “cortar a mão ou o pé” que servissem de condutores de pecados (Mt 5.29,30). Essas figuras metafóricas de extirpação de órgãos físicos, como mãos, pés e olhos, não podem ser interpretadas literalmente.

O contexto dessa passagem bíblica indica que se trata da excomunhão de um membro scandalizado, mas Jesus pronunciou um “ai” sobre os que provocam tal situação (Mt 18.7). Os “pequeninos”, segundo o contexto do ensino de Jesus, são aquelas pessoas indefesas, incapazes de reagir negativamente. Jesus declarou que os tais são protegidos por Deus através dos seus anjos (Mt 18.10). Ora, se um cristão ofende e scandaliza um irmão em Cristo e não repara seu erro, pode sofrer o dano de sua atitude.

Porém, se o ofendido demonstrar disposição para perdoar, sem dúvida estará dentro da matemática divina do perdão, isto é, toma a iniciativa e o faz, se preciso, até “setenta vezes sete”.

A INICIATIVA PARA O PERDÃO

Ora, se teu irmão pecar contra ti, vai e repreende-o entre ti e ele só; se te ouvir, ganhaste a teu irmão. Mas, se não te ouvir, leva ainda contigo um ou dois, para que, pela boca de duas ou três testemunhas, toda palavra seja confirmada. E, se não as escutar, dize-o à igreja; e, se também não escutar a igreja, considera-o como um gentio e publicano (Mt 18.15-17).

De quem deve haver a iniciativa do perdão?

A iniciativa deve partir do ofendido. Segundo a orientação do próprio Mestre, há uma inversão de posições. Normalmente, segundo os padrões tradicionais da experiência humana, a iniciativa sempre deveria partir do ofensor e nunca do ofendido. Jesus inverte os papéis e estabelece um novo padrão, uma nova maneira de agir em relação a culpa e perdão. Ele estabelece que a iniciativa deve partir do ofendido, não do ofensor. A filosofia de Jesus difere totalmente dos sistemas mundanos. A busca da reconciliação deve partir do ofendido para que haja paz entre as partes. O modo cristão é buscar sempre uma oportunidade de demonstrar um coração pronto para perdoar e reconciliar-se. Quando alguém ofende o seu irmão demonstra imaturidade espiritual, por isso o ofendido deverá agir com atitude reconciliadora e perdoadora.

Jesus confronta seu ensino com a lei da Torá

Jesus foi categórico e explícito quando disse: “Se teu irmão pecar contra ti”. Ele estava falando, na realidade, que o ofendi-

do não deveria esperar que o ofensor viesse até ele para pedir perdão, mas que a iniciativa deveria partir do ofendido. Segundo estudos mais apurados em alguns manuscritos, não se encontra a expressão “contra ti”, do versículo 15. Devido à existência de falhas materiais dos manuscritos originais por deterioração provocada pelo tempo é possível que não se encontre esta expressão nos originais. Entretanto, esse fato não modifica o sentido do ensino de Jesus sobre o perdão. Ele queria que os seus discípulos e todos aqueles que ouviam, especialmente aquela parábola, entendessem que o pecado deveria ser confrontado com os ensinamentos que a lei judaica lhes dava. Jesus fez questão de declarar que não veio a este mundo para renegar a lei mosaica, mas para cumpri-la. Inteligentemente, Jesus explorou o conhecimento de uma lei que os seus ouvintes sabiam de cor. Tanto Ele quanto os escribas e fariseus sabiam que a lei da Torá ensinava que o próximo deveria ser corrigido quando achado em pecado, pois ignorar o pecado significava compactuar com o mesmo (Lv 19.17). A correção era feita reservadamente para preservar a dignidade de ambas as partes — o irmão acusado poderia não ser culpado e o acusador poderia estar enganado. Por isso a Torá exigia que duas ou três testemunhas sustentassem a acusação se o ofensor se recusasse a atender o cotejo inicial (Dt 19.15; cf. Mt 18.16).¹

Três passos para o perdão

Três passos deveriam ser dados para que o problema fosse resolvido. Primeiro, o ofendido deveria ir até o ofensor e procurar resolver entre ambos em particular. Segundo, se o ofensor não estivesse disposto a solucionar o problema, então o ofendido procuraria testemunhar o fato levando consigo duas ou três testemunhas para o diálogo entre ambos. E, se por todos os modos, o ofensor se recusasse a resolver o problema entre am-

bos, deveria levar o caso perante a igreja, para que esta julgasse o caso. E, se por fim o ofensor não quisesse mesmo resolver o problema, o ofendido estaria livre da alma desse ofensor, uma vez que o mesmo não reagisse favoravelmente ao perdão. Nesta escritura, Jesus indicou, também, a necessidade da disciplina eclesiástica quando o ofensor não se predispõe a reconhecer a ofensa. Às vezes, a ofensa tinha um grau de gravidade enorme que poderia até mesmo levar à expulsão (exclusão) da igreja. O que Jesus deixa claro é que devemos buscar todas as formas possíveis de solução. Porém, se o ofensor persistir em seu caminho de rancor e impenitência, só resta-lhe a excomunhão (1 Co 5.1-5; 2 Ts 3.6-15; 2 Jo 10).

AS IMPLICAÇÕES DO PERDÃO (MT 18.21,22)

Destacamos anteriormente os aspectos da rejeição de uma pessoa à autoridade de uma igreja, e isto não pode ser relacionado com o papel da igreja romana que coloca a autoridade da igreja no patamar da autoridade divina. Isto não se refere a uma hierarquia religiosa ou eclesiástica, até porque a Igreja de Cristo ainda seria edificada quando Ele falou sobre o seu papel no mundo. Havia naquele tempo em cada sinagoga judaica uma junta de anciãos que tratava dos negócios religiosos da sinagoga (congregação, igreja), conforme se constata em Lucas 7.3-5. A igreja local foi a sucessora da sinagoga e, por esta se modelava, inicialmente, os serviços internos e os aspectos disciplinares aos seus participantes. Jesus, inteligentemente, utilizou a experiência da sinagoga, de uma forma indireta, para ilustrar com seus ensinamentos. Assim como na sinagoga os frequentadores estavam acostumados a certos princípios disciplinares, também, a futura igreja que estava sendo fundada, cer-

tos princípios seriam preservados, tais como o de levar um irmão recalcitrante perante a comunidade para falar-lhe e decidir sobre sua rejeição aos conselhos.

A AUTORIDADE DA IGREJA LOCAL

Diz o texto, em seguida: "... e, se também não escutar a igreja" (Mt 18.17). As interpretações quanto a esse texto são diversas porque dependem da forma de governo adotada por cada igreja. A forma congregacional entende que o recalcitrante deve ser levado publicamente perante a comunidade. Porém, a forma presbiterial entende que o assunto deve ser tratado pelo prebistério, porque este representa a igreja. A forma teocrática é aquela que entende a autoridade pastoral como capaz de representar os interesses da igreja, por causa da sua autoridade espiritual outorgada por Deus. Não cabe neste estudo discutir as formas de autoridade eclesiástica. Porém, é indiscutível o fato de que no versículo 18, Jesus confere ao apostolado peso e autoridade de proibir e permitir, assim como ligar e desligar quem estiver sob a sua autoridade espiritual na igreja. Competia aos líderes espirituais da igreja estabelecer termos de comunhão e regras disciplinares para a igreja local. Não se trata de conferir autoridade exclusiva a uma pessoa, como no caso de Pedro, mas a autoridade era extensiva aos demais apóstolos. Subentende-se que esta autoridade é conferida ao longo da história da Igreja aos líderes de qualquer igreja local. A igreja romana defende a idéia de que Pedro foi único que recebeu esse tipo de autoridade e, daí por diante, somente o seu sucessor exerceria esta autoridade. Entretanto, ainda no primeiro século da era cristã, Pedro foi censurado por ter exercido autoridade independente dos demais apóstolos (Gl 2.11-15).

O tratamento da igreja com os recalcitrantes

A declaração “considera-o como um gentio e publicano” (v. 17) deve ser avaliada, não como uma forma de discriminação, mas segundo o fato de que gentios e publicanos eram classes de pessoas sem qualquer compromisso com o Deus de Israel. Os gentios eram todos os estrangeiros que não faziam parte das promessas de Israel, mas queriam ser tratados como irmãos de fé, mas Israel rejeitava tal possibilidade. Quando Jesus citou, por uma perspectiva negativa, gentios e publicanos, não tinha em mente qualquer tipo de discriminação racial ou social. O contexto deve ser analisado para se ter em mente o que Jesus quis dizer aos seus discípulos. Percebe-se, então, que Jesus referia-se a essas duas classes de pessoas como estranhas à vida religiosa, em especial a dos judeus. Aliás, Jesus sempre foi amável com aqueles que os judeus consideravam “pecadores”, tais quais os gentios e publicanos. Por serem estrangeiros que não estavam comprometidos com os ditames e regras judaicas, os gentios eram reputados por pecadores. Os publicanos, por sua vez, podiam ser gentios, mas a maioria deles era constituída por judeus que não tinham qualquer compromisso com os interesses judaicos, tanto em termos políticos como religiosos. Por isso, os publicanos que eram judeus eram considerados traidores pelos demais judeus, uma vez que eram cobradores de impostos da parte do Império Romano no governo da Palestina. Portanto, uma pessoa que endurece o coração para o perdão e que se rebela contra qualquer possibilidade de reconciliação é considerada uma pessoa recalcitrante, para a qual resta-lhe toda a responsabilidade e penalidade.

Prevenir antes de julgar

O profeta Ezequiel, no capítulo 3, versículos 18 e 19, falou ao povo de Israel e deu uma conotação de responsabilidade

pessoal: “Quando eu disser ao ímpio: Certamente morrerás; não o avisando tu, não falando para avisar o ímpio acerca do seu caminho ímpio, para salvar a sua vida, aquele ímpio morrerá na sua maldade, mas o seu sangue da tua mão o requererei. Mas, se avisares o ímpio, e ele não se converter da sua impiedade e do seu caminho ímpio, ele morrerá na sua maldade, mas tu livraste a tua alma”. Antes de qualquer juízo precipitado, todo líder cristão deve esforçar-se ao máximo para salvar aquela vida de uma condenação da qual não poderá voltar atrás posteriormente. A igreja não é uma casa de execução sumária; porém, deve preservar seus valores disciplinares procurando salvar vidas, até porque o juízo final sobre qualquer pessoa não nos pertence. Assim como há deveres para o membro comum da igreja, também há deveres para os que lideram a igreja do Deus vivo.

Nos versículos 18 a 20, Jesus estabelece o princípio de autoridade espiritual da liderança da igreja referente à questão disciplinar que envolve o ofensor e o ofendido. No versículo 18 Jesus deixou explícito que o líder espiritual da igreja — no caso, o pastor — tem autoridade para “ligar e desligar” no céu e na terra a pessoa em dívida espiritual para com Deus e com a igreja. Naturalmente, o abuso dessa autoridade, ou o seu emprego de forma equivocada, pode gerar conseqüências negativas. Tem havido ao longo da história da Igreja muitas injustiças contra pessoas que cometeram falhas morais e espirituais

O CONCEITO DE JESUS SOBRE O PERDÃO

No mundo moderno existem milhares e milhares de obras de ajuda pessoal que desenvolvem conceitos sobre os assuntos mais diversos de ordem moral e psicológica. Jesus fez muito mais que emitir meros conceitos morais; Ele os evidenciou

ensinando e praticando no dia-a-dia de sua vida terrena. Porém, na Parábola do Credor Incompassivo, ou seja, do perdão irrestrito, como prefiro referi-la neste estudo, Jesus utiliza toda a sua argúcia para ilustrar como se deve, de fato, perdoar a quem nos ofende.

Uma pergunta que provocou uma resposta conceitual

No versículo 21 temos uma pergunta feita com uma mentalidade legalista que provocou uma resposta conceitual capaz de romper com estigmas moralistas sem nenhuma coisa nova que pudesse resolver o problema de culpa e perdão. Diz o texto: “Então, Pedro, aproximando-se dele, disse: Senhor, até quantas vezes pecará meu irmão contra mim, e eu lhe perdoarei? Até sete?” (Mt 18.21) Foi o intrépido Pedro quem fez a pergunta que levou Jesus a dar uma resposta que mudaria o conceito de perdão. Jesus havia falado de ofensa e perdão e isto provocou curiosidade entre os discípulos. A pergunta de Pedro procurava determinar a quantidade de vezes que se deveria perdoar um ofensor. A idéia que Pedro tinha sobre a atitude de perdão referia-se a uma prática entre os judeus de que a quantidade legal para se perdoar alguém seria de três e sete vezes. Era tradicional o ensino dos rabinos “de que se podia perdoar o ofensor até três e não ir até quatro vezes” (Am 1.3; Jó 33.29,30).

A matemática do perdão

Essa matemática apresentada por Jesus, como resposta à pergunta de Pedro, viria a revolucionar os sistemas de valores morais e espirituais existentes: “Não te digo que até sete, mas até setenta vezes sete” (Mt 18.22). A tradição estabelecia três ou sete vezes a quantidade para o perdão. Jesus quebrou a

matemática legalista dos judeus e, numa linguagem hiperbólica, falou em setenta vezes sete, para indicar um número ilimitado para a capacidade de perdoar o ofensor. Por exemplo, a Bíblia fala do antediluviano Lameque, o qual teve sua condenação ampliada, não apenas sete vezes como Caim, mas setenta vezes sete (Gn 4.23,24). Jesus, com seu método revolucionário, transforma o conceito negativo em positivo, de setenta vezes sete de condenação, para setenta vezes sete o ato de perdoar.

PERDÃO E JUSTIÇA (MT 18.23-35)

Depois da resposta que Pedro recebeu, Jesus aproveitou o ensejo da curiosidade dos discípulos para lhes ensinar um novo conceito de perdão através de uma sábia parábola.

O ajuste de contas

O versículo 23 declara que um certo rei resolveu acertar as contas com os seus servos. Um deles devia “dez mil talentos” (v. 24) e, naturalmente, o rei chamou-o para o ajuste de contas. A lição inicial que o Mestre queria dar aos seus discípulos era de que haveria um dia, em que, todos prestaríamos contas ao Senhor. A Bíblia declara que esse ajuste de contas será inevitável. Nossas dívidas espirituais para com Deus são imensas, pois cada pecado que cometemos constitui-se uma dívida que contraímos com Deus. Não se trata de uma dívida comum, mas uma dívida com o Rei, o nosso Senhor. Em 2 Coríntios 5.19, Paulo usa a expressão “... não lhes imputando os seus pecados”, que significa “não lhes tomando em conta os seus pecados”. Temos hoje um fiscal cobrador dessa conta que é a nossa consciência (coração), mas temos alguém que pagou a nossa conta com o seu próprio sangue, Jesus Cristo (1 Jo 3.20; 1.7).

A imensa dívida contraída (vv. 23,24)

Aquele servo do rei devia “dez mil talentos”, indicando que sua dívida era muito maior do que ele poderia pagar. O perdão do rei foi total para aquela dívida, e aquele servo não ficou devendo absolutamente nada. Todos nós precisamos reconhecer que somos devedores de Deus e Ele nos perdoou, por causa do seu grande amor. Quem ama a Deus ama ao seu próximo. Assim como Deus nos perdoou toda a dívida que tínhamos para com Ele, também devemos perdoar os nossos devedores (Mt 6.15).

A dívida era impagável (Mt 18.25)

Diz o texto que o servo, “não tendo com que pagar”, apelou à compaixão do seu senhor. Do ponto de vista bíblico, todo pecado é uma dívida insolvente, isto é, somos incapazes de pagá-la. Se Deus cobrasse segundo a perfeita justiça seríamos condenados como devedores insolventes. A justiça requer satisfação. Quando se mede a justiça com o mérito do pecado, não resta nenhum esforço próprio para satisfazer a justiça divina. Segundo o princípio bíblico, “... o salário do pecado é a morte” (Rm 6.23). Isto significa que o pagamento que recebemos por nossos pecados é a morte. Sem o perdão divino, a morte eterna será inevitável, mas Cristo veio a este mundo e pagou a nossa dívida (1 Pe 2.24).

A justiça complacente (Mt 18.26,27)

Aquele servo não tinha como pagar sua dívida. Então, desesperado, apelou ao coração bondoso do rei para dar-lhe tempo para pagá-la. O rei ficou compadecido daquele homem e perdoou-lhe toda a dívida. A despeito daquele servo não merecer perdão, pois o seu coração era irresponsável e insensato,

duro para com os outros, o rei ainda assim compadeceu-se dele. A atitude daquele rei demonstra o que Deus fez por nós. Somos imerecedores da compaixão divina, mas sua justiça tem em sua essência a misericórdia, por isso Ele foi capaz de perdoar todos os nossos pecados. O pagamento exigido pela justiça teria de ser pago e Jesus assumiu a nossa dívida. Ele nos perdoou! (1 Jo 1.7-9).

A INCLEMÊNCIA DO SERVO PERDOADO (MT 18.28-35)

A crueldade e severidade de um servo inclemente

Os versículos 28 a 30 dizem que aquele servo, ao sair da casa do seu senhor anistiado quanto à sua dívida, não teve a mesma atitude com um conservo seu que lhe devia uma importância bem menor. Toda aquela demonstração de benevolência do seu senhor não lhe serviu de exemplo na hora de tratar com alguém que lhe devia. Esse servo agiu com extrema crueldade e aspereza. Seu rigor revelou seu coração egoísta dominado por uma desmedida avareza. Tão logo, aquele servo perdoado saiu da presença de seu senhor, foi atrás de um conservo que lhe devia e passou a cobrar-lhe sem misericórdia. Sua atitude foi de uma crueza maldosa para com o homem que lhe devia e contrastava com a bondade e a compaixão do seu senhor. Ele queria misericórdia, mas não era capaz de usar de misericórdia para com o próximo. A diferença de ambas as dívidas era enorme, pois, enquanto o servo devia dez “mil talentos”, o seu conservo lhe devia tão-somente “cem dinheiros”. Ele esqueceu-se completamente da bondade de seu senhor e não mediu consequências ao cobrar do seu conservo sem nenhum resquício de misericórdia. O texto declara que esse servo usou de violência, pegando-o com ambas as mãos pelo pescoço e apertava-o e su-

focava-o sem pena. Diz literalmente o texto que aquele servo, “... lançando mão dele, sufocava-o” (v. 28).

No mundo da impiedade não há misericórdia. Esse espírito mundano tem de ser repellido do meio cristão, mas às vezes constatamos atitudes semelhantes de irmãos contra irmãos no seio da igreja. O senhor daquele servo, ao saber de sua crueldade com o outro, ficou indignado e mandou chamá-lo para que fosse conscientizado de que, não sabendo ser justo com o seu conservo, não lhe restava outra atitude, senão cumprir o rigor da lei (Mt 18.32,33), condenando-o a pagar por sua crueldade.

O senhor daquele servo revogou o perdão da dívida (Mt 18.34)

O que significa “revogar”? Significa tornar sem efeito uma primeira decisão tomada. Aquele senhor tornou nulo, isto é, invalidou o perdão concedido àquele servo ingrato e inclemente. Isto nos ensina que as dívidas que contraímos com Deus por nossos pecados são tratadas na sua totalidade. Ou teremos o perdão completo ou se paga a pena na sua totalidade. Quando aceitamos a Cristo, toda a dívida é perdoada mediante o pagamento satisfeito pela obra expiatória que Cristo ofereceu ao Pai no Calvário. Veja o que o autor da Epístola aos Hebreus escreveu sobre essa questão: “Mas este, havendo oferecido um único sacrifício pelos pecados, está assentado para sempre à destra de Deus, daqui em diante esperando até que os seus inimigos sejam postos por escabelo de seus pés. Porque, com uma só oblação, aperfeiçoou para sempre os que são santificados” (Hb 10.12-14). Ora, o que significa “oblação”? Esta palavra, no sentido mais simples, significa “oferta” que se faz a Deus. Entende-se, portanto, que Jesus ofereceu a oferta perfeita, total e única da sua própria vida na cruz do Calvário e isto resultou

no “perdão completo” de Cristo. Por isso, as atitudes daqueles que foram perdoados são pautadas pela obra do Espírito Santo no sentido de santificação, isto é, separação total do pecado.

Entretanto, o que nos chama a atenção nesta parábola é o fato daquele senhor, ao descobrir o ato de injustiça praticado contra o seu servo que lhe devia, revogou o perdão concedido àquele servo. Esta atitude do rei desfaz aquela idéia de que “uma vez salvo, salvo para sempre”, pois a salvação requer de todos nós a preservação daquilo que recebemos. Aquele servo não soube preservar a bênção do perdão porque não soube perdoar ao seu servo. A obra salvífica implica sua ação em três tempos distintos. No tempo passado, em relação ao perdão salvador que recebemos. É a salvação da pena do pecado. No tempo presente, implica a preservação do perdão recebido e o modo como o vivenciamos em relação ao nosso próximo. É a salvação da presença do pecado, ou seja, da realidade do pecado que nos rodeia tão de perto. E, por fim, no tempo futuro refere-se à salvação do corpo do pecado. Ora, para sermos salvos no futuro precisamos corresponder aos princípios de justiça, pelos quais fomos salvos. Porém, é no versículo 35 que temos a resposta.

Jesus faz a aplicação da parábola

O texto diz, literalmente: “Assim vos fará também meu Pai celestial, se do coração não perdoardes, cada um a seu irmão, as suas ofensas” (Mt 18.35). Ao perdoar alguém que nos ofende devemos fazê-lo de coração, pois o perdão é um dos elementos vitais para a sobrevivência, indispensável para termos uma vida saudável, física, moral e espiritualmente. Aprendemos nesta parábola que o “...juízo final será sem misericórdia sobre aquele que não fez misericórdia; e a misericórdia triunfa sobre o juízo” (Tg 2.13). A lição que aprendemos nesta parábola corresponde

ao contexto doutrinário de toda a Bíblia sobre perdão, justiça e juízo. Existe um conceito universalista que declara que Deus é amor e ao final de todas as coisas, Ele perdoará a todos sem distinção. Porém tal conceito não tem respaldo bíblico. A Bíblia nos mostra que a justiça jamais deixa de ser cumprida. A pena do pecado é sempre inevitável. Se eu não posso perdoar aquele que peca contra mim, como poderei esperar o perdão de Deus? Contudo, se sou perdoado e aprendo a perdoar aquele que me ofende, satisfaço a justiça de Deus.

CONCLUSÃO

Que é, pois, o perdão? O perdão implica na capacidade de anular a dívida contraída de nosso irmão contra nós mesmos e que jamais será lembrada. É o que Deus fez por nós (Hb 8.12).

¹ Conforme nota explicativa do Comentário Pentecostal. CPAD: Rio de Janeiro, 2003, p. 107.

CAPÍTULO 8

CRISTO, A ROCHA INABALÁVEL



Mateus 7.21-28

Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os que edificam.

Salmos 127.1

As mais notáveis mensagens de Jesus em sua vida terrena foram apresentadas através de parábolas. Ele era capaz de fugir dos métodos de linguagem que explorassem apenas a retórica sem clareza nos pensamentos e nas idéias. Ele sabia usar as figuras de linguagem que despertassem a atenção dos seus ouvintes e os levassem a refletir sobre os conceitos apresentados. As parábolas eram ricas e persuasivas. Ele não foi um mero proseador ou contador de histórias, mas apresentava suas verdades profundas através de uma linguagem acessível tanto para o simples como para o intelectual e os conduzia para dentro das parábolas. Suas narrativas tinham consistência e, a despeito da simplicidade, eram singulares e incomparáveis. Ele era capaz de dizer uma grande verdade apenas com um dito parabólico, um símile que ilustrasse a verdade que desejava expor. Sua criatividade neste método de linguagem o tornou o Mestre dos mestres. Ele podia ilustrar através

de uma parábola os mais diversos assuntos comparando-os com coisas da vida cotidiana das pessoas. Ele foi capaz de transpor a história quando expôs verdades que só teriam sentido no futuro.

A Parábola das Duas Casas é a parte final do Sermão da Montanha, precedida pelo ensino de um princípio vital que implica numa distinção entre obediência e desobediência. Nos versículos 21 ao 23, antecedendo o sentido prático do seu ensino, a parábola faz uma clara admoestação relatando que não basta fazermos coisas típicas de uma espiritualidade exterior. Por mais notável que pareça uma religiosidade exterior demonstrada em regras e conceitos de moralidade, nada disso nos levará ao céu, a não ser que tenhamos uma conduta que corresponda àquilo que fazemos exteriormente. Antes de tudo, Deus espera de nós atitudes interiores de fé e obediência que possam ser exteriorizadas. Jesus estava preocupado com uma falsa profissão de fé que se exteriorizava apenas de lábios. Em segundo lugar, destacou também que não basta ouvir a verdade sem praticá-la. O modo como procuramos ouvir os ensinamentos de Jesus será identificado no modo como praticamos aquilo que ouvimos.

Através desta parábola aprenderemos a importância do compromisso que devemos ter com o cristianismo verdadeiro e a melhor forma que Jesus usou para aprendermos esta verdade ilustrada. Ele ilustra duas construções feitas por diferentes homens: uma “sobre a rocha” e a outra “sobre a areia”. A lição primordial é mostrar como devemos construir nossa vida espiritual; entretanto, nos indica o tipo de material de construção e o solo sobre o qual construir. O princípio de “ouvir e praticar”, “obedecer e desobedecer” será reconhecido pela nossa conduta, em relação a Deus e ao mundo no qual vivemos.

ADVERTÊNCIAS QUE PRECEDEM A PARÁBOLA

Esta parábola contém verdades contrastantes com o ensino dos escribas e fariseus: “E aconteceu que, concluindo Jesus este discurso, a multidão se admirou da sua doutrina, porquanto os ensinava com autoridade e não como os escribas” (Mt 7.28,29). Se a autoridade dos escribas e fariseus baseava-se muito mais na força da letra dos oráculos de Deus, a autoridade de Jesus baseava-se na força do espírito desses oráculos. Portanto, o ensino de Jesus desmascarava a hipocrisia dos seus inimigos.

Naturalmente, para entendermos a finalidade da Parábola das Duas Casas, precisamos voltar ao contexto do ensino que Jesus queria transmitir aos seus discípulos. A linguagem figurada da parábola ilustra a importância da firmeza e, ao mesmo tempo, da vulnerabilidade das pessoas em relação às coisas espirituais. Para culminar seu discurso, o Mestre construiu um caminho pelo qual chegaria à parábola utilizando-se da mesma. Um pouco antes, exortou seus ouvintes acerca de alguns cuidados que deveriam ter. Estas advertências foram aclaradas com o enredo da parábola.

O teólogo J. C. Ryle, em seus comentários bíblicos do Evangelho de Mateus, destaca três grupos de religiosos que podem ser notados: os “falsos profetas” (Mt 7.15-20); os “falsos professores” (vv. 21-23) e os “falsos ouvintes” (vv. 24-27).

A primeira advertência: Distinguir o falso e o verdadeiro

Jesus adverte contra os “falsos profetas” que surgiam no seio da igreja. Nos versículos 13 e 14, deste mesmo capítulo, Jesus apresenta as figuras de “duas portas” e de “dois cami-

nhos”. Ambas as figuras estão implícitas quanto ao ensino qual Ele queria transmitir aos seus ouvintes naquele discurso. Ele fala do caminho largo e o estreito, bem como fala da porta estreita e a larga. Aos que trilham para entrarem pela porta estreita, precisam estar alertas às ameaças que surgem no caminho, pois as mesmas, com o intuito de desviar e interceptar nosso objetivo, impedem-nos de conquistarmos o Reino dos céus. Esses interceptores são indicados como “falsos profetas”.

O Mestre nos convida a entrarmos pela porta estreita, mas essas ameaças tornam-se empecilhos e obstáculos para nossa caminhada. Quem são esses obstáculos? Os “falsos profetas”. Quem são esses falsos profetas? O que eles representam e como podem ser reconhecidos? Em primeiro lugar, precisamos identificar um profeta verdadeiro como aquele que recebe de Deus uma mensagem para ser entregue aos homens.

A responsabilidade de um profeta era enorme; ele deveria dizer apenas aquilo que recebeu, sem acrescentar ou diminuir. Entretanto, o falso profeta declarava-se porta-voz da palavra de Deus, mas falsificava a mensagem original, dando outra completamente diferente. Naturalmente, a missão do profeta era a de conduzir os homens no caminho de Deus; entretanto, eles assim o faziam diferentemente, conduzindo-os por caminhos fora da vontade de Deus. Eram falsos guias, falsos condutores. Desde o Antigo Testamento, os verdadeiros profetas advertiam o povo de Israel acerca dos falsos profetas, também identificados de pastores inúteis. A profecia de Zacarias 11.16,17 declara:

Porque eis que levantarei um pastor na terra, que não visitará as que estão perecendo, não buscará a desgarrada, e não sarará a doente, nem apascentará a sã; mas comerá a carne da gorda e lhe despedaçará as unhas. Ai do pastor inútil, que abandona o rebanho; a espada cairá sobre o seu bra-

ço e sobre o seu olho direito; o seu braço completamente se secará, e o seu olho direito completamente se escurecerá.

Na verdade, Deus prediz a suscitação de um falso profeta, ou seja, um falso pastor que o denomina de “inútil” aos interesses do rebanho de Deus. Fala do abuso das ovelhas e da falta de cuidado e proteção pastoral. Seria alguém que cuidaria apenas dos seus próprios interesses e, para satisfazer sua luxúria, desviaria as ovelhas por caminhos escabrosos e fora dos caminhos de Deus. De um certo modo, Jesus referia-se a esse tipo de “falso profeta”, os quais viviam no meio do povo de Israel naqueles dias, mas que agiam “vestidos de ovelhas”, sendo, de fato, lobos.

O quadro religioso vivido por aquela geração dos seus discípulos era exatamente o que demonstrava a casta religiosa representada pelos “escribas e fariseus”. Consideravam-se “guias espirituais” que professavam conduzir o povo no caminho da verdade, mas eram, de fato, falsos profetas, que os levavam a satisfazer seus próprios interesses. Quando os lobos “vestidos de ovelhas” entram no meio do rebanho, as ovelhas não percebem com facilidade a mentira e o engano, porque só vêem o exterior. Não faltam hoje no seio da igreja os “falsos profetas”, que não passam de falsos guias espirituais, isto é, falsos pastores do rebanho do Senhor. Jesus alertou para este fato e indicou que a farsa pode ser identificada e reconhecida pelo exame dos frutos desses elementos: “Portanto, pelos seus frutos os conhecereis” (Mt 7.20).

Cremos no ministério profético no seio da igreja como havia nos seus primórdios. Entretanto, a atividade profética não ficou detida ou restrita àqueles dias porque a sua manifestação aconteceria, de modo distinto da manifestação profética no Antigo Testamento. A profecia seria uma manifestação através

do dom da profecia dado para instrução, edificação e exortação (1 Co 12.10; 14.3). A Bíblia recomenda que as mensagens proféticas sejam julgadas segundo a Palavra de Deus. Isto indica que a igreja precisa desenvolver a capacidade de discernimento espiritual de toda e qualquer manifestação, para que se evite distorções e heresias.

Falsos profetas têm surgido no seio da igreja produzindo grandes danos à igreja de Cristo como um todo. Lamentavelmente, a Palavra de Deus tem sido relegada a um segundo plano na direção espiritual da igreja, e tem se dado exagerada ênfase a manifestações espirituais relativas aos dons, sem o devido respaldo bíblico que serve de orientação para a vida da igreja. A melhor ou a maior profecia espiritual não é a proferida meramente por algum profeta, mas aquela mensagem respaldada nos princípios que norteiam a ministração desse dom. Aparência de santidade e persuasão pessoal por atitude piedosa não se constitui prova de autenticidade. Toda mensagem precisa ser provada e julgada pelos critérios da Palavra de Deus.

Naqueles dias, Jesus percebeu que os chefes religiosos, à semelhança dos seus antecessores (Jr 28), arrastavam o povo à ruína espiritual. Jesus previa o perigo futuro contra a sua igreja, quando falsos profetas entrariam no meio do povo de Deus “vestidos de ovelhas”, com aparência de santidade e piedade, mas seriam, na verdade, “lobos devoradores” que arrebatariam as ovelhas do aprisco do Senhor. O fruto seria a prova maior que revelaria esses falsos profetas (Mt 7.16). Uma vez que não é fácil distinguir o falso do verdadeiro, resta tão-somente perceber essa distinção “por seus frutos”.

A segunda advertência: Dizer sem fazer (Mt 7. 21-23)

Conforme citamos anteriormente, J. C. Ryle indicou um segundo grupo de religiosos, que são “os falsos professores”. Quem

são eles? Como agem e como podemos identificá-los? São aquelas pessoas que declaram “crer” no Evangelho, mas sua profissão de crença é falsa, porque dizem o que não praticam.

John Stott, teólogo inglês, comentou esse texto de Mateus e o interpretou como “o ato de fazer-se uma profissão de fé simplesmente verbal”. Quando alguém apenas diz crer em Jesus, mas não lhe obedece está, na verdade, negando aquilo que diz crer. Confessa com a boca, mas nega-o com as obras. No versículo 21 está escrito: “Nem todo o que me diz”, isto é, nem todo aquele que fala muito significa estar falando a verdade do seu coração. Logo no versículo 22, Jesus diz: “Muitos, naquele dia, hão de dizer”. Note a distinção entre as duas frases. A primeira diz: “nem todo” e na frase seguinte, diz: “muitos hão de dizer”, indicando que são duas situações distintas. A primeira refere-se ao simples ato de falar sem qualquer compromisso com Deus. A segunda aponta para o “último dia”, quando, nem todos, mas muitos hão de tentar se justificar diante de Deus, mas será tarde.

Na verdade, o que Jesus ensina é que devemos, sim, confessar a nossa fé de modo verbal, mas esse ato deve ser acompanhado da obediência ao que Jesus ensinou. Desenvolveu-se no seio da igreja nos últimos dias uma heresia sobre “o poder da palavra”. Essa teologia ensina que somos amaldiçoados ou abençoados por aquilo que dizemos. Sem dúvida, esse poder das palavras é muito relativo, porque se Deus, em sua infinita sabedoria, nos julgasse e condenasse pelas palavras que proferimos, nenhum de nós estaria vivo. Jesus sabia da vulnerabilidade emocional nas coisas que fazemos ou falamos, por isso o mínimo que Ele espera daqueles que professam crer nEle é que sejam capazes de praticar aquilo que dizem ou professam. Naturalmente, todos nós precisamos controlar nosso “homem interior” para que nossa língua também seja controlada. É inte-

ressante notar que Jesus, naquele discurso, não se dirigiu a pessoas irreligiosas, mas a pessoas que diziam crer nEle. Eram pessoas exigentes quanto aos requisitos das leis mosaicas, mas que não eram sinceras quanto à sua prática. Chamavam a Deus de Senhor, mas não faziam, de fato, a vontade do Senhor. A esses, o Senhor lhes diz: “apartai-vos de mim, vós que praticais a iniquidade”. Não basta dizer: “Senhor, Senhor”. É preciso que nossa confissão seja autêntica, verdadeira e acompanhada de real obediência ao Senhor (Rm 10.9,10). O “fazer” é requerido além do ato de “dizer” (Mt 6.10; 28.20).

A terceira advertência: Ouvir sem praticar o que ouviu (Mt 7.24-26)

O terceiro tipo de religiosos apontado por Ryle se compõe dos “falsos ouvintes”, como está declarado no versículo 26: “E aquele que ouve estas minhas palavras e as não pratica...” Existem, na verdade, dois tipos de ouvintes: o que ouve e pratica o que ouviu e aquele que ouve e não pratica o que ouviu. Os seguidores de Jesus não só são desafiados e estimulados a “ouvirem as suas palavras de vida eterna”, mas também a colocarem em prática as palavras ouvidas. Aquele que “ouve e pratica” é comparado “ao homem prudente”. Porém, aquele que apenas “ouve as palavras de Cristo” e não as pratica é comparado ao “homem insensato”.

Tiago, irmão do Senhor, escreveu em sua epístola que “A religião pura e imaculada para com Deus, o Pai, é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações e guardar-se da corrupção do mundo” (Tg 1.27). O que sabe ouvir é tratado como “sábio” porque desenvolve a capacidade de crer que é, antes de tudo, um ato volitivo, uma atitude de nossa vontade. Dispor-se a ouvir é uma forma de crer. Crer é querer, porque

o fato de crer nas palavras de Cristo ultrapassa a barreira do “ego humano” para conquistar “o saber” nas palavras de Cristo. A “prática” daquilo que se “ouve de Cristo” significa a superação das dificuldades do “caminho estreito e da porta estreita” (Mt 7.13,14).

A PARÁBOLA EXPLICADA

Todo o contexto dessa parábola era uma preparação da parábola que Jesus proporia aos seus ouvintes. A parábola das duas casas construídas, uma sobre a rocha e a outra sobre a areia, seria apenas um conto interessante, sem nenhum significado para aqueles ouvintes, se não houvesse uma razão especial da parte de Jesus. Na realidade, a parábola tinha um caráter ilustrativo das verdades apresentadas por Jesus.

Nos versículos 24 a 27, Jesus dá um direcionamento à sua mensagem. Ele havia ensinado aspectos relacionados com “o dizer e o fazer” e, também, com “o ouvir e praticar”. Depois de estabelecer que aqueles que aceitassem as suas doutrinas e as praticassem certamente ganhariam o céu, e para os que não as aceitassem, teriam um destino final trágico.

Para tornar mais claro o seu ensino Jesus apresenta a Parábola das Duas Casas: uma construída sobre a rocha e a outra, sobre a areia. Dois personagens se destacam nesta parábola: o homem prudente e o homem insensato. A casa construída por cada um desses personagens é metaforicamente comparada à construção do caráter desses dois homens. Nota-se que o Mestre descreve o que acontece quando se desencadeia sobre esses dois homens tempestades de chuvas e vendavais. Um deles suporta bem as vicissitudes sobre sua vida porque construiu seu caráter em lugar firme, mas o outro não suporta o revés e se desmorona completamente.

O homem prudente

Como identificar “o homem prudente”? (v. 24). Não se trata simplesmente de uma qualidade da alma ou do espírito. Prudência é uma qualidade vital de sobrevivência. A parábola sugere que aquele homem prudente tinha um comportamento equilibrado. Era alguém que sabia o que queria e o que estava fazendo. Era alguém que fazia as coisas de sua vida com equilíbrio racional. Não agia induzido por meras emoções, porque preferia as coisas consistentes. Uma pessoa prudente desenvolve a capacidade da moderação, da cautela e da sensatez, por isso ele é considerado sábio, porque constrói sua vida sobre fundamento firme. Prudência é uma qualidade moral que deve ser cultivada, especialmente pelas pessoas de temperamento colérico ou sanguíneo. A precipitação é típica das pessoas que não param nunca para pensar no que devem fazer, por isso acabam tendo frustrações. A moderação, a ponderação, a precaução e a sensatez são termos sinônimos que devem nortear a nossa vida na construção dos nossos valores morais e espirituais. O texto nos diz que o homem prudente, embora tenha sido combatido no seu caráter, manteve-se firme. Ele não desanimou porque mesmo tendo sido surrado pelas tempestades, não perdeu a confiança na rocha onde construiu sua casa. O ato de “edificar sobre a rocha”, como sugere o texto significa aquele que “escuta as palavras de Jesus e as pratica” (v. 24). A vida cotidiana implica numa aprendizagem enquanto vivemos, por isso devemos aprender a “ouvir a palavra de Deus e praticá-la”, pois dessa forma construiremos uma vida estabilizada sobre a rocha que é Jesus (Is 28.16; 1 Co 3.11; 1 Tm 1.1; At 4.11,12).

O homem insensato

O que é insensatez? Segundo os dicionários, “insensatez” diz respeito à falta de senso; aquele é demente; tolo. Quais são

as características de uma pessoa tola? É alguém que está sempre com pressa e vive das coisas imediatas, porque não sabe esperar. Aquele homem da parábola foi considerado insensato porque não estava preocupado em construir sua casa com segurança (v. 26). Ele se deixou levar pelas aparências porque vivia sempre procurando atalhos e resultados imediatos. Do ponto de vista espiritual, esse homem não firmava a sua fé em algo consistente. Em nossos dias nos deparamos com esse tipo de fé imediata, onde os elementos constituintes dessa mesma fé são vulneráveis e sujeitos a grandes decepções e frustrações. Ora, quem deseja construir uma casa para si não pode construí-la de qualquer maneira. O tolo despreza o ensino e a instrução.

A firmeza da casa sobre a rocha e as tempestades (Mt 7.25)

Um outro sentido para a construção dessa casa é a construção da nossa fé, isto é, nossa crença “nas palavras de Cristo” (Mt 7.24). O sentido moral dessa construção refere-se à construção do caráter; porém, o sentido espiritual dessa construção aponta para a construção da nossa fé. Diz respeito àquilo que cremos e como o praticamos. É preciso estar bem construído para não cair. A palavra “combateram” (v. 25) significa, literalmente, “caíram sobre” ou “caíram contra”, o que dá a idéia de alguma força e peso maiores que se lançam sobre a vida de uma pessoa, ou seja, todos aqueles elementos da natureza como “chuvas torrenciais, ventos fortes e correntezas caudalosas”. Entretanto, Jesus sugeriu que a casa foi “edificada”, isto é, foi construída sobre um fundamento firme (Pv 12.7; Is 28.16). Tudo o que se lança sobre nossa vida, tentando demover o edifício que construímos, será neutralizado pela profundidade dos fundamentos da casa, isto é, da nossa vida espiritual. Sua

firmeza tem a ver com os materiais que usamos para construir o fundamento, por isso a casa não cai.

O homem que construiu sua casa sobre a areia (Mt 7.26)

Esse homem foi chamado por Jesus de “insensato”, que significa ser “falto de senso ou razão”, demente, que não tem bom senso. Não é difícil perceber alguém que não tem bom juízo quando constrói uma casa sobre a areia. Indubitavelmente, esse tipo de pessoa não tem juízo e não demonstra o menor senso de inteligência. Entre os dois homens ilustrados por Jesus há um contraste entre o “ouvir” e o “fazer”. Se houvesse bom senso por parte desse construtor, ele jamais construiria sua casa sobre a areia.

O que pode representar a areia? Pode significar as opiniões humanas, a justiça própria. Existem pessoas que são auto-suficientes, alimentadas por um ego sob o estigma da natureza pecaminosa herdada de nossos primeiros pais, Adão e Eva. São pessoas do tipo que não aceita nenhuma instrução, nem humana, nem religiosa. A Bíblia declara que “O temor do Senhor é o princípio da ciência; os loucos desprezam a sabedoria e a instrução” (Pv 1.7). Essa parábola tem por objetivo mostrar que aquele “homem insensato” representa a pessoa que não põe em prática “as palavras” ensinadas por Jesus. A loucura desse homem não consiste em não dar ouvidos às palavras de Jesus, mas sim no seu desprezo às coisas sérias da vida. Sua loucura consistia no fato de ouvir a Palavra de Deus e não demonstrar a menor preocupação em praticá-la.

Quando veio a tempestade, a casa ruiu porque não tinha um bom fundamento. Era uma casa vulnerável às intempéries da vida, por isso não suportou o combate do temporal que foi ruindo a sua base e, por fim, toda ela.

A LIÇÃO QUE A PARÁBOLA NOS ENSINA

Nesta parábola nos deparamos com dois tipos de ouvintes: os que ouvem as palavras de Cristo e as praticam; e os que ouvem as palavras de Cristo e não as colocam em prática. Entendemos que o primeiro grupo de ouvintes são aquelas pessoas que não prestam apenas seus ouvidos, mas que recebem em seus corações a palavra ouvida e as obedece sem restrição. Têm prazer em ouvir a Palavra divina: “Mas bem-aventurados os vossos olhos, porque vêem, e os vossos ouvidos, porque ouvem” (Mt 13.16).

Uma boa lição desta parábola é que cada um de nós deve edificar uma casa espiritual. Essa casa representa a nossa fé que precisa ser apoiada na rocha inabalável que é Cristo. A Igreja está edificada sobre esta Rocha e assim sabemos que todo aquele que está em Cristo, permanece firmado nesta rocha. Ele é a rocha inabalável sobre a qual depositamos toda a nossa confiança (1 Pe 2.4-10).

Finalmente, a lição básica que a parábola nos dá é demonstrada na figura dessas duas casas. Se construirmos nossa casa espiritual (nossa fé) de modo que o ouvir e o praticar sejam uma realidade na nossa vida, estaremos seguros contra toda e qualquer tempestade que possa surgir. Todos os ataques de fora, no campo espiritual, serão neutralizados, se estivermos firmados na Rocha eleita e preciosa, que é Cristo. Que cada um de nós pergunte a si mesmo: “Estou eu fazendo aquilo que o Senhor me mandou fazer?” Devemos ainda nos perguntar: “Somos meros ouvintes e maus praticantes do ensino da Palavra ou somos bons ouvintes e praticantes daquilo que ouvimos da parte do Senhor?” Cada um de nós precisa avaliar sua própria vida neste sentido.

Quando lemos as Escrituras e ouvimos as palavras do Senhor; quando nos tornamos membros de uma igreja dizemos que cremos em Cristo. Essa atitude nos responsabiliza em garantir aquilo que ouvimos e em praticá-lo (Tg 1.22-25; 2.14-20).

CAPÍTULO 9

A JUSTIÇA E A GRAÇA DE DEUS



Mateus 20.1-16

A geração da undécima hora, resta-lhe o privilégio de fazer a obra final na dispensação da graça.

Essa parábola de Jesus é mais uma contracultura apresentada pelo Mestre que desfaz a cultura dos privilégios e destaca a graça e a generosidade do Pai celestial aos que chegam por último. O contexto dentro da parábola indica que esses “últimos” a chegarem para trabalhar na seara do Senhor podem ser aqueles que não tinham a menor oportunidade no Reino de Deus. A graça do Senhor não discrimina nem privilegia classes específicas, mas dá oportunidade a todas as pessoas de serem úteis no Reino dos céus. Daí a máxima do Senhor Jesus nesta parábola: “Assim, os derradeiros serão os primeiros, e os primeiros, derradeiros” (Mt 20.16).

Nesta parábola, Jesus compara o Reino dos céus à um pai de família que denota alguém que possuía uma casa e uma vinha (v. 8). Um certo dia, esse homem saiu de madrugada a convocar trabalhadores para a sua vinha. Em vários períodos de horas durante aquele dia, desde a hora terceira, sexta, nona e undécima, trabalhadores foram convocados para o trabalho. No

versículo 16, Jesus repete um conceito citado em Mateus 19.30 e o destaca: “Assim, os derradeiros serão os primeiros, e os primeiros, derradeiros, porque muitos são chamados, mas poucos, escolhidos”. Esse conceito ensina que Deus não é devedor de ninguém. Para o Senhor não faz diferença o tempo de trabalho, mas sim, a disposição para ouvir o chamado e fazer o trabalho no tempo que tiver disponível.

DEUS, O VINHATEIRO (MT 20.1)

Para reforçar a idéia central do ensino que Jesus queria, de fato, ensinar, o versículo 30 do capítulo 19 de Mateus também é citado nesta parábola. Lemos a história do jovem rico que desejava ter posse da vida eterna demonstrando um espírito egoísta e interesseiro. Jesus, então, inteligentemente dá a lição de que o galardão merecido nunca será na base de privilégios, nem de classes sociais. O que importa, na verdade, para Deus, é a atitude desprendida das coisas materiais. Quando Ele pronunciou a sua máxima dentro dessa parábola estava ampliando a visão dos seus discípulos. A ilustração da parábola que Jesus narra apresenta o dono da vinha como um pai de família que cultiva para o sustento dos seus. Na idéia figurativa, Deus Pai é o vinhateiro que plantou uma vinha e procura preservá-la. Deus é o grande Pai de família que contrata trabalhadores para a sua vinha.

Demonstração da graça e do senhorio do vinhateiro

O senhorio é identificado no próprio texto como “pai de família”, o que indica a sua autoridade de chefe da casa e, portanto, o poder de liderança sobre o que é seu. Contextualizando essa parábola, entendemos que Deus é Pai de uma grande família denominada Igreja. Dele emana a ordem de trabalho, a visão e o sonho da vinha que plantou na terra. Sua graça de-

monstrada se refere ao modo de agir no sentido de não impor nada a ninguém sem o pagamento justo. Indica que a graça de Deus é dada a todos de igual modo, independente da quantidade de tempo de serviço, por isso os trabalhadores da undécima hora, que são os derradeiros (últimos), recebem tanto quanto os que trabalharam o dia inteiro.

O princípio que deve nortear os trabalhadores nos tempos atuais

É lamentável constatar que nos tempos atuais, nossa teologia pastoral tenha sido tão deturpada dentro da Igreja de Cristo. Muitas igrejas, por terem a mesma atitude, estão vivendo o drama daqueles mesmos trabalhadores e pelo fato de terem trabalhado mais tempo, não aceitam o tratamento dispensado por Deus aos que chegaram depois. Estes se acham senhores da vinha, por serem primeiros; porém, são tão servos quanto os que chegaram depois. São eles que reclamam e dizem: “Estes derradeiros trabalharam só uma hora, e tu os igualaste conosco, que suportamos a fadiga e a calma do dia” (Mt 20.12). Precisamos entender o comportamento do Pai celeste. Ele é justo e dá a cada trabalhador o que lhe é devido. Ninguém é premiado por tempo de serviço, mas por ter feito o serviço com fidelidade e desprendimento. Note que aqueles trabalhadores que haviam trabalhado o dia inteiro não aceitaram ser equiparados em salário com aqueles que trabalharam apenas na undécima hora.

Na verdade, o que Jesus queria ensinar era resultado de algumas atitudes percebidas entre os seus discípulos. Havia algo de vanglória e de orgulho que dominava o coração de alguns deles, tais como Pedro, André e João. Pelo fato de terem sido os primeiros a deixar tudo e seguir o Mestre, desenvolveram uma

certa vaidade e, por isso, se sentiam com direito de superioridade sobre os demais. Eles entendiam que haviam enfrentado situações de privação e fadiga mais que os outros, mas Jesus percebe o espírito que se desenvolvia entre os discípulos e lhes dá a preciosa lição de que esses sentimentos são inconvenientes no Reino de Deus. É lamentável que muitos líderes ajam com o mesmo espírito que dominava o coração daqueles discípulos e que vivam sob o respeito humano.

O vinhateiro distribuiu em quatro tempos distintos o trabalho na vinha (vv. 3-6)

Ao longo do dia, o vinhateiro saiu em busca de trabalhadores para a sua vinha e o fez em tempos distintos. Como aquele Senhor saiu de madrugada, ou seja, na primeira hora, em busca de trabalhadores para sua vinha, ele foi convocando homens para a hora terceira; depois buscou uma nova turma de trabalhadores na hora sexta e, também, na hora nona. Finalmente, sabendo que havia muito trabalhado para aquele dia, saiu a buscar trabalhadores para a hora undécima.

Na vida cotidiana das pessoas em geral, as horas representam períodos ou tempos específicos. Na vida do povo judeu, o dia é dividido em 12 horas, e na linguagem bíblica, dependendo do seu contexto, as horas têm uma simbologia especial. Na parábola que estamos estudando, Jesus utiliza a experiência cotidiana dos judeus quanto ao dia de trabalho e ensina uma preciosa lição acerca dos trabalhadores do Reino dos céus.

Ele divide o dia em quatro períodos de tempo diferenciados: a primeira hora (6 horas), pois aquele senhor saiu de madrugada; a terceira hora (9 horas); a sexta hora (12 horas, meio-dia); a nona hora (15 horas) e, por último, a décima primeira hora (undécima, 17 horas). A hora undécima era exatamente

uma hora antes das 18 horas, quando o sol se põe no horizonte. Em todos esses períodos diferenciados, ou seja, a cada três horas, aquele senhor (pai de família) persistiu na busca de trabalhadores para a sua vinha, até encontrar tantos quantos pudessem fazer o trabalho. Os intérpretes bíblicos procuram dar sentidos históricos distintos a cada tempo de horas de trabalho na vinha. Porém, o grande destaque é dado aos trabalhadores da undécima hora.

O vinhateiro se preocupava com o resultado final do trabalho

A parábola deixa claro que a preocupação de Jesus era mostrar que a recompensa, a paga pelo trabalho, não era medida pela duração (ou tempo) do trabalho, mas sim, pela intensidade, fidelidade e qualidade do trabalho feito (1 Co 4.2; 2 Tm 2.2; Tt 2.10; Pv 28.20; Lc 16.10). Quando Jesus declara que “os derradeiros serão primeiros, e os primeiros, derradeiros” (Mt 20.16), Ele quis ensinar que a soberania divina não será exercida à custa da justiça nem da graça. Deus está livre de imposições morais, porque o contrato de trabalho indicava um pagamento específico pelo trabalho feito. O vinhateiro não foi injusto com nenhum daqueles trabalhadores, mas lhes pagou pelo contrato feito com cada um deles. O que importava para o vinhateiro era que a sua vinha não viesse a sofrer solução de continuidade, mas que, ao final do dia, o trabalho estivesse pronto.

Estamos no tempo da graça e quase dois anos se passaram. Os trabalhadores da primeira hora serão recompensados tanto quanto os da undécima hora. Outrossim, o pagamento será feito na presença de Cristo em seu Tribunal (2 Co 5.10), por isso os que buscam recompensa aqui na terra poderão vir a ficar frustrados na presença de Cristo um dia.

A VINHA (MT 20.1)

Nesta parábola, “o Reino e a vinha” têm um destaque especial. O texto começa falando no “Reino dos céus”, que significa o domínio de Deus sobre o nosso mundo físico, sua amplitude e superioridade, pois esse reino vem de cima. Deus tem plantado uma vinha neste mundo e conta conosco para cultivar, cuidar, fazer produzir e usufruir do fruto dessa vinha.

A figura da vinha

No Antigo Testamento, Israel é o povo eleito de Deus e é ilustrado como a “vinha de Deus na terra” (Is 5.7; Jr 12.10). Existem outras metáforas de Israel, tais como “a oliveira” (Rm 11.17) e a “figueira” (Lc 21.29). No Novo Testamento, a figura da “vinha” ilustra a “Igreja de Cristo” (Jo 15.1-8). Nesta nova dispensação a Igreja é a nova vinha de Deus na terra.

O convite para trabalhar na vinha

É o Senhor quem sai e chama trabalhadores para a sua vinha. Trabalhar na vinha implica vocação e capacitação para fazer o trabalho. Como podemos identificar essa convocação para se trabalhar na vinha do Senhor? Ele o faz por intermédio do Espírito Santo que apela nos corações das pessoas. Do mesmo modo como aqueles homens foram chamados para uma jornada de trabalho, o Espírito Santo também age e convoca servos dispostos a se engajarem na obra de Deus (Ap 3.20). O apóstolo Pedro, inspirado pelo Espírito Santo, declarou que fomos chamados para anunciar o poder do Senhor (1 Pe 2.9). O apóstolo Paulo escreveu a Timoteo que o Senhor “nos salvou e chamou com uma santa convocação” (2 Tm 1.9). É interessante notar que aquele senhor convocou aqueles homens

em horas distintas de um mesmo dia. De acordo com a escatologia, “um dia” equivale a um tempo específico e, cada tempo tem sua circunstância própria, seu contexto histórico. Portanto, cada hora (ou tempo) da história, o Senhor Deus busca homens e mulheres para trabalharem na sua vinha. Por isso cada tempo de trabalho de um mesmo dia tem sua importância e valor. Os convocados receberão porque fizeram no tempo que tiveram para fazer a obra, não podendo se preocupar com os demais. A cada tempo, cada obreiro deverá ter consciência de sua obra, pois o nível de responsabilidade é o mesmo, independente da circunstância. O importante em tudo isto é que o preço do trabalho é feito na base da igualdade de direito, não na base do mérito pessoal.

Deus é Senhor de todas as coisas e faz como quer, porque suas ações são feitas sob a égide de sua inerente justiça e misericórdia. Paulo fez uma citação interessante sobre esse aspecto da vontade divina, quando escreveu: “... compadecer-me-ei de quem me compadecer e terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia. Assim, pois, isto não depende do que quer, nem do que corre, mas de Deus, que se compadece” (Rm 9.15,16; Êx 33.19).

Portanto, cada tempo na dispensação divina tem o seu valor, sua importância, seu contexto histórico e Deus chama a quem quer e os trata segundo sua soberana vontade. Cada geração tem o seu valor e a sua importância. A Igreja não pode deixar de reconhecer o trabalho de cada geração, daqueles obreiros que deram o máximo de suas vidas para cumprirem a missão que lhes foi devida. Nem por isso o seu trabalho foi mais importante que o feito por esta geração atual. É lamentável assistirmos ao desrespeito de obreiros atuais aos obreiros antigos. Porém, se cada geração trabalhar com desvelo no tempo que tiveram da parte de Deus, todos serão honrados.

O trabalho na vinha (Mt 20.1)

O texto deixa implícito que há muito trabalho na vinha. Esta vinha precisa dos cuidados de limpeza, do cultivo, do acompanhamento das atividades no plantio e no seu desenvolvimento. Precisa, também, da persistência e da paciência dos trabalhadores até o tempo da colheita (Tg 5.7). A Igreja é uma vinha trabalhosa que requer dos seus viticultores dedicação para que a mesma produza bom vinho. A qualidade do fruto dessa vinha depende muito do cuidado dos trabalhadores com a terra, com o tronco, com os seus ramos. Por isso é necessário qualificação dos trabalhadores na obra de Deus (2 Tm 2.15).

OS TRABALHADORES DA VINHA

O apóstolo Paulo exortou a Timóteo, dizendo: “Porque o exercício corporal para pouco aproveita, mas a piedade para tudo é proveitosa, tendo a promessa da vida presente e da que há de vir. Esta palavra é fiel e digna de toda a aceitação. Porque para isto trabalhamos e lutamos, pois esperamos no Deus vivo, que é o Salvador de todos os homens, principalmente dos fiéis” (1 Tm 4.8-10). Esta escritura indica que aqueles que trabalham na vinha de Deus devem fazê-lo porque amam a Deus e a sua obra.

A ociosidade, uma ameaça para a vinha

A ociosidade no contexto desta parábola deve ser vista sob dois aspectos. O primeiro aspecto envolve aqueles homens que estavam ociosos porque não tinham trabalho. Eram homens que iam para a praça da cidade aguardar serviço. Não há no texto indicação de que aqueles homens não tivessem experiência em trabalho de viticultura ou agricultura, uma vez que o trabalho típico da Palestina era a agricultura ou a pesca no mar da Galiléia. Aqueles homens receberam o convite do senhor

da vinha e se dispuseram ao trabalho. A ociosidade deles não era por preguiça ou comodismo, mas porque não havia convocação para o trabalho.

O segundo aspecto da ociosidade daqueles homens poderia representar comodismo, preguiça, desqualificação e desinteresse. Na obra do Reino de Deus não pode haver esse tipo de atitude dos trabalhadores (2 Ts 3.11; 1 Ts 5.14). Este último versículo, na tradução NVI, diz o seguinte: “que advertam os ociosos”. Por outro lado, tem faltado no seio da Igreja atual aquele espírito de sacrifício, de paixão e desprendimento para fazer a obra. Em nossos tempos atuais, a tecnologia moderna tem tomado o lugar das pessoas, até mesmo dentro da igreja. A modernidade tem usurpado o lugar da alegria, do prazer de fazer a obra de Deus. A ociosidade ganhou espaço na vida de muitos cristãos.

É tempo de trabalhar!

Durante todo o dia aquele senhor da vinha buscou trabalhadores que realizassem a obra, de forma que a vinha não viesse a sofrer solução de continuidade. Na terceira, sexta e nona hora, o vinhateiro encontrou trabalhadores para a sua vinha, e ao longo do dia, todos trabalharam e cumpriram suas obrigações e receberam o salário justo pelo seu trabalho. Cada trabalhador cumpriu o seu papel com direito ao seu salário por aquilo que fizera na vinha daquele senhor. Porém, foi no entardecer, no crepúsculo do dia, na última hora, antes que o sol se pusesse no horizonte, isto é, na undécima hora, que o vinhateiro buscou o último grupo de trabalhadores para o trabalho final na vinha.

Na história da Igreja, entramos na undécima hora. Sentimos que estamos no crepúsculo do último trabalho da Igreja na terra, quando se fará a grande colheita, a colheita da graça

de Deus! Todos aqueles que trabalharam na vinha do Senhor, da primeira à nona hora, tornaram possível o papel final da Igreja neste tempo. Não podemos correr o risco de lamentar o tempo perdido e confessar como Israel em outros tempos: “Passou a sega, findou o verão e nós não estamos salvos” (Jr 8.20). O apóstolo João previa, profeticamente, esse tempo e escreveu em sua epístola: “Filhinhos, é já a última hora” (1 Jo 2.18).

A UNDÉCIMA HORA (MT 20.6)

A parábola deixa transparecer que os que trabalharam na *undécima hora* receberam mais do que esperavam. Na diferenciação das horas de trabalho, com vantagens e desvantagens, descobrimos que o critério de justiça divina não é baseado em critérios humanos. Descobrimos que os que trabalharam na undécima hora são tratados com igualdade aos que começaram de manhã cedo. A bênção da salvação é de igual proporção, tanto para os que se convertaram há vinte, trinta ou cinquenta anos, quanto aos que se convertaram hoje.

O tempo não é meritório no serviço do reino de Deus (Mt 20.8-12)

Há uma verdade imprescindível nesta parábola: ninguém trabalha por prêmios ou galardões extras, porque cada trabalhador receberá aquilo que lhe for justo receber. A obra feita não é meritória pelo tempo de trabalho. Quem trabalhou no primeiro tempo, ou quem trabalhou na undécima hora, terá o mesmo salário. O salário do Senhor não será pela quantidade, mas pela qualidade do trabalho que fazemos na vinha. É o próprio Senhor que ensina e declara com uma sabedoria ímpar: “Os últimos serão primeiros, e os primeiros serão últimos” (Mt 20.16, ARA).

A idéia básica do pensamento de Cristo

No Reino de Deus na terra, não há discriminação, nem discrepância social ou favoritismo. Os trabalhadores da undécima hora são os trabalhadores do último tempo de Deus para a Igreja na terra. O galardão desses últimos é o mesmo dos que trabalharam nas primeiras horas. O valor do serviço aos olhos de Deus depende do espírito com que é feito o trabalho.

CONCLUSÃO

Não se trabalha na vinha de Deus visando recompensas ou vantagens. A recompensa não é maior nem menor, porque é direito de todos. Pequenos e grandes, pobres e ricos, todos são tratados de igual modo na vinha do Senhor.

CAPÍTULO 10

REALIZANDO A VONTADE DO PAI



Mateus 21.23-32

A graça de Deus não discrimina ninguém, mas é perdoadora para com todos os pecadores.

Existe uma certa similaridade entre algumas parábolas. Na parábola anterior Jesus ilustrou algumas verdades falando do trabalho em uma vinha. Nesta, mais uma vez o Mestre fala de uma vinha, mas a distinção entre as duas parábolas reserva-se aos personagens. Na primeira, Jesus fala de convocação de trabalhadores para a vinha de um rei. Na segunda, a vinha precisa de trabalhadores, mas o senhor daquela vinha convoca seus dois filhos para o trabalho. Entretanto, cada uma tem a sua lição própria diferenciada pelos princípios e finalidades inseridos no enredo de cada uma das parábolas.

Como a classe religiosa dos judeus era decididamente inimiga de Jesus e refutava tudo quanto era ensinado, também, com muita propriedade e inteligência, Jesus ensinava princípios de vida do Reino dos céus e redargüia com argumentos as insinuações maliciosas dos seus opositores.

Nesta parábola, especificamente, Jesus faz uma distinção entre duas classes de pessoas que os judeus discriminavam: a

classe religiosa e a classe desprezada dos pecadores, isto é, publicanos e meretrizes. Jesus, com sabedoria, não apenas reprovou esta discriminação, mas lhes ensinou o modo como Deus vê esse tipo de problema e como o resolve.

O PRÓLOGO DA PARÁBOLA (MT 21.23-27)

A finalidade dessa parábola objetivava responder a uma pergunta capciosa e maldosa da parte dos chefes religiosos dos judeus: “Com que autoridade fazes isso?” (v. 23) Utilizando seu método predileto através de parábolas, Jesus confrontava abertamente os príncipes dos sacerdotes e os anciãos do povo, e os levava a se irritarem pela capacidade que tinha de neutralizar todos os ataques intelectuais e religiosos contra sua pessoa. Alguns episódios vividos e assistidos pelo povo de Israel tornaram amargos para a presunção daqueles chefes religiosos. Por exemplo, a entrada triunfal de Jesus pelas ruas de Jerusalém sendo aclamado e louvado pelo povo, que dizia: “Hosanas ao Filho de Davi” (Mt 21.9). Todos esses elementos contribuíram para o plano de morte contra Jesus não muito depois daqueles dias. Essa classe de homens constituía-se de líderes políticos e religiosos que controlavam o Sinédrio.

A rejeição intelectual e teológica dos líderes de Israel (vv. 23,25,26).

Naturalmente, os líderes de Israel temiam o avanço simpático entre Jesus e o povo, porque ensinava uma nova doutrina que confrontava os conceitos tradicionais da religião judaica. Na verdade, era a última semana que precedia a sua morte no Calvário. Então Jesus expôs-se de modo muito mais claro e agressivo ao sistema religioso existente. Aqueles líderes buscavam alguma contradição em Jesus, alguma ação que ofendesse

as leis da religião e do Estado, mas não conseguiam quando tentavam pegá-lo em algum erro nas discussões em público. Pelo contrário, eles sempre acabavam perdendo nos confrontos com Jesus. A pergunta confrontante daqueles líderes, nesta feita, nas cercanias do Templo era: “Com que autoridade fazes isso?” Qual era a fonte da autoridade de Jesus para falar do modo como falava? Jesus deu-lhes uma resposta na forma de réplica, pela qual não puderam dizer nada.

A resposta à provocação dos líderes de Israel (vv. 24,25,27).

Não havia nenhuma acusação plausível da parte daqueles judeus e, por isso, Jesus, consciente e seguro, sabia dar respostas que os deixavam sem qualquer contra-argumentação. Jesus mudou sua tática de resposta fazendo-lhes uma contra-pergunta sobre o que pensavam acerca do batismo de João Batista, uma vez que eles sabiam que o povo o tinha como grande profeta, e eles o rejeitavam. Tanto o povo quanto o próprio Jesus aprovavam o ministério de João Batista (Mt 3.5-7; Lc 7.29,30). “Com que autoridade?” era a questão daqueles líderes de Israel, pois eles controlavam o Sinédrio — o principal corpo administrativo judaico em Jerusalém. Os chamados “anciãos do povo” eram, na verdade, os representantes das famílias que exerciam poder de influência sobre assuntos do governo local e no Templo. Todavia, os principais opositores de Cristo eram os *fariseus* que controlavam as sinagogas. Havia, também, dois outros grupos de políticos e religiosos, os *herodianos* e os *saduceus*, que não se misturavam aos escribas e fariseus, mas, dominados por uma inveja e ira contra Jesus, juntavam-se para fazer pressão contra Ele. Esses grupos inimigos procuravam meios pelos quais pudessem apanhá-lo desprevenido, levando-o a cair em alguma armadilha teológica ou religiosa. Não tendo assunto que pudesse desafiar a argúcia e o conhecimento de Cristo para fazê-lo cair, então partiram para colocar

em julgamento a sua autoridade. Disseram eles: “com que autoridade dizes e fazes estas coisas?”, e Jesus respondeu sem lhes dar uma resposta objetiva, deixando no ar os pensamentos de seus inimigos intelectuais. Em síntese, Jesus não lhes disse nada; tão somente fê-los entender que a sua autoridade era tão óbvia quanto era a autoridade de João Batista. Não era praxe de Cristo desafiar as autoridades, isto é, os poderes supremos da nação, mas inevitavelmente não temeu opor-se àqueles homens. Esse prólogo à parábola deu a Jesus a oportunidade de contra-atacar seus inimigos e expor, mais uma vez, alguns princípios do Reino dos céus. Nada melhor que lhes responder através de uma parábola e, dessa feita, Ele o fez contando essa parábola de um pai e seus dois filhos.

DOIS TIPOS DE COMPORTAMENTO DAQUELES FILHOS

Há uma expressão típica de Jesus em várias situações, quando precisava contra-atacar seus inimigos, que era: “Mas que vos parece?” (Mt 17.25; 18.12) Esta expressão era o prenúncio de alguma parábola que Ele apresentava. Na linguagem tipológica bíblica, a “vinha” sempre representou a Israel (Sl 80.8-19; Jr 2.21; Ez 19.10). A resposta de Jesus era para aqueles israelitas que lhe faziam oposição continuamente. Daí porque Jesus, mais uma vez, conta a história de uma vinha, destacando um pai que era “senhor daquela vinha” e seus dois filhos.

O objetivo da parábola dos dois filhos

Quando propôs esta parábola, Jesus se preocupou em mostrar que aqueles dois tipos de filhos representavam duas classes de pessoas que se confrontavam no dia-a-dia da vida econômica e religiosa de Israel. Que classes eram essas? O primeiro

filho corresponde aos *pecadores*, representados pelos publicanos e meretrizes, discriminados na sociedade israelita (v. 31), e o segundo filho corresponde à *casta religiosa* composta pelos príncipes dos sacerdotes e os anciãos do povo (v. 23), que honravam a Deus com os lábios, mas tinham o coração longe da presença do Senhor (Is 29.13).

Direitos iguais dos dois filhos em relação ao pai (v. 28)

Os dois tinham direitos iguais dentro da casa do pai, bem como obrigações de respeito a ele. Não havia qualquer razão de discriminação entre ambos pelo velho pai, pois as circunstâncias eram as mesmas, bem como os benefícios e obrigações. O trabalho não era imposto pelo pai, mas foi um pedido, uma vez que, dentro de uma família, os negócios são do interesse de todos os seus membros. Entretanto, aqueles filhos deram respostas diferentes ao pai. A lição maior desse ponto está no fato de que no Reino de Deus não há acepção de pessoas, nem privilégios. Em relação ao Reino de Deus, não importa se pecadores ou religiosos, todos tem direito a entrar, desde que tenham atitudes sinceras de arrependimento e fidelidade ao Senhor. Ninguém entra no Reino de Deus num estado de pecaminosidade, mas de purificação pelo sangue do “Cordeiro de Deus”.

No entanto, o que se destaca neste ponto é a atitude de cada um daqueles filhos. Se trouxermos à contextualização o fato de que Deus espera de seus filhos atitudes espontâneas e amorosas para com o Pai quando são convocados para o trabalho, não temos dúvidas de que essas atitudes positivas têm sido raras. A vinha depende da disposição dos filhos no sentido de atender à convocação do Pai Celestial para trabalhar (Jo 4.34).

Um retrato de Deus Pai

A figura do pai destaca-se na parábola. Ele não foi rude com seus filhos, nem os tratou com imposição. Apenas solicitou que o ajudassem na administração da vinha. Não se sabe por quais razões aqueles dois filhos foram maus, e não tiveram atitudes de respeito e consideração com o pai. Alguns comentaristas parecem acomodar-se à idéia de que o filho que disse não ao pai e, arrependendo-se, acabou indo trabalhar na vinha, esteja livre de um julgamento de sua atitude inicial. Na verdade, não é o arrependimento o elemento de destaque no ensino de Jesus, mas a sua atitude inicial, ríspida e dura para com o pai. O segundo filho não foi menos ou mais rude, porque sua atitude foi ainda mais reprovada por Jesus. Porém, neste ponto é o pai que se destaca como alguém que deseja contar com seus filhos na administração da sua vinha. Ele é o retrato do Pai Celestial, sempre amoroso e pronto a dividir as responsabilidades pela sua vinha na terra, a sua igreja. Quando agimos displicentemente com a casa do Pai, a sua Igreja, nossa atitude não difere dos “filhos indolentes” da parábola. Naturalmente, a interpretação dessa parábola não se prende à resposta objetiva de Jesus aos judeus, mas sugere um ensino para o relacionamento dos crentes em Cristo com o Pai Celestial. É fato consumado que somos filhos de Deus, e alcançamos esse direito filial através de Jesus Cristo (Jo 1.12; Rm 8.14; Gl 4.5).

A CONDUTA REPROVADA DOS FILHOS

Ambos os filhos receberam o mesmo pedido da parte do pai: “Filho, vai trabalhar hoje na minha vinha” (v. 28), mas ambos deram respostas distintas ao pai. O primeiro filho disse “não”, mas arrependeu-se posteriormente e foi. O segundo filho disse “sim”, mas não foi trabalhar. Se analisarmos a conduta de ambos, concluiremos que os dois responderam mal ao

pai. Qualquer argumento pró ou contra se desfaz pelo modo desrespeitoso que demonstraram.

Ambas as atitudes estavam sob o estigma da rebeldia

O primeiro negou-se a obedecer à ordem do pai; porém, depois, arrependeu-se. O segundo prometeu obedecer, mas, por fim, não o fez. O último, que disse “sim”, é tão desobediente como o outro, que disse “não”, mas acabou indo trabalhar na vinha do pai. Ambos demonstraram atitudes controversas, típicas de pessoas dominadas por sentimentos vulneráveis à rebeldia. A vantagem do primeiro filho é o fato de ter se arrependido e ido à vinha. Quantos cristãos vivem na igreja usufruindo das bênçãos de Deus, mas são dominados por sentimentos de contrariedade. São vulneráveis às tentações da carne que militam contra o Espírito (Gl 5.16,17).

Analisando a conduta dos dois filhos (vv. 28,29)

O primeiro filho rudemente respondeu ao pai: “não quero”. Uma resposta má, típica de um coração mau. Ele foi rude ao negar-se a obedecer à ordem do pai porque sua atitude exterior demonstrava sua natureza rebelde. Esse filho representa aquelas pessoas que não têm qualquer sensibilidade espiritual.

O segundo “filho”, pelo contrário, respondeu positivamente: “Sim, eu vou”. Porém não foi. Prometeu uma coisa e logo fez tudo ao contrário. Demonstrou uma atitude inconseqüente para com o pai. Esse filho nos mostra que houve contradição entre sua palavra e a realização daquele trabalho, entre sua promessa e seu cumprimento. Esse filho, pelo contrário, não teve arrependimento. Ele professou obediência aparente sem nenhuma intenção de obedecer. Sua atitude era hipócrita. Disse “Sim, senhor”, mas não estava disposto a fazer a vontade do pai.

A APLICAÇÃO DA PARÁBOLA

Jesus levanta a questão da autoridade (v. 31)

No enredo da parábola Jesus quis destacar a sua autoridade sem discuti-la. Por isso, contra-atacou a indagação dos seus inimigos com outra pergunta. Eles questionaram: “Com que autoridade fazes isso?” Jesus lhes responde com outra pergunta relativa à origem do batismo de João e o que ele ensinava (Mt 21.31,32; Mc 1.4; Lc 7.29,30). Ora, falar de João Batista, personagem reconhecido pelo povo como grande profeta, não era o tipo de assunto que os chefes políticos e religiosos quisessem discutir com Jesus. Eles foram colocados num “beco de saída”, pois, se negassem a origem espiritual do ministério de João Batista, seriam rejeitados pelo povo. João Batista tinha a aprovação do povo e, se negassem a procedência divina do seu ministério, estariam negando a autoridade espiritual dele. Jesus, então, diante da resposta diplomática daqueles homens em afirmar que não sabiam donde vinha a autoridade de João, contra-atacou com uma resposta seca e objetiva ao declarar: “Nem eu vos digo com que autoridade faço isso” (v. 27). Depois de neutralizar seus oponentes, Jesus reforça sua reposta contando-lhes a parábola. E começou com uma pergunta: “Mas que vos parece?” (v. 28) Ele expôs sua parábola e, ao final, fez outra pergunta solene: “Qual dos dois fez a vontade do pai?” (v. 31) A resposta a esta pergunta de Jesus deve ser analisada sob a óptica da atitude de cada filho.

Ações versus palavras

Esses dois elementos, ação e palavra, revelaram o caráter daqueles filhos. Os dois tinham pecado contra a autoridade do pai. Um foi áspero e duro; o outro foi falso e mau. Por esta

imagem refletida pelos filhos podia-se estabelecer o verdadeiro caráter de cada um deles. O primeiro disse não, mas, arrependendo-se, foi. Sua resposta foi do tipo que o pai não esperava dele. Entretanto, mudou de atitude depois. A Bíblia nos deixa entender que todo aquele que se arrepende de uma má conduta encontra acesso a Deus (Ez 33.14-16). O outro filho deu uma resposta positiva, a melhor que aquele pai podia ouvir; mas, na verdade, sua atitude era falsa. Existem muitos cristãos que têm lábios doces nas respostas, porém seus corações dizem o contrário (1 Jo 3.18). Professam pertencer ao Senhor, mas são desobedientes e rebeldes.

CONCLUSÃO

Aprendemos nesta parábola que esses dois filhos representam duas classes de pessoas. Uma é aquela que exhibe religiosidade, mas não passa de aparência, sem nenhum conteúdo. A outra é aquela classe pecadora, desprezada e discriminada, mas que pode ser alcançada pela graça de Deus porque não tem nada a esconder. Uma é falsa e dissimulada; a outra é pecadora, mas é autêntica, não esconde o seu pecado. A graça de Deus é para todos.

CAPÍTULO II

VIGIAI, POIS NÃO SABEIS QUANDO VIRÁ O SENHOR



Mateus 25.1-13

Todo cristão precisa estar alerta para a vinda inesperada de Cristo e desenvolver a responsabilidade pessoal de velar no sentido de estar sempre provido de azeite em sua vida.

Mais uma vez o Mestre utiliza uma experiência típica dos costumes tradicionais da época para ensinar uma grande lição aos seus discípulos. Algumas vezes ele explorava experiências da vida rural, da vida pesqueira, da vida política e, também, da vida social. Nesta feita, ele faz uma parábola de um casamento. A narrativa que desenvolveu é rica em detalhes e oferece a oportunidade de maior reflexão sobre os seus ensinamentos.

Segundo os costumes orientais, uma festa de casamento celebrava-se à noite e, como não havia iluminação elétrica, precisavam de alguma lamparina. As famílias mais abastadas podiam festejar durante vários dias. A celebração começava quando o noivo (esposo) e alguns amigos iam à casa da família da noiva para encontrar a esposa e, depois, dirigir-se ao local da celebração das bodas. Feitas as cerimônias religiosas, os noivos se dirigiam para as bodas acompanhados por uma grande procissão de amigos. Todos os participantes deveriam estar devidamente vestidos e, como a cerimônia realizava-se à noite, ti-

nham de estar providos com suas próprias lamparinas, naturalmente, de azeite combustível. Chegando ao local das bodas, todos os convidados entravam e a porta principal era fechada. Nenhum estranho teria acesso àquela festa. A parábola implica lições de providência para que ninguém seja tomado de surpresa quando o esposo chegar. O caráter dessa parábola tem um sentido profético e escatológico, pois Jesus deixa bem claro sobre a sua volta e a necessidade de estarmos preparados para aquele momento.

ELEMENTOS HERMENÊUTICOS DA PARÁBOLA

Como esta parábola tem um sentido escatológico especial, exige-se uma interpretação objetiva e cuidadosa. Alguns elementos da parábola requer o cuidado hermenêutico no sentido de evitar quaisquer pontos de vista que afetem o ensino geral da parábola. São pontos de vista distintos que merecem a nossa apreciação mas que tem contradições. Contudo a sua análise serve de base para uma argumentação mais equilibrada. O importante nesta interpretação é desenvolver uma linha de entendimento que respeite os princípios de interpretação bíblica sem isolar a parábola do contexto teológico geral. Na parábola dos dois servos (Mt 24.45-51) aprendemos a importância daqueles que vivem na expectativa da vinda do Senhor, não apenas os que esperam, mas os que são fiéis e prudentes. Na parábola das dez virgens a lição principal é a prudência e a providência. Entretanto, existem alguns detalhes dentro dessa parábola que merecem nossa apreciação. Iremos analisar esses detalhes para que se amplie o entendimento do ensino que Jesus quis deixar para seus discípulos. Por esse modo podemos evitar distorções de interpretação.

Três correntes de interpretação

A primeira, interpreta “as virgens” como sendo “um grupo especial” que representa o “remanescente judeu” (Ap 7.3,4; 14.1-4), identificado como os “144 mil salvos no período da Grande Tribulação”. Naturalmente, essa interpretação diz respeito aquele tempo especial que acontecerá no período da Grande Tribulação, e nada tem a ver com Igreja.

A segunda interpretação refere-se às virgens que representa a Igreja como um todo. Existem dois grupos distintos no seio da Igreja: o grupo das cinco loucas e o das cinco prudentes. Dividem em duas metades, ou seja, 50% representando as “cinco loucas”, e os outros 50% representando as “cinco prudentes”. Ensinam que uma metade será salva (as prudentes), e a outra metade (as loucas) serão deixadas. Uma metade subirá e a outra não subirá no arrebatamento da Igreja. Usa-se como argumento o texto de Mateus 24.40-42 que diz: “Então, estando dois no campo, será levado um, e deixado o outro; estando duas moendo no moinho, será levada uma, e deixada outra”. Esse texto precede uma exortação de Cristo à sua Igreja que será tirada antes que venha o grande dia da vinda pessoal e visível do Messias. Portanto, a idéia de duas metades é incompatível com o ensino geral sobre o arrebatamento da Igreja (1 Ts 4.16,17).

A terceira interpretação refere-se ao número dez que tem o sentido de totalidade; por isso, as dez virgens representam os cristãos como um todo (a Igreja) e cada cristão individualmente. Esta interpretação é a que ganha maior aceitação no meio evangélico. As “dez virgens” representam “uma totalidade”, ou seja, a totalidade dos crentes em Cristo no mundo. Assim como estas virgens aguardavam a chegada do esposo, assim, também, a Igreja aguarda a vinda do Esposo.

O que representam as dez virgens? (Mt 25.1)

A despeito da multiplicidade de denominações cristãs, especialmente, evangélicas, sabemos que as dez virgens não representam dez pretendentes do esposo. Não são dez denominações cristãs competindo pelo mesmo esposo. Visitei vários lugares em Israel, em alguns deles, denominações cristãs, divididas entre si, brigam pela posse de terras. Eles imaginam que Cristo possa ter nascido, sepultado e colocado as mãos ou coisas semelhantes em alguma parte desse lugar. Chega a ser triste ver Igrejas como: a de Roma, a Anglicana, a Ortodoxa, a Grega-síriaca e outras mais, disputando o papel de verdadeira e única representante de Cristo. Na realidade, se olharmos a Igreja de Cristo por uma perspectiva universal, a veremos distinta em comunidades (igrejas) locais, que pode significar uma pluralidade dentro da unidade. Porém, não devemos levar para esta discussão. O que importa nesta parábola é que as dez virgens representam, literalmente, os crentes individualmente e, estes, compõem o corpo da Igreja (a esposa) de Cristo.

Por que o uso da palavra “esposo” ao invés de “noivo” ?

Naquele tempo, especialmente nas terras do Oriente Médio, o noivado era quase tão definitivo quanto o casamento. Uma mulher comprometida em noivado era tratada como “esposa”, embora vivesse fisicamente separada do noivo (ou esposo). Ambos estavam obrigados à mesma fidelidade, como se estivessem casados (Gn 29.21; Dt 22.23,24; Mt 1.18,19). Na linguagem escatológica, a Igreja é a esposa de Cristo porque está comprometida com Ele (Ap 19.7; 21.9; 22.17).

O ensino principal da parábola

A linguagem da parábola é metafórica (figurada), mas a mensagem dela é literal. Jesus queria ensinar aos seus discípulos sobre a necessidade de cada crente estar devidamente preparado para a chegada do esposo, ou seja, a vinda de Cristo (Mt 24.42; 25.13). A parábola fala de dez virgens que aguardavam o esposo, mas isto não significa uma abertura para a poligamia (Mt 25.1). A Igreja não é a constituição de dez esposas, ou dez pretendentes. Essa idéia fere completamente o princípio básico do casamento que é a monogamia. Portanto, a Igreja é só uma esposa. O número dez é redondo, dá a idéia de algo completo. O número dez era muito significativo na vida cotidiana dos povos antigos, especialmente, do povo israelita. Por exemplo: os dez mandamentos (Êx 20); dez homens para julgar sobre um assunto (Rt 4.2); para uma reunião em qualquer sinagoga era exigido no mínimo dez pessoas; e segundo o historiador Josefo, para se comer o cordeiro pascal exigia-se no mínimo dez pessoas presentes. Não podemos dogmatizar o número dez nem forçar qualquer interpretação, mas o mesmo ganha importância no sentido de valorizar seu significado de totalidade. A totalidade das dez virgens representa o corpo formado da Igreja que reúne todos os crentes para formar uma só esposa.

O primeiro versículo desse capítulo destaca o verbo sair, quando diz: “Então o reino dos céus será semelhante a dez virgens que, tomando as suas lâmpadas *sairam* ao encontro do esposo” (Mt 25.1, ênfase do autor). O verbo “sair” indica a ação da Igreja se movimentando, isto é, saindo do lugar, para encontrar o esposo (1 Ts 4.15-17). Ora, o próprio sentido da palavra *ecclésia* no grego significa “sair para fora” ou “vir para fora”. No sentido espiritual, a Igreja é o povo que saiu para fora dos seus termos para encontrar com alguém importante.

Todo crente em Cristo saiu do seu estado de pecaminosidade para um novo estado de vida regenerada (2 Co 5.17).

DUAS CLASSES DE CRENTES (MT 25.2-5)

Jesus destacou estas duas classes de crentes como as prudentes e as loucas. Devemos notar que as virgens estavam vestidas igualmente e todas se prepararam para a chegada do esposo, quando, então, haveria o cortejo nupcial até a festa das bodas. Havia uma certa harmonia quanto as vestimentas assim como todas levavam consigo as suas lâmpadas. Elas conheciam o esposo e mantinham suas lâmpadas acesas. Porém, o esposo tardou, e então se percebeu a diferença entre as dez virgens.

As loucas (Mt 25.3)

Por que o termo “loucas”? Devido ao comportamento que demonstraram. Elas foram irreverentes e insensatas. Uma pessoa é louca quando perde a capacidade de refletir, de pensar sabiamente. É a falta de atitudes responsáveis. Ser chamado de “louco” não é nada fácil. As virgens displicentes foram chamadas de “loucas”. Foram insensatas com relação a espera do esposo. Elas representam os crentes que vivem descuidados quanto à sua vida espiritual. Fazem “pouco caso” das responsabilidades espirituais e quanto à oração (Rm 12.12; 1 Co 7.5; 1 Ts 5.17); quanto à leitura sistemática da Bíblia (2 Tm 3. 15-17); quanto ao espírito missionário (Ez 3.18,19; Mt 28.19,20; Mc 16.15-17); quanto ao amor fraternal (1 Ts 3.12; 4.9; Rm 12.10). As cinco loucas demonstraram insensatez, pois não se preocuparam em levar azeite suficiente em suas vasilhas e lâmpadas (Mt 25.3,5; Hb 6.12; Pv 18.9). As virgens loucas demonstraram hipocrisia, isto é, falsa espiritualidade, falsa devoção e fingimento (Mt 25.3,8; 1 Pe 2.1; Is 9.17; Ez 33.31,32; 2 Co 5.12).

As prudentes (Mt 25.4)

Por outro lado, Jesus reconheceu que as outras cinco virgens foram cuidadosas e providentes. Em todo o tempo que aguardavam a chegada do esposo, elas foram cuidadosas, cautelosas e vigilantes. Três qualidades foram demonstradas pelas virgens prudentes: providência, sinceridade e vigilância. A primeira qualidade, providência, indicava a precaução e a cautela. Elas se prepararam para o futuro incerto. Por isso, elas tinham azeite em suas vasilhas (Mt 25.4). Não basta ter lâmpadas polidas e brilhantes, com aparência de normalidade, mas vazias interiormente (Mt 5.15,16; 1 Sm 16.7). Aquelas vasilhas precisavam ser uma provisão contínua de azeite para as lâmpadas. Isto significa que o “azeite” é símbolo da provisão do Espírito Santo na vida do crente e precisa ser renovado dia a dia (Ef 5.18; 2 Rs 4.1-7). A segunda qualidade é sinceridade e isto significa ter atitudes puras, sem mistura, sem alteração. Estas virgens prudentes demonstraram sua sinceridade quando disseram às outras: “Não seja caso que nos falta a nós e a vós” (Mt 25.9). A terceira qualidade foi vigilância, isto é, estado de alerta, prontidão (Mt 25.13; Rm 13.11).

As condições espirituais das dez virgens (Mt 25.2-5)

Duas classes de crentes são destacadas nesta parábola: os insensatos e os prudentes. As loucas representam os crentes insensatos e alienados espiritualmente. São típicos daqueles que vivem na periferia da fé, pois nunca se entrosam perfeitamente. São os que andam fora da linha do cristianismo. Por outro lado, os prudentes representam os cristãos cautelosos, providentes, pois mantêm uma vida cristã de vigilância e espiritualidade.

As dez virgens possuíam lâmpadas e vasilhas de azeite (Mt 25.7-9). As loucas tinham azeite apenas nas lâmpadas até que

acabou, não tinham nenhum azeite em suas vasilhas. Elas foram displicentes e não se preocuparam em prover o azeite. As prudentes, pelo contrário, tinham azeite nas lâmpadas e em suas vasilhas.

REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA ENTRAR NAS BODAS

As jovens virgens precisavam estar providas de alguns elementos indispensáveis para participar das bodas.

Vestes brancas. O principal fator requerido para se entrar em uma festa de casamento era a vestimenta, que tinha que ser branca. Portanto, vestidos brancos simbolizavam a pureza da noiva e o esplendor da festa. Na linguagem figurativa, os vestidos brancos feitos com o tecido típico da época que era o linho fino, significam (beticamente) as “justiças dos santos” (Ap 19.8). Na era neotestamentária, os vestidos brancos dos crentes em Cristo são lavados no sangue do Cordeiro (Ap 7.14).

Calçados próprios. Os calçados são feitos com o Evangelho da Paz. O profeta Isaías ao falar da redenção desejada pelos judeus destacou o papel dos que levam a boa notícia e proclamam a salvação e a paz. Ele disse: “Quão suaves são sobre os montes os pés do que anuncia as boas novas, que faz ouvir a paz, que anuncia o bem, que faz ouvir a salvação, que diz a Sião: O teu Deus reina!” (Is 52.7) O apóstolo Paulo fez uma aplicação dessa mensagem de Isaías à pregação do evangelho que é uma proclamação de paz e salvação (Ef 6.15).

Lamparinas. Outro fator que aparece nesta parábola são as lamparinas providas de azeite para estarem acesas durante a noite

(Mt 25.1). Essas lamparinas são ilustradas por Jesus em uma outra figura interessante, a dos olhos. Jesus disse que a lâmpada do corpo são os olhos (Mt 6.22; Lc 11.33-36). Olhos obscuros, cegos, fechados não podem produzir nenhuma luz, assim sendo, essas lâmpadas podem indicar a luz ou a cegueira que está no crente. Jesus disse que a nossa luz deve resplandecer diante dos homens (Mt 5.15,16). Ter a luz acesa, não apenas ilumina o que está à frente da pessoa, mas significa “estar vigilante” (Lc 12.35).

Recipiente (vasilha) para o azeite (Mt 25.4). Esse recipiente era feito de couro bem curtido para não dar vasamento e para conter o azeite combustível. Tipologicamente, esses recipientes (ou vasilhas) representam a nossa vida espiritual que precisa estar provida de azeite que é símbolo de glória, brilho, unção, energia e autoridade espiritual (Ef 5.18). Obviamente, as pessoas naquela época não carregavam esses elementos para simples exibição, mas eram indispensáveis para se andar à noite. Por isso, o azeite é símbolo do Espírito Santo como aquele que cura, alimenta, unge, e fornece luz.

A CHEGADA DO ESPOSO (MT 25.10)

O clamor da meia-noite

No texto está escrito: “Mas à meia-noite ouviu-se um clamor” (Mt 25.6). Escatologicamente, “meia-noite” tem uma simbologia especial. Significava a consumação ou o princípio de um novo dia, um novo tempo. Para aquelas virgens, era a ansiedade da chegada do esposo. Simbolicamente, meia noite, era a hora do silêncio, quando todos dormem o sono mais intenso. Era a hora inesperada. A preocupação de Jesus em sua mensagem nesta parábola era o de despertar seus discípulos

para o fato daquela hora inesperada, quando poucos estão atentos. A vinda de Cristo será assim para a sua amada esposa (1 Co 15.51,52; 1 Ts 4.14-17). “Meia noite” pode significar a chegada do fim da dispensação da graça e o despertar de uma nova era, um novo dia para a Igreja de Cristo. E os que chegarem tarde para as bodas poderá significar o início de juízo sobre as nações no período da Grande Tribulação.

Quatro dias escatológicos

“Meia-noite” é uma expressão que significa princípio ou consumação de um novo tempo. Na linguagem escatológica da Bíblia, um dia pode representar um tempo, uma época, um período de tempo. Os teólogos apresentam, através de uma linguagem metafórica, quatro dias escatológicos que representam dispensações, ou seja, períodos de tempos.

O primeiro dia escatológico é denominado Dia do homem. Esse dia representa toda a história da humanidade em que o homem pensa, fala, ordena, decide, faz e desfaz.

O segundo dia escatológico é denominado Dia de Cristo (Fp 1.10). Esse dia alcança três eventos escatológicos importantes. Diz respeito ao encontro da Igreja com Cristo nos ares, ou seja, no arrebatamento da Igreja (1 Co 15.51,52; 1 Ts 4.14-17). Alcança, também, o Tribunal de Cristo no céu, quando os salvos em Cristo hão de comparecer para o julgamento de suas obras feitas na terra. Esse Tribunal não terá um sentido condenador, mas premiador pelas obras feitas (2 Co 5.10; Fp 1.10; 2 Co 1.14; Ef 5.27). Outro evento importante, dentro do dia de Cristo, diz respeito às Bodas do Cordeiro (Ap 19.1,7; 21.9,10). Esses três eventos acontecerão dentro do período do “dia de Cristo” no céu; não na terra.

O terceiro dia é denominado Dia do Senhor (Dn 9.27; Ap 1.7). O dia do Senhor é confundido, às vezes, com o dia de

Cristo pela ligação dos fatos que sucedem. Entretanto, nesse dia se inicia a intervenção de Cristo sobre a terra. Será o dia de sua aparição, a sua manifestação (epifanéia, gr.) pessoal e visível sobre a terra, que corresponde à profecia de Daniel 9.27; Apocalipse 1.7, ou seja, ao final da Grande Tribulação que equivale à “semana profética” de Daniel de sete anos. Nesse dia, Cristo descenderá gloriosamente sobre o monte das Oliveiras em Jerusalém (Zc 14.1-9) e julgará as nações e destruirá a trindade satânica constituída pelo Anticristo, o Falso Profeta e o Diabo (grande Dragão). Será o dia da intervenção do Senhor naquele império da maldade (Ap 19.11-21; 20.10). Esse *dia* será quando o Senhor instalará seu reino de mil anos sobre a terra (Ap 20.4-6). Ele reinará com os seus fiéis e fará de Jerusalém, a terrestre, a capital do reino sobre o mundo.

O quarto dia é denominado Dia de Deus (2 Pe 3.12). Esse será o dia do grande inventário universal. Nada escapará ao conhecimento e juízo de Deus. É identificado na Bíblia como “o último grande dia” (2 Pe 3.7; Jd 6). É, também, identificado como “o dia do Grande Trono Branco”, isto é, o dia do Juízo Final, quando todos os ímpios, em todas as eras serão julgados e sofrerão o dano da “segunda morte”, que significa, o “eterno banimento da presença de Deus”.

A chegada do esposo (Mt 25.10)

A chegada do esposo será precedida por “um clamor” (v. 6). Esse clamor tem o sentido de grito, brado, alerta, voz alta para acordar quem estiver dormindo ou para alertar quem estiver atento para o inesperado (1 Co 15.51,52; 1 Ts 4.15,16). Ele virá para uma esposa que o espera (Mt 25.13,42,44; 1 Co 15.50-52); que o ama (1 Pe 3.18; 1 Jo 4.19); que reflete a glória do esposo (2 Co 3.18); que tem o perfume do esposo (2 Co 2.15; Ct 4.11). Ele virá inesperadamente, à semelhança dos dias

de Noé, quando aquela geração fez pouco caso da sua mensagem de juízo divino (Mt 24.36-44). Ele virá em uma hora que os servos negligentes não o esperam (Lc 12.45,46). Ele virá num “abrir e fechar de olhos” indicando que esse tempo torna-se difícil contá-lo ou detectá-lo. Paulo, o apóstolo usou o termo grego *átomos* que implica numa partícula mínima de tempo quase que indivisível (1 Co 15.52). Será mais rápido que o relâmpago que corta o céu de um ponto a outro (Lc 17.24). Ele virá buscar uma esposa que foi purificada, ataviada para o encontro através do Espírito Santo (Rm 1.4; Ap 19.7,8).

AS BODAS DO CASAMENTO (MT 25.10)

Onde será o lugar da celebração das Bodas?

Naturalmente, o lugar das Bodas será nas mansões celestiais, no céu, não na terra (Ap 19.1,7; 21.9,10); nem será no período do milênio na terra. A despeito da linguagem figurada que a Bíblia usa para ilustrar eventos espirituais, esse lugar não é ficção. É real e verdadeiro, porque a Bíblia assim o diz.

Quem é o esposo?

O esposo é Cristo (Ap 19.7) e a esposa é a Igreja neotestamentária (Ef 5.22-32). Ele é chamado “o Cordeiro de Deus”, por causa do seu sacrifício no Calvário, pela sua amada (Jo 1.29; 3.28,29).

Quem é a esposa?

A palavra “esposa” refere-se, naturalmente, a uma mulher e, na Bíblia, metaforicamente, pode significar “nação, povo, gente, comunidade”, conforme o contexto da escritura que usa a palavra “mulher”. Portanto, no contexto figurado escatológico,

a “esposa” do Cordeiro não é Israel, visto que Israel o rejeitou em sua primeira vinda (Jo 1.11), por isso, através de uma linguagem metafórica, Israel é denominada “mulher rameira, adúltera, por causa do seu pecado com os costumes das nações (Ap 18.9,10,24). A verdadeira esposa é a Igreja gentia, lavada e purificada pelo sangue do Cordeiro e preparada pelo Espírito Santo para ser a esposa do Cordeiro (2 Co 11.2; Ap 19.7).

Quem são os convidados das Bodas?

Os convidados do esposo para as Bodas (Ap 19.9) são os anjos que os servirão. O remanescente judeu (os 144 mil) salvos na Grande Tribulação (Ap 14.1-4), o amigo do noivo que é o Espírito Santo e os santos do Antigo Testamento ressuscitados na grande ressurreição que aparecem na qualidade de amigos do esposo. Imagine os convidados do noivo que encontraremos lá, tais como Abraão, Isaque, Jacó, José, Moisés, Elias, Davi e tantos outros do Antigo Testamento.

A exclusividade das Bodas (Mt 25.10)

Diz o texto literalmente que após o esposo e a esposa entrarem com os seus convidados no lugar da Grande Festa, identificado como “Bodas do Cordeiro” (Ap 19.7-9), a porta da Casa do Rei será fechada. Na parábola, literalmente, está escrito que “fechou-se a porta” (Mt 25.10). Este é o tempo da graça de Deus quando todos os crentes tem a oportunidade de se prepararem para aquele Dia Festivo; porém, quando fechar-se a porta, não haverá uma segunda oportunidade. Toda e qualquer justificativa será desconhecida perante o Senhor (Mt 25.11).

A grande lição que aprendemos nesta parábola é que devemos estar atentos para este Grande Dia da vinda do Esposo, quando ninguém saberá a hora.

CAPÍTULO 12

AS BODAS DO FILHO DE DEUS



Mateus 22.2-14

Gozamos aqui na terra, agora, as benesses das Bodas do Rei e nos preparamos para o clímax dessa festa, nas Bodas do Cordeiro.

Esta parábola é precedida por uma expressão típica de Jesus em várias outras situações: “Então, Jesus, tomando a palavra, tornou a falar-lhes em parábolas” (v. 1). Esta expressão indica que Jesus continuava a dar resposta às objeções dos seus inimigos declarados, os chefes do Sinédrio e das sinagogas na capital. A parábola que segue é, mais uma vez, uma resposta às insinuações maldosas dos seus adversários (Mt 21.46). Os intérpretes confundem, às vezes, esta parábola com outra em Lucas 14.16-24. As duas parábolas falam de uma festa promovida por um rei. Porém, em ambas as festas os convidados rejeitam o convite. Por mais que se tente encontrar similaridade nas duas parábolas, percebe-se detalhes distintos que lhes dão lições totalmente distintas.

Nesta parábola de Mateus as bodas são para o filho. Não se trata de nenhuma festa comum, mas uma festa dada por um rei às bodas de seu filho. Porém o rei enviou seus servos a fazerem convites a pessoas de seu conhecimento e de seu filho. Metafo-

ricamente, Jesus estava direcionando esta parábola aos seus adversários e os acusa de estarem rejeitando o convite de Deus para a festa do seu Filho. Todavia, eles preferiram desonrar o filho e matar seus servos. A lição principal que Jesus põe em destaque está no versículo 14: "... muitos são chamados, mas poucos, escolhidos". Esse conceito indica também que a parábola tem um sentido escatológico, porque fala de juízo.

UM CONVITE DO REI (MT 22.2,3)

Quem é o Rei?

Em toda a Bíblia, Deus, o Senhor e Criador de todas as coisas, é identificado por vários títulos, dentre os quais o de Rei. No hebraico, a palavra aparece, pelo menos, 2.500 vezes. No hebraico, a palavra "rei" aparece como *melek*, e no grego do Novo Testamento a palavra é *basiléus*. Existem vários cognatos do termo como "reino", "rainha", "reinar". De Gênesis 14.1 até Apocalipse 21.24, essa palavra está presente nas páginas da Bíblia. Entretanto, em relação a Deus, a palavra rei tem um sentido especial e metafórico. Paulo o ilustrou como Rei terno (1 Tm 1.17 – ARA). Em relação à Igreja, Cristo é o Rei (1 Tm 6.15,16; Mt 27.11). Em síntese, Deus é o Senhor com poder supremo sobre todas as coisas.

Nas parábolas de Cristo, Deus Pai é ilustrado de modo especial. Nas duas parábolas anteriores (Mt 21.28,33), Deus é representado na figura do viticultor, pai e senhor de uma vinha. Nestas parábolas Ele é ilustrado na figura de "um rei" e "pai". Na outra parábola, o filho era o herdeiro da vinha; nesta, é o filho do rei que vai se casar (Sl 72.1). Subtende-se que o rei é o nosso Pai Celestial; o filho é Jesus Cristo, o noivo que vai se casar; a noiva é, indiscutivelmente, a Igreja.

Uma celebração desejada pelo rei (vv. 2,3)

A despeito desta parábola ser uma resposta aos seus inimigos religiosos, Jesus, na verdade, estava apresentando uma parábola sob duas perspectivas: uma no presente e outra, futura. Aqueles que inicialmente foram convidados para as bodas (vv. 4-6) representavam os judeus que rejeitaram o Filho, Jesus. Em vez de aceitarem o convite, preferiram fazer outra coisa. O rei sempre desejou esta festa e, no tempo devido, chegaria o momento da celebração. Era o desejo do rei e do filho, mas o convite foi relegado por outros afazeres.

A celebração tem um sentido atual

A celebração tem um sentido presente e futuro, isto é, escatológico. Entretanto, colocar esta parábola no contexto presente não desfaz a óptica escatológica da parábola. Ora, Jesus estava falando para aquele povo que lhe ouvia naquele momento. Portanto, a interpretação não se restringe a um determinado tempo, mas o enredo da parábola tem um sentido dinâmico, isto é, não tem um sentido estático, no sentido de se poder interpretar escatologicamente. O convite de Deus é ao povo de Israel, esperando que reconhecesse em Jesus o herdeiro do Reino (At 13.46). João, o apóstolo amado, escreveu que Ele “Veio para o que era seu, e os seus não o receberam” (Jo 1.11). O pronome “seus” refere-se ao povo de Israel, do qual Jesus era nascido. Nesta parábola Jesus nos faz subtender que Israel, como povo, recusou o convite. Ora, por esse aspecto histórico, entendemos que, uma vez que Israel o rejeitou, restou a oportunidade para todos quantos não faziam parte desse Israel legalista. Mais uma vez fortalece o fato de que se o convite aos de casa foi rejeitado o mesmo foi aberto para todas as nações e povos do mundo, e João disse: “Mas a todos quantos o

receberam deus-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus: aos que crêem no seu nome, os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do varão, mas de Deus” (Jo 1.12,13). Nesse tempo de manifestação da graça de Deus, a porta da casa do Rei foi aberta para todos os demais. Embora a celebração resulte no casamento — união futura entre Cristo e sua Igreja — a festa está ocorrendo agora porque já desfrutamos, nesta dispensação, as delícias desse “jantar preparado” (v. 4).

A celebração será, também, futura

Naturalmente, esta parábola nos leva às “bodas do Cordeiro” (Ap 19.7-9). No Antigo Testamento, a união matrimonial era uma figura da relação entre Deus e Israel (Is 54.4). Porém, no Novo Testamento a figura do matrimônio é apresentada na relação espiritual entre Cristo e a Igreja, a “esposa do Cordeiro” (Ap 19.7; 21.9).

OS CONVIDADOS DO REI

Dois insistentes convites para Israel

No primeiro convite do rei (Mt 22.1-3), os servos saíram com endereço certo para convidar pessoas que faziam parte das relações com o rei para as bodas. Todavia, os convidados apresentaram desculpas implausíveis para não irem a festa. Por motivos secundários e por preferirem tratar de seus interesses, esses convidados não apenas rejeitaram o convite do rei, mas ofenderam-no, desrespeitando sua autoridade. Os obstáculos levantados por esses convidados não justificavam o pouco caso ao convite do rei.

O rei não desistiu da festa. Pelo contrário, resolveu fazer um segundo convite. Ele entendeu que os convidados talvez

não tivessem entendido o convite e a importância do mesmo. Por isso, orientou os mensageiros que levassem os convites e declarassem aos convidados que o jantar já estava preparado, os bois e os cevados já mortos, e tudo estava pronto para a celebração (Mt 22.4-7). Porém, outra vez, aqueles convidados rejeitaram o convite do rei.

Esse fato foi entendido por Paulo e Barnabé em uma de suas primeiras viagens missionárias. Ao chegarem a Antioquia da Pisídia, visitaram as sinagogas e pregaram o evangelho de Cristo. Ambos, entendendo o plano de Deus, não temeram fazer comparações com as profecias do Antigo Testamento e declarar que Jesus era o Messias prometido (At 13.26). Mostraram aos judeus que os ouviam que eram privilegiados em receber a palavra de Deus antes dos gentios, mas eles rejeitaram o convite e, por isso, mediante a sua recusa a Jesus Cristo como Salvador e Senhor, o convite se voltaria para os gentios (At 13.46).

Os dois primeiros convites revelaram três classes de pessoas

A primeira classe é a dos indiferentes, porque lhes interessava muito mais cuidar dos assuntos materiais, dos negócios, do que ir a uma celebração. A segunda classe é a dos ingratos, pois, uma vez que faziam parte da amizade do rei, ainda foram violentos, maltratando os servos do rei. A terceira classe daqueles primeiros convidados era ainda pior que as duas já mencionadas porque não lhes interessava qualquer coisa que não fosse do seu próprio interesse. Além de manifestarem uma oposição amarga ao convite levado pelos servos do rei, ainda perseguiram e usaram de violência com eles. Seu egoísmo era tão forte que aquele convite parecia ser uma afronta a eles e, por isso, não hesitaram ultrajar e matar os servos do rei (Mt 22.6).

É interessante notar que os indiferentes e os ingratos não mataram nem perseguiram os servos. Historicamente, essas duas classes de convidados não mataram os profetas nem o Messias, mas sim os da terceira classe, os religiosos céticos, isto é, exatamente, os chefes religiosos que viviam perseguindo a Jesus. Foram eles, dominados por presunção capaz de os levar a odiar e a matar quem fizesse sombra sobre o poder que exerciam. Eram, na verdade, uma classe de pessoas com uma visão errada de religiosidade. O rei os puniu severamente, suas cidades, suas famílias, porque o problema não foi a simples recusa ao convite, mas a afronta à autoridade real e o desafio ao matarem aqueles servos. Na história da Igreja, através dos séculos, os servos de Cristo foram mortos e perseguidos por causa da mensagem do evangelho.

O terceiro convite (Mt 22.8-10)

Esse convite revela o poder divino de exercer a justiça irmanada à misericórdia. Segundo o costume da época, os convidados dessa festa não tinham absolutamente nada com o rei. Por isso, eram considerados indignos para participar de uma festa na casa real. Esses convidados não tinham etiqueta nem ostentavam classe social alguma. Não gozavam da amizade do rei e eram pessoas comuns do povo, discriminadas pela sociedade de então (Mt 22.8). Os gentios eram discriminados pelos judeus por serem pagãos. Essa discriminação devia-se ao fato de serem adoradores de outros deuses, mas, ao receberem o convite, foram acessíveis aos servos do rei e encheram a casa real. O texto diz que os servos do rei foram por todos os caminhos possíveis e convidaram a todas as pessoas, indistintamente (Mt 22.10). A ordem do rei dizia que os servos deveriam ir a todas as saídas do caminho, significando que deveriam ir não apenas às pessoas dentro dos termos geográficos de Israel, mas

a tantas quantas fossem encontradas fora das fronteiras do território. O livro de Atos dos Apóstolos é um testemunho do evangelho que foi levado para fora das fronteiras de Israel. A recusa dos judeus ao convite do Rei abriu a porta para os gentios (Rm 11.11; 15.27; Ef 3.6).

Os propósitos de Deus não podem ficar frustrados

A rejeição dos judeus propiciou a entrada dos gentios no Reino dos céus (vv. 8-10). A despeito da rejeição dos judeus ao plano de salvação oferecido pelo Senhor, na presciência divina já estava elaborado o plano que não frustraria o projeto divino para a salvação da humanidade. Deus não abandonou Israel em seus propósitos; apenas foi colocado em segundo plano para que assumisse o primeiro lugar, a Igreja, que é constituída de judeus e gentios. O propósito de Deus é formar uma família de filhos que assimilem a imagem de Jesus e sejam como Ele (Rm 8.29). A eleição da parte de Deus não é feita segundo a carne (Rm 9.8), mas segundo o Espírito. O importante é que o propósito divino não pode ser frustrado por interferências humanas, porque Deus faz valer seu propósito acima de qualquer obstáculo. Se aqueles convidados da parábola tinham direito à festa, por serem judeus, não alcançaram a justiça por direito segundo a carne. Os demais convidados, aqueles considerados “indignos”, pelo contrário, ao aceitarem o convite, alcançaram a justiça mediante a fé (Rm 9.30-33). Para eles, bastou ouvir, crer e aceitar o convite do Rei.

A FESTA DO CASAMENTO (MT 22.10-12)

Os benefícios e delícias do Reino messiânico são representados pela figura de uma festa nupcial. Os judeus foram indiferentes ao convite do Rei. Os servos enviados pelo Rei ao

longo da história desse povo foram rechaçados e maltratados, desde os primeiros profetas até o último, entre eles, João Batista.

Os convidados precisavam estar vestidos adequadamente (v. 11)

Normalmente, quem vai a uma festa de casamento veste-se apropriadamente para o evento. Porém o rei sabia que estes últimos convidados eram desprovidos da menor condição material para obterem vestidos apropriados. Então, sabendo da situação desses convidados de última hora, o rei providenciou vestes nupciais que os tornassem tão especiais quanto qualquer pessoa de elite. Escatologicamente, a Igreja é a Noiva do Cordeiro, o Filho do Rei (Ap 19.7,8). Qual o significado simbólico da “veste nupcial”? Significa vestir-se com uma roupa adequada para uma festa de casamento. Naturalmente, aqueles que vieram de um mundo sujo e com andrajos velhos precisam desnudar-se dessas vestes antigas, dos andrajos do pecado, e vestir-se com os vestidos próprios de festa.

Uma surpresa desagradável na festa (v. 11)

Alguém entrou no salão de festas da casa do rei mas não se vestiu adequadamente para as bodas. Era costume do Oriente oferecer aos convidados alguma vestimenta adequada para uma festa daquele nível. Isso foi feito a todos aqueles convidados que eram pobres e não tinham a menor condição para tal. De repente, quando o rei entra no recinto da festa para ver seus convidados devidamente vestidos, viu ali um homem não vestido de maneira adequada. Era um comportamento inaceitável para a sociedade de então. Trazendo isto para a realidade espiritual, entendemos que é impossível alguém querer estar na celebração maior do Reino de Deus sem estar trajado adequa-

damente. Tal comportamento significava uma atitude imprópria para aquele ambiente. Aquele homem, displicente naquela festa, representa uma classe de pessoas que entendem que podem servir a Deus de qualquer modo, sem demonstrar os sinais da obra purificadora e santificadora do Calvário. Quem está vestido com suas próprias justças não tem direito a querer entrar na Festa quando todos estão trajando vestidos que representam as “justças dos santos”.

A visão escatológica das bodas

Dois textos bíblicos nos dão essa visão, em Mateus 22.10 e Apocalipse 19.7-9. Na festa das bodas, conforme a parábola, o versículo 10 diz: “... e a festa nupcial ficou cheia de convidados”. Que alegria para o coração do rei ver sua casa lotada com esses extraordinários convidados. Eles representam a Igreja ao longo de sua história e que, um dia, será arrebatada. Os mortos em Cristo serão ressuscitados (1 Ts 4.17) e conduzidos às bodas do Cordeiro para o glorioso casamento do Filho do Rei com a sua amada Igreja.

Que são as bodas do Cordeiro segundo Apocalipse 19.7?

A palavra “boda” significa “celebração”. Portanto, a grande celebração da eternidade acontecerá no casamento de Jesus com a Igreja. A palavra “cordeiro” refere-se ao papel expiatório de Cristo no Calvário como “o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo”. O sentido da palavra “cordeiro” em relação a Cristo fortalece a idéia de que a Igreja foi comprada por um alto preço, o do sangue do Cordeiro de Deus (Ap 5.6-9).

O “filho do rei” é a mesma figura do “Cordeiro” que se resume na pessoa de Cristo. Ele é o Esposo desejado pela Igre-

ja (a esposa). A “esposa” do Filho do Rei, não é Israel, mas é a Igreja remida no Calvário (Rm 1.6; 8.28; 1 Co 1.2,24,26). O período das bodas do Cordeiro será após o arrebatamento e o Tribunal de Cristo, enquanto aqui, na terra, acontece a Grande Tribulação.

A lição básica dessa parábola está no versículo 14, que mostra a rejeição de Israel à obra de Cristo. Israel era o povo chamado e eleito, o povo convidado para as bodas, mas sua rejeição propiciou o convite a todos os povos.

CAPÍTULO 13

A PARÁBOLA DA PÉROLA DE GRANDE VALOR



Mateus 13.45,46

Outrossim, o Reino dos céus é semelhante ao homem negociante que busca boas pérolas; e, encontrando uma pérola de grande valor, foi, vendeu tudo quanto tinha e comprou-a.

Distinta da parábola anterior, a Parábola da Pérola de Grande Valor não é uma mera repetição do Mestre. Existe uma certa similaridade entre essa parábola e a do tesouro escondido. Todavia, na Parábola da Pérola Jesus desenvolve uma nova visão do Reino dos céus. Enquanto na Parábola do Tesouro o homem pecador é o que negocia para tomar posse do tesouro (v. 44), na Parábola da Pérola o negociante não é o pecador, mas o próprio Cristo que veio de longe para buscar a pérola de grande valor.

UMA ÓPTICA BÍBLICA DISTINTA

A questão interpretativa das parábolas deve ser feita com critério e sem nenhum invencionismo teológico, pois os próprios intérpretes se divergem em pontos de vista, os quais merecem apreciação. O próprio Jesus abriu espaço para dimensionarmos a interpretação de suas parábolas pela riqueza de conteúdo moral e espiritual que contêm. A similaridade entre as duas parábolas em alguns pontos não nos impede de

perceber as distinções existentes, até porque não haveria razão plausível da parte de Cristo para contar duas parábolas sem que cada uma delas tivesse a sua própria interpretação.

Quais as diferenças que podemos perceber nas duas parábolas?

Na primeira, o homem descobriu o tesouro por casualidade e então resolveu comprar o campo para ter posse daquele tesouro. Na segunda, o negociante empreendeu uma viagem com objetivo definido. Ele buscava encontrar uma pérola que superasse todas as demais existentes, e o fez com afincos e objetividade. Ele sabia o que queria. Ele não tinha em mente outra idéia, nem outra jóia, mas estava ciente de que havia uma “pérola de grande valor” em algum lugar. Por isso, foi objetivo, persistente e paciente em sua busca.

A melhor e mais plausível interpretação da parábola

Devemos perceber que os elementos principais desta parábola são “o homem negociante” e “a pérola de grande valor”. Ainda que alguns intérpretes repitam a interpretação da parábola anterior, devemos entender que há distinção entre os elementos que compõe cada parábola. A sugestão natural, sem nenhum critério hermenêutico, é interpretar a pérola de grande valor como sendo Cristo. Hinos e poesias são feitos destacando Cristo como a preciosa pérola. Dentro de uma visão particular de valor, é perfeitamente aceitável considerarmos a Cristo, o Salvador, como a jóia preciosa que encontramos e que enriquece a nossa vida. Nesta parábola, a interpretação mais aceitável é a de que Jesus é o negociante que veio a este mundo para encontrar a jóia rara de sua vida, uma pérola de grande valor. Para esse empreendimento Ele fez uma grande

viagem até encontrar a sua tão desejada pérola. Subtende-se, naturalmente, que esta pérola de grande valor, pela qual Jesus deu tudo o que tinha, era a sua Igreja gloriosa.

JESUS, O NEGOCIANTE

Quem é o negociante?

O texto diz literalmente que “o Reino dos céus é semelhante ao homem negociante” (v. 45). Na parábola anterior, “o Reino dos céus é semelhante a um tesouro escondido” (v. 44).

Esse negociante *não era um aventureiro*; não era um viajante proscrito que não sabia o que queria. Ele tinha um objetivo: buscava boas pérolas, e não se satisfazia com pérolas comuns.

Não era um anjo enviado por Deus para realizar essa busca. Ele era um mercador que buscava boas pérolas. Não era o arcanjo Miguel nem o arcanjo Gabriel, dois nomes bem identificados em missões delegadas por Deus, o Todo-poderoso.

Ele *não era um mercador de quinquilharias*. Ele tinha um ideal, uma meta, um sonho: encontrar “uma pérola de grande valor”. Por isso, subtende-se que era inteligente, altruísta, perspicaz e sensível em sua busca. Ele estava certo de que pagaria um alto preço ao encontrá-la.

Esse “negociante” demonstrou, no contexto da parábola, que era alguém muito inteligente, ativo, diligente e sensível para negociar. Ele sabia o que queria. Possuía um critério seletivo na busca das boas pérolas. Sua perspicácia espetacular o fez buscar a sua pérola nos lugares mais remotos, porque era persistente em seus objetivos e não perdia o entusiasmo em tudo o que fazia. O que almejava, de fato, era o sucesso da sua busca e, para tal empreendimento, estava consciente de que pagaria um alto preço até encontrar a “pérola de grande valor” que

ansiava. Ele foi o mercador de Deus que veio a esse mundo para encontrar essa singular jóia preciosa.

Foi Jesus o negociante que nos comprou por um grande preço. Paulo escreveu aos coríntios: “Porque fostes comprados por bom preço” (1 Co 6.20). Ele disse mais: “Porque já sabeis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, por amor de vós se fez pobre, para que, pela sua pobreza, enriquecêsseis” (2 Co 8.9). O “bom preço” pago indicava o seu conhecimento de avaliação das pérolas boas ou ruins encontradas.

Ao longo da história da Igreja, renomados pregadores do evangelho têm preferido interpretar esta pérola singular como o próprio Cristo. Entretanto, à luz do contexto da parábola, não temos dúvidas de que o negociante não é outro senão o próprio Cristo, que deu tudo para adquirir esta pérola.

Precisamos levar em consideração que esta interpretação não é magna e única, porém, a mais aceitável se considerarmos que “... não há ninguém que busque a Deus” (Rm 3.11) e entendermos que é Cristo quem busca o pecador, conforme Ele mesmo declarou: “Porque o Filho do Homem veio buscar e salvar o que se havia perdido” (Lc 19.10). Na parábola das cem ovelhas, é o pastor que deixa as noventa e nove ovelhas no aprisco e sai em busca da ovelha perdida (Mt 18.12-14; Lc 15.3-7). Na parábola da dracma perdida, é a mulher que busca encontrar a sua dracma (Lc 15.8-10). Portanto, não devemos dogmatizar um ponto de vista de interpretação quando o assunto sugere mais de um ponto de vista. Ao final de tudo, todos os pontos de vista distintos não podem ferir o princípio hermenêutico da verdade geral sugerida.

A PÉROLA VALOROSA

O que é e quem, é a pérola de grande valor?

Diz o texto literalmente: “E, encontrando uma pérola de grande valor, *foi*, vendeu tudo quanto tinha e comprou-a” (v. 46,

grifo do autor). A especialidade de Jesus para ilustrar verdades profundas de maneira peculiar através de parábolas deu à figura da pérola um destaque especial. Jesus sabia tirar proveito dos valores materiais e morais da época para ilustrar verdades profundas. Ele ilustrou as pérolas porque elas tinham um valor inestimável naquela época. Só eram comparáveis às jóias de ouro, aos diamantes, aos rubis e outras pedras preciosas raras.

Como são formadas as pérolas

É interessante a diferença que existe na formação das pérolas e das outras pedras preciosas. As pedras preciosas como safira, diamantes, rubis, esmeraldas e outras mais, têm um processo de formação muito lento em relação às pérolas. Estas são produzidas por um organismo vivo que age no interior de certos moluscos, as ostras marítimas. Esse organismo vivo sofre o atrito de algum corpo estranho, que pode ser um grão de areia ou um ovo de algum parasito, o qual, ao longo de algum tempo, vai sedimentando esse organismo em camadas até chegar a ser uma pedrinha arredondada no interior da ostra. A causa imediata da formação de uma pérola é a presença do elemento que fere a carne do molusco. A lição primeira que aprendemos é que, de tanto sofrimento no interior daquela concha, aquela carne vai se sedimentando em camadas até tornar-se uma jóia preciosa e formosa, tão desejada pelas pessoas. Outrossim, a pérola não se forma instantaneamente; o diminuto grão de areia que atormenta e fere a carne do molusco vai produzindo sobre aquela carne o “nácar”. Ora, o que é o nácar? É aquela substância branca e brilhante, constituída de cal carbonatado, que vai formando as camadas protetoras para dar origem à pérola. Essa camada protetora é conhecida como “concha”, e dentro dela se esconde a pérola.

Como a Igreja de Cristo foi formada?

Esse fato sobre a formação das pérolas nos leva a pensar e refletir com uma analogia especial. Assim como Eva, a mãe de todos os homens foi tirada do lado de Adão (Gn 2.21,22), da sua costela, assim, também, a Igreja foi tirada do lado ferido de Cristo (Jo 19.34) no Calvário. Assim como Cristo se fez carne, e na sua carne foi ferido pelos nossos pecados, assim também o elemento feridor que o fez sofrer e que cobriu a sua carne produziu e formou a sua preciosa pérola, a Igreja. Pelos sofrimentos de Cristo a Igreja foi gerada, assim como a pérola é produzida mediante o sofrimento infringido contra a carne do molusco. A Bíblia declara que a Igreja é o Corpo de Cristo (1 Co 12.27) e entendemos, neste contexto de interpretação, que nós, os crentes em Cristo, somos o seu corpo sofrido, mas transformado na mais preciosa jóia espiritual. Ora, se o corpo de Cristo, como carne, foi ferido pelos nossos pecados, também se tornou a pérola formada no molusco do Calvário. Como o grão de areia reveste a carne do molusco com uma beleza e uma glória ímpar, assim, também, nós somos revestidos com a glória da qual Ele que sofreu pelos nossos pecados.

A Igreja é a pérola de valor desejada pelos ladrões e salteadores sob o comando de Satanás (Jo 10.1,10) que vive desejando destruir e dissolver a Igreja através dos séculos. Contudo, o Espírito Santo tem preservado essa “pérola valorosa”, a Igreja, da ameaça de destruição pelos mutiladores espirituais.

Outra semelhança entre o processo de formação da igreja e de uma pérola é a lentidão da espera que vai acontecendo em segredo, no interior da concha, e com segurança. Não é uma formação explícita, mas é gradual, como sugere a escritura de Paulo: “de glória em glória” (2 Co 3.18; Rm 8.18). O Espírito Santo trabalha, portanto, no processo de formação da Igreja ao longo da “dispensação da graça”. Estamos, na realidade, sendo

transformados, aperfeiçoados e amadurecidos até alcançarmos a plenitude de Cristo, como está escrito: “Até que todos cheguemos à unidade da fé e ao conhecimento do Filho de Deus, a varão perfeito, à medida da estatura completa de Cristo” (Ef 4.13). Assim como o nácar é a preciosa substância que vai calcificando a carne do molusco, pode simbolizar a unção do Espírito Santo que promove calcificação e consistência à Igreja de Cristo na terra.

A grande lição que aprendemos, contra todas as teorias falsas da teologia da prosperidade, é a lição de que o sofrimento nos aperfeiçoa e aprimora para que nos tornemos mais consistentes. O sofrimento da pérola é temporário, do mesmo modo que acontece na vida do cristão. Tornamo-nos aptos para a vida eterna e aprendemos com as palavras de Paulo: “... se é certo que com ele padecemos, para que também com ele sejamos glorificados. Porque para mim tenho por certo que as aflições deste tempo presente não são para comparar com a glória que em nós há de ser revelada” (Rm 8.17,18).

A pérola de grande valor sob duas perspectivas

A primeira perspectiva dessa pérola valorosa é *individual*. Cada pessoa é vista por Jesus Cristo de modo especial e particular, porque é uma “pérola de grande valor” pela qual Jesus deu sua própria vida, a fim de adquiri-la. O apóstolo Pedro declarou em sua epístola que somos propriedade exclusiva de Deus, porque Jesus nos comprou para o seu Reino de amor. Em 1 Pedro 2.9 está escrito: “Mas vós sois... o povo adquirido”. Na versão NVI diz “povo exclusivo de Deus” e, finalmente, na ARA, “povo de propriedade exclusiva de Deus”. Essas versões têm na sua essência o mesmo sentido de “posseção” de Deus. Cada cristão comprometido com o Reino de Deus precisa valorizar o seu papel neste mundo de tantas imitações e

falsidades. Existem “boas pérolas” como existem “boas religiões”. Existem pérolas originais e pérolas sintéticas. Porém, só existe uma “pérola de grande valor” que sobrepuja todas as demais.

A relação que se faz entre “o reino e a Igreja” é perfeitamente aceitável. O reino não significa, no contexto dessa parábola, um lugar específico, mas se expressa na vida do povo de Deus. Assim, a Igreja é a expressão do Reino dos céus, isto é, a demonstração da soberania divina na face da terra. Os céus representam aquilo que está abaixo do trono de Deus e diz respeito ao domínio divino dos céus na terra. A Igreja é, portanto, a manifestação tangível do Reino de Deus.

Da mesma forma como uma pérola é produzida por um organismo vivo no fundo do mar quando sofre o atrito de algum corpo estranho e, ao longo do tempo, vai se sedimentando em camadas até chegar a ser uma pérola, a Igreja vai sendo formada, de modo gradual, de glória em glória, até alcançar a perfeição (2 Co 3.18).

CAPÍTULO 14

A PARÁBOLA DAS COISAS NOVAS E VELHAS



Mateus 13.52

A existência do joio no meio do trigo não impede que vivamos com graça e inteligência, sem nos deixar afetar pelo veneno do joio.

Esta é uma parábola narrada apenas em um versículo e, apesar de menosprezada por alguns comentadores, possui uma mensagem importantíssima acerca do assunto principal tratado por Jesus em todas as suas parábolas. O Reino de Deus possui algumas características especiais e singulares, pois valoriza algumas coisas, que dentro de um padrão de valores na experiência humana, não significam nada, mas que para Deus são da maior importância. O destaque sobre “coisas novas e velhas” tiradas do mesmo baú indica que Deus não despreza as coisas pequenas e insignificantes (Zc 4.10; 1 Co 1.27,28). Segundo Herbert Lockyer, esta parábola foi a última de uma série de outras parábolas que Jesus havia contado e tinha por objetivo dar uma importante lição aos seus discípulos. Depois de uma série de parábolas, com a última apresentada Ele queria descobrir até que ponto seus discípulos haviam assimilado seus ensinamentos. Por isso, perguntou-lhes: “...entendestes todas estas coisas?” (Mt 13.51).

Existem alguns elementos dentro dessa parábola que devem merecer a nossa apreciação. São pessoas e coisas. Destacam-se: um escriba instruído, o Reino dos céus, o tesouro e as coisas novas e velhas.

UM ESCRIBA INSTRUÍDO

Disse Jesus: "... todo escriba instruído" (v. 52). Quem é esse escriba? O que ele faz? Qual a importância do seu trabalho? Ora, um escriba era pessoa respeitadíssima na sociedade de então, especialmente, na religião judaica, da qual era um representante intelectual e teológico. É interessante que Jesus usou a palavra "escriba", que no grego é *grammateus*, raiz de "gramática" no português. No hebraico, o termo "escriba" vem de *sôter* (ou *satar*, que significa "escrever". Empregava-se *sapar* para designar o secretário de um rei (2 Sm 8.17). Havia, também, o escriba militar, que escrevia os nomes dos recrutados para a guerra (Jr 37.15). Em relação à Lei de Moisés, e nos livros posteriores do Antigo Testamento, um escriba era um perito na arte de escrever (Ed 7.6; Ne 8.1). Nos tempos monárquicos de Israel, os escribas tinham atividades de responsabilidade nos negócios do Templo do Senhor. Isso tanto é verdade que foi desenvolvida a posição dos *gramateis tou hierou*, "escribas do Templo" (2 Rs 12.10; 1 Cr 24.6; 2 Cr 34.13). O fornecimento de cópias da Torá e de outras partes das Escrituras era feito pelos escribas levíticos (Dt 17.18; Jr 8.8). No caso do profeta Jeremias, suas mensagens eram registradas por um escriba ou "amanuense" (Jr 36.4,18,32). No Antigo Testamento os escribas tinham responsabilidades de serviço para os reis, e do registro dos feitos dos reis e dos eventos de Israel.

Nos Evangelhos Sinóticos (Mateus, Marcos e Lucas), o termo *grammateus* aparece cerca de 60 vezes; em Atos dos Apóstolos, quatro, e uma vez citado por Paulo. O sentido genérico do

termo *grammateus* (escriba) abrange várias atividades que requer um escrevente, como um escrivão ou um oficial civil de uma cidade (At 19.35). Porém, no Novo Testamento, um escriba é sempre identificado como alguém que é perito na Lei de Moisés (ou seja, um erudito na Torá), também identificado como “rabino” ou um “teólogo ordenado”. *Nomikos* é uma outra palavra no grego relativa a *grammateus*, a qual se encontra no Novo Testamento e significa “advogado”. Outro termo grego é *nomodidaskalos*, que significa “intérprete da Lei”. Existe ainda uma outra expressão, *didaskalos nomos*, que se refere ao “mestre da Lei”. Portanto, o termo que mais aparece no Novo Testamento é *nomikos*, que sugere sempre se tratar de “um perito judaico na Lei de Moisés” (Mt 22.35; Lc 10.25; 11.45,46, 52; 14.3). Em especial nos Evangelhos, percebe-se que os escribas parecem ter se associado com os fariseus, principalmente para fazerem oposição a Jesus Cristo (Lc 7.30; 11.53).

Portanto, um escriba judaico era alguém letrado, mestre (professor) da Lei de Moisés, qualificado para ensinar nas sinagogas (Mc 1.22). Entretanto, a referência de Marcos indica que, a despeito da importância do cargo de escriba, sua autoridade parecia não ser muito acatada. Jesus não era um escriba, mas falava com autoridade. No Antigo Testamento temos em destaque um escriba chamado Esdras (Ed 7.6,11), o homem que se destacou para ser um líder entre o seu povo e convocá-los para voltar a sua terra, e levar de volta todo o tesouro que fora dado ao Deus de Israel. Esdras foi o escriba que fez um púlpito de madeira para ler a Lei de modo que todos os chefes de Israel pudessem ouvir sua leitura e exposição.

Nos dias de Jesus, os escribas, em sua maioria, tornaram-se inimigos declarados dos ensinamentos de Cristo, cuja doutrina baseava-se em conceitos de vida e liberdade, enquanto os escribas e fariseus criaram doutrinas com amarras legalistas, das quais eles

mesmos não eram cumpridores. Jesus os refutou muitas vezes e os condenou alertando seus discípulos com estas palavras: "... Guardai-vos dos escribas..." (Mc 12.38). Outras vezes, com toda clareza, Jesus dizia-lhes diretamente: "... ai de vós, escribas e fariseus..." (Mt 23.13-15,23,25; 27.41). Naqueles dias, os escribas e fariseus criaram tantas amarras temporais para a interpretação da lei do Senhor que as pessoas tinham dificuldades em cumpri-la. Quando Jesus foi acusado por eles de não estar cumprindo a Lei de Moisés, deu-lhes a resposta com firmeza de que Ele não veio para revogar a lei, mas para cumpri-la (Mt 5.17).

COMO JESUS VIA UM ESCRIBA?

No versículo 52 Jesus fez uma declaração acerca do papel de um escriba e o que se esperava dele como um intérprete da Lei. Jesus disse: "... por isso, todo escriba instruído acerca do Reino dos céus". Na versão NVI, diz literalmente: "Por isso, todo mestre da lei instruído quanto ao Reino dos céus", traduzindo de modo direto o sentido de um escriba e o seu papel no serviço religioso judaico naqueles dias. Jesus deixou explícito que o papel de um escriba era o de conhecer tudo acerca do Reino dos céus. Entretanto, não parece que os escribas de seus dias se preocupavam tanto com a questão do Reino dos céus, mas se preocupavam muito mais com nuances da Lei do que com os conceitos ou princípios da mesma.

Jesus não agia nem falava com espírito revanchista; por isso Ele citou o escriba num sentido geral e favorável à importância da função do mesmo no serviço de educação religiosa acerca da Torá. Por este motivo, não se pode ver os escribas somente numa perspectiva negativa, por causa de alguns que não correspondiam ao papel para o qual foram designados. Essencialmente, todo escriba tinha por missão ensinar a verdade da lei de Deus ao povo. Todavia, muitos deles corromperam a missão

que tinham e, por isso, agiam com atitudes mentirosas e hipócritas que foram explicitamente condenadas por Jesus.

A RELAÇÃO DO PAPEL DOS ESCRIBAS COM O DOS DISCÍPULOS DE JESUS

No versículo 51, Jesus acabara de apresentar uma série de parábolas. Esta forma de linguagem foi utilizada por Ele para revelar coisas profundas, porém fugindo da linguagem filosófica. Em Mateus 13.34,35 lemos: “Tudo isso disse Jesus por parábolas à multidão e nada lhes falava sem parábolas, para que se cumprisse o que fora dito pelo profeta, que disse: Abrirei em parábolas a boca; publicarei coisas ocultas desde a criação do mundo”. Depois dessas palavras, Jesus ainda apresentou outras, mas antes de apresentar a oitava parábola, deixou entender que os seus discípulos não podiam agir como os escribas e fariseus que deturpavam o espírito da lei de Deus em benefícios de interesses próprios. Por isso, depois da Parábola da Rede (Mt 13.47-50), Ele se dirige diretamente aos seus discípulos e lhes pergunta: “...entendestes todas estas coisas?” (v. 51). No decurso da apresentação de todas as outras parábolas, Jesus usou “as coisas velhas” ou “antigas” da lei (v. 52) para ilustrar com novas verdades as quais tirariam “o véu de obscuridade” do entendimento daquelas antigas verdades. Na realidade, Jesus não estava desprezando a Torá, como acusavam os escribas e fariseus, mas estava abrindo uma nova visão acerca das coisas passadas. Verdades ocultas (Mt 13.35) implícitas naquelas “coisas velhas” se tornariam “novas” porque Jesus veio a este mundo para revelar os mistérios de Deus, como declarou Paulo aos Efésios: “...descobrimo-vos o mistério da sua vontade, segundo o seu beneplácito, que propusera em si mesmo, de tornar a congregar em Cristo todas as coisas, na dispensação da plenitude dos

tempos, tanto as que estão nos céus como as que estão na terra; nele, digo, em quem também fomos feitos herança, havendo sido predestinados conforme o propósito daquele que faz todas as coisas, segundo o conselho da sua vontade” (Ef 1.9-11).

Em síntese, assim como os escribas deveriam revelar e ensinar as verdades do Reino dos céus aos homens e não o fizeram, assim, os discípulos de Cristo deveriam assumir com responsabilidade e compromisso a proclamação dessas verdades reveladas a eles de modo especial através de parábolas. Jesus esperava que seus discípulos entendessem o significado de cada parábola e como “mestres do Evangelho” ensinassem ao povo. À semelhança do “mestre da lei” que interpreta e faz uso de coisas velhas e novas, os discípulos deveriam contar a história da salvação como a receberam. Nós, Igreja de Cristo, somos os depositários das verdades reveladas e temos a missão de explicitá-las ao mundo para que todos conheçam ao Deus que enviou Jesus Cristo para ser o nosso Salvador e Senhor.

COISAS NOVAS E VELHAS

Nos últimos anos, a Igreja tem sido invadida por novidades e tem abandonado coisas antigas. Tem havido descaso com a história da Igreja e com as doutrinas consideradas “velhas”, mas que, na verdade, são a base de tudo em que cremos. Abandonar as coisas velhas sempre trouxe conseqüências graves na vida do povo de Deus. Essas “coisas velhas” não se referem às coisas temporais que se apagam e se perdem no tempo, mas trata-se de algo que forma “o fundamento dos apóstolos e dos profetas” (Ef 2.20). As “coisas novas” são aceitáveis quando não ferem o princípio das coisas antigas, sobre as quais são sustentados e mantidos os valores originais.

Lamentavelmente, o espúrio movimento neopentecostal é uma contravenção ao verdadeiro movimento do Espírito San-

to, porque tem às portas de seu movimento as novidades carismáticas (espiritualistas) que exploram o emocionalismo sem nenhum equilíbrio em detrimento de um evangelho racional, sem ser racionalista. O verdadeiro movimento pentecostal tem sua base na atividade livre do Espírito Santo nas esferas da emoção e da razão, onde se enfatiza as manifestações espirituais através dos dons espirituais. O verdadeiro movimento do Espírito não é um movimento novo, porque tem seu início no Dia de Pentecostes, e essa verdade é indiscutível. O movimento espiritual tem sua base na pessoa de Cristo (1 Co 3.11). As coisas novas de hoje não são tiradas da “velha fonte”, mas são tiradas de “cisternas rotas” (Jr 2.13).

Jesus quis ensinar aos seus discípulos que a doutrina do Reino é tão velha, visto que foi proclamada e ensinada pelos antigos profetas, mas o que é novo nesta doutrina é a imagem que Jesus queria dar ao Reino dos céus. Se na doutrina dos escribas (mestres da lei) o povo de Deus provinha de Abraão, agora, o novo povo de Deus, formado por judeus e gentios, provém da Palavra de Deus. A mensagem que pregamos hoje é tão antiga quanto o que os profetas pregaram. A diferença está apenas na roupagem que se dá a essa mensagem. Jesus ensinou que os filhos do Reino são nascidos de sua Palavra. Herbert Lokyer declarou sobre esta verdade as seguintes palavras: “A revelação divina é antiga; porém, retê-la e vivenciá-la é algo novo”. Princípios divinos são antigos; mas praticá-los é algo novo. É isso que torna a Bíblia tão fascinante aos discípulos do Reino. Suas verdades são antigas, e no entanto são sempre novas, recentes, reluzindo com nova glória e pulsando com nova vida”. O apóstolo Paulo escreveu: “Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é: as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo” (2 Co 5.17).

UMA COMPARAÇÃO DISTINTA

Diz o texto: “... todo escriba instruído... é semelhante a um pai de família” (v. 52). Somente Jesus, o Mestre dos mestres seria capaz de criar elementos de comparação que jamais se viu fazer por outro mestre. Jesus era especialista em polemizar valores morais e espirituais os quais em sua óptica eram discutíveis. Ele nunca colocou em dúvida os valores absolutos estabelecidos na revelação divina, mas podia perfeitamente polemizar e discutir valores temporais criados pelo próprio homem. No caso do versículo 52, Jesus não polemiza, mas faz uma comparação de modo singular. A relação que Ele fez do “escriba instruído” com “um pai de família” é algo espetacular. Quanto ao “escriba instruído” já discutimos em outro ponto, mas nesta parte do texto o Mestre buscou na importância do papel paterno dentro de uma família os elementos que melhor representam aqueles que tem a missão de ensinar as verdades do Reino dos céus. Ao proferir a expressão “pai de família” Ele queria destacar a autoridade que um pai de família exerce dentro de sua própria casa. Todo cristão autêntico é investido de autoridade especial, como um pai de família e como um “escriba instruído” para ensinar a lei do Senhor e interpretá-la corretamente. Ora, um pai de família era alguém que tinha poderes de comandar sua casa. Era o cabeça da família, o provedor de sustento material e físico da família. Um bom pai deve conhecer as coisas velhas e as coisas novas para saber como dar aos seus filhos. Note isto: um escriba tinha autoridade para interpretar a lei e manter-se fiel a ela enquanto vivesse. Não podia, por hipótese alguma, acrescentar coisa nova, diferente, à interpretação da lei. A igreja deve exercer sua autoridade através dos seus pastores para aceitar ou não qualquer coisa nova. Agora, podemos descobrir coisas novas nas coisas velhas. Por quê? Porque Jesus falou que o pai de família tira “coisas novas e velhas” do seu tesouro” (v. 52).

O TESOURO DE UM PAI DE FAMÍLIA

Diz o texto, literalmente: "... que tira do seu tesouro coisas novas e velhas" (v. 52). A expressão "tesouro" deixa claro que aquele pai de família era organizado, precavido e tinha em reserva tanto quanto precisasse para suprir quaisquer necessidades. Ora, a comparação inicial é feita com os discípulos de Jesus. Eles deveriam saber guardar no baú da família "as boas coisas, novas e velhas", para no seu tempo próprio tirá-las e usufruí-las de igual modo. Para a missão que temos de ensinar as verdades do Reino de Deus às pessoas, que temos em reserva? Qual é o nosso tesouro? Lançamos fora as "coisas velhas"? Ficaremos só com as "coisas novas"? O que Jesus espera de seus discípulos é que sejam capazes de satisfazer às necessidades dos seus ouvintes com verdades tiradas de toda a Bíblia, a qual representa o nosso verdadeiro baú. Nele temos "coisas novas e velhas". As velhas coisas são todas aquelas verdades indestrutíveis bem como as coisas novas são todas aquelas mesmas verdades com a roupagem cristã. A fonte será sempre a mesma, como o tesouro será sempre o mesmo, contendo coisas velhas e novas. Quaisquer coisas novas fora "do bom tesouro" são inaceitáveis. Tudo quanto Jesus havia ensinado nas sete outras parábolas podia parecer velho, mas Ele queria que isto fosse entendido sob uma nova perspectiva.

Entendemos, então, que o tesouro pode representar o coração daquele verdadeiro escriba, discípulo e pai de família, conforme Jesus mesmo falou: "O homem bom, do bom tesouro do seu coração, tira o bem" (Lc 6.45). Devemos, portanto, valorizar o antigo, mas abrindo espaço para o novo. A lei mosaica é antiga, mas o evangelho é novo. Um não desfaz o outro. O novo veio para cumprir o que exigia o antigo. Jesus deu esse exemplo. Ele cumpriu a exigência da velha lei para dar nova vida aos pecadores.

CAPÍTULO 15

A PARÁBOLA DAS OVELHAS E DOS BODES



Mateus 25.31-46

Deus não atropela sua própria justiça porque Ele julga com equidade.

Pelo fato de alguns comentaristas não considerarem esse texto uma narrativa, não o reconhecem como parábola. Entretanto, na listagem da Bíblia de Estudo Pentecostal, esse texto é indicado como parábola. Uma vez que Jesus utiliza uma linguagem figurada que fala de pastor, ovelhas e bodes, temos a descrição de uma cena real que trata de um evento futuro (escatológico) relacionado com os julgamentos. Na verdade, os capítulos 25 e 26 de Mateus tratam em ordem cronológica de dois julgamentos: o julgamento de Israel (Mt 25.1-30) e o julgamento dos gentios (Mt 25.31-46). Porém, na exposição escatológica que Cristo fez, um terceiro julgamento é apontado como o último dos grandes julgamentos, o do Grande Trono Branco.

CORRIGINDO UMA INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA

Não se trata de um julgamento genérico de salvos e perdidos

Tornou-se quase tradicional o ensino de que o julgamento que separa ovelhas e bodes aconteceria no último grande dia, o do Grande Trono Branco, ou seja, o Juízo final. Esse modo de pensar sugere um julgamento genérico no qual todos os salvos e perdidos irão comparecer diante do Grande Juiz, e este, então, fará a separação, colocando os salvos (as ovelhas) à direita e os perdidos (os bodes) à esquerda (Mt 25.32,33). Devemos distinguir os textos referenciais de Mateus 25.31-46 e Apocalipse 20.11-15.

O julgamento dos salvos

Esse julgamento não é punitivo e diz respeito ao Tribunal de Cristo, quando a Igreja verdadeira comparecerá diante de Cristo para recompensa das obras feitas por meio do corpo na terra (Rm 14.10; 2 Co 5.10). Esse julgamento acontecerá imediatamente ao arrebatamento dos vivos e da ressurreição dos mortos em Cristo na volta do Senhor nos ares (1 Co 15.51,52; 1 Ts 4.13-17). Naturalmente, entendemos que as ovelhas não se referem de maneira específica à Igreja, mas às nações gentílicas na volta pessoal de Cristo a terra (Jl 3.1,2).

O julgamento dos perdidos

Esse julgamento é o último de todos os julgamentos divinos porque tem um sentido punitivo (Ap 20.11). Em todos os tempos, todas as criaturas humanas, inevitavelmente, comparecerão diante do Grande Trono Branco e serão julgadas pelas

obras que realizaram. Todos os mortos (com exceção dos salvos em Cristo) comparecerão diante do Justo Juiz, e terão sua punição incontestável.

OS JULGAMENTOS ASSOCIADOS À SEGUNDA VINDA DE CRISTO

Dos vários julgamentos prescritos na Bíblia, alguns deles têm relação direta com a segunda vinda de Cristo.

As duas fases da vinda de Cristo

Ora, a segunda vinda de Cristo é identificada como tal porque a sua primeira vinda aconteceu na sua encarnação como homem, como o Verbo divino que se fez carne e habitou entre nós (Jo 1.1-3,14). A primeira fase de sua segunda vinda refere-se à sua vinda até as nuvens, nos ares (1 Ts 4.16,17) para o encontro com a Igreja arrebatada dos vivos e os ressurretos transformados. A segunda fase da sua vinda foi predita pelo próprio Cristo, que voltaria a terra para estabelecer um Reino especial sobre os homens. É uma vinda pessoal, visível e gloriosa, pois "... todo olho o verá" (Ap 1.7). Trata-se de uma vinda pré-milenar, isto é, somente depois dessa vinda pessoal de Cristo será instalado o seu Reino de mil anos. Entre a primeira e a segunda fase da sua vinda surgirá o Anticristo, que instalará seu domínio a partir de Israel. Então será identificado o período da Grande Tribulação. Neste período (a Grande Tribulação) a Igreja não estará mais na terra, uma vez que já terá sido arrebatada para estar com Cristo. Há os que admitem a idéia de que a primeira metade da Grande Tribulação será experimentada pela Igreja e daí, então, ocorrerá o arrebatamento. Entretanto, o arrebatamento só se justifica como uma forma de tirar a Igreja antes que se inicie esse período.

Dois eventos preditos para a Igreja após o arrebatamento

Esses dois eventos são retratados na Bíblia com ênfase no fato de se tratar do que acontecerá com a Igreja depois que for arrebatada. Todos os crentes em Cristo comparecerão perante o Tribunal de Cristo e logo depois participarão das bodas do Cordeiro. O primeiro evento que ocorrerá no céu será o Tribunal de Cristo (Rm 14.10; 2 Co 5.10). Esse tribunal não é punitivo, mas será de recompensa pelas obras individualmente feitas pelos crentes. Não acontecerá na terra, mas nas “regiões celestiais”. O segundo evento mais importante com a Igreja arrebatada é a grande festa denominada bodas do Cordeiro, quando Cristo, o Esposo amado receberá a sua esposa, que é a Igreja (Jo 3.29; Rm 7.4; 2 Co 11.2; Ef 5.25-33; Ap 19.7,8).

Quatro julgamentos previstos para os juízos divinos

Depois do arrebatamento da Igreja inicia-se o primeiro julgamento e o último acontece diante do Grande Trono Branco. O primeiro começa com o julgamento de Israel, que acontecerá no período da Grande Tribulação (Mt 24.15-30). O segundo, logo a seguir, é o julgamento dos gentios (Mt 25.31-46) e acontecerá imediatamente após o julgamento de Israel, logo depois da vinda pessoal de Cristo a terra (Jl 3.1,2; Mt 25.34). O local desse julgamento será na terra. O terceiro julgamento é o julgamento dos anjos caídos (2 Pe 2.4; Jd 6; Ap 20.10) e acontecerá no céu. O quarto julgamento é o do Grande Trono Branco (Ap 20.11-15) e acontecerá no céu.

O JULGAMENTO DOS GENTIOS

Esse julgamento se relaciona diretamente com a parábola metafórica das ovelhas e dos bodes e está explicitado por Jesus em Mateus 25.31-46.

Quando acontecerá?

Esse julgamento ocorrerá após a segunda vinda de Cristo a terra (Jl 3.1,2). O profeta Joel nos faz entender que esse julgamento é a vingança do Senhor contra as nações que maltrataram Israel. A despeito da incredulidade de Israel e de sua rejeição ao Messias, o Senhor irá restaurar a nação de Israel à sua terra por causa das promessas feitas aos seus servos no passado. O povo de Israel, antes rebelde, experimentará uma conversão ao Messias manifestado, e, quando reunido na sua terra, se processará o seu julgamento e será separado entre o povo, as ovelhas dos bodes. Os incrédulos serão lançados fora, e os salvos de Israel serão conduzidos ao Reino milenar instituído por Jesus (Rm 11.26,27).

Qual o lugar do julgamento?

Tem havido discussões sobre o local desse julgamento. O profeta Zacarias profetizou o retorno do Senhor sobre o monte das Oliveiras, onde se abrirá um grande vale com o poder de sua vinda. Acredita-se que este será o local (Zc 14.4). Outros crêem que o vale de Josafá será o lugar do julgamento, porque naquele mesmo lugar o rei Josafá derrotou os moabitas e os amonitas, cuja vitória serviu de inspiração para se crer que “o vale de Josafá” será o lugar do grande julgamento (2 Cr 20.26-28). A profecia de Joel 3.2 declara que esse julgamento dos gentios ocorrerá nesse “vale de Josafá”.

Quem será julgado nesse julgamento?

A profecia de Joel 3.2 declara que na vinda do Senhor todas as nações serão reunidas perante Ele em Israel e ali entrará em juízo contra aquelas nações por causa do seu povo (Israel). No texto de Mateus 25.40,45 Jesus fala de seus “pequenininhos

irmãos”, isto é, o povo de Israel. O mal feito pelas nações contra esses “pequenininhos irmãos” será punido perante o Senhor naquele dia da sua vinda. Nos dias da Grande Tribulação, o povo de Israel sofrerá grandemente e um remanescente fiel de 144 mil será salvo (Ap 7.9-17). São as ovelhas do Senhor. Neste caso, as ovelhas não se referem genericamente aos crentes em Cristo.

O resultado do julgamento das nações

Na parábola de Jesus, percebe-se a linguagem figurada que Ele usou para distinguir ovelhas e bodes. Às ovelhas colocadas à sua direita Ele convidou: “Vinde, benditos de meu Pai” (Mt 25.34). Mas aos colocados à esquerda, os bodes, Ele disse: “Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno” (Mt 25.41). Entendemos, então, que um grupo salvo é levado para o Reino do Pai (Is 55.5; Dn 7.14; Mq 4.2), enquanto o outro é excluído do Reino e destinado ao lago de fogo.

A grande lição que aprendemos com esta parábola está no fato de que o julgamento das nações ocorrerá “logo depois da aflição daqueles dias” (Mt 24.29) com o retorno do “Filho do homem vindo sobre as nuvens do céu” (Mt 24.30). Portanto, a separação entre ovelhas e bodes não é geral, e refere-se, tão somente, a um julgamento no período da volta do Senhor depois da Grande Tribulação.

ELIENAI CABRAL

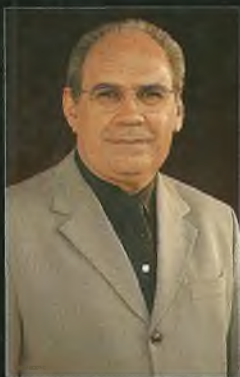


PARÁBOLAS DE JESUS

A Bíblia Sagrada, como a Palavra de Deus revelada, ainda que por diferentes escritores — cada um dos quais com estilo e linguagem próprios —, mantém sua unidade e autoria divina. Em sua diversidade de linguagem, que dentre outras utiliza-se de símbolos, metáforas, alegorias e parábolas, esta última se destaca e aparece em muitos dos ensinamentos de Jesus.

O propósito de Jesus ao contar uma parábola era o de transmitir as verdades eternas em sua mensagem. E para torná-la fascinante e atrativa, Ele a ornava com detalhes de beleza histórica que enriqueciam o seu enredo. Para interpretá-las, é preciso sobretudo que a sua mensagem seja discernida espiritualmente, como devem ser discernidas as coisas espirituais, segundo nos diz o apóstolo Paulo.

Contudo, este livro não tem por objetivo tão-somente ensinar regras de interpretação, mas, através de alguns elementos básicos de interpretação apresentados, prover o leitor de subsídios para uma análise das parábolas de Jesus à luz das Escrituras.



O AUTOR

Elienai Cabral é pastor da Assembléia de Deus em Sobradinho, DF, pregador, conferencista, comentarista das Lições Bíblicas e autor de diversos livros publicados pela CPAD, entre os quais, *A Juventude Cristã e o Sexo*, *O Pregador Eficaz*, *Romanos e Efésios* (ambos da série Comentário Bíblico) e *A Síndrome do Canto do Galo*.

